



Timbre de papel de carta do Barão do Rio Branco,
que inclui seu lema *Ubique Patriae Memor*,
“Em todo lugar lembrar-se da Pátria”

O Barão do Rio Branco
visto por
seus contemporâneos



Ministro de Estado das Relações Exteriores

Professor CELSO LAFER

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador OSMAR CHOIFI

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Embaixadora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Embaixador ALVARO DA COSTA FRANCO

Fundação Alexandre de Gusmão
Centro de História e Documentação Diplomática

O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos



Série de artigos publicados pela
Revista Americana, em abril de 1913

Organização
Centro de História e Documentação Diplomática



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70.170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 411.6033/6034/6847
Fax: (61) 322.2931/2188
www.funag.gov.br
publicacoes@funag.gov.br

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA - CHDD
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20.080-002 Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233.2318/2079
chdd.funag@terra.com.br

O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos:
Série de artigos publicados pela *Revista Americana*, em
abril de 1913 / org. Fundação Alexandre de Gusmão.
Centro de História e Documentação Diplomática. –
Brasília: Funag, 2002.
232 p. ;

ISBN 85-87480-25-1

1. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do,
1845-1912 I. Fundação Alexandre de Gusmão II. Revista
Americana III. Título

CDU 92 (Rio Branco, Barão do)

Sumário

Nota do Editor	9
Apresentação	11
Rio Branco	17
<i>Rui Barbosa</i>	
El Barón de Río Branco	19
<i>Juansilvano Godoi</i>	
A educação histórica do Barão do Rio Branco explica a extensão de sua influência na vida nacional do Brasil	31
<i>Clovis Bevilacqua</i>	
Rio Branco	35
<i>Carlos de Laet</i>	
Río Branco	39
<i>Manuel Gorostiaga</i>	
O Barão do Rio Branco e o Direito Internacional	45
<i>Pinto da Rocha</i>	
Rio Branco	53
<i>Escragnolle Doria</i>	
Río Branco y el Uruguay	61
<i>Manuel Bernárdez</i>	
Psicologia do Barão do Rio Branco	69
<i>Liberato Bittencourt</i>	

Rio Branco e a Política Exterior	173
<i>João Pandiá Calógeras</i>	
Rio Branco	211
<i>José Enrique Rodó</i>	
A minha primeira entrevista e o meu primeiro pedido... ..	215
<i>João do Rio</i>	
Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Brasil	223
<i>João Dunshee de Abranches Moura</i>	

Nota do Editor

Foi feita a atualização ortográfica dos textos. O discurso de Dunshee de Abranches perante a Câmara de Deputados, em 11 de maio de 1912, foi traduzido para o espanhol por A. de A. Mello Carvalho e publicado nesse idioma pela *Revista Americana*.

Apresentação

O transcurso do primeiro centenário da posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, que este ano se comemora, sugeriu ao Centro de História e Documentação Diplomática a publicação destes artigos, originalmente reunidos pela *Revista Americana* em abril de 1913 (tomo II – fascículo I), apenas passado um ano do falecimento do grande estadista.

Ao tomarmos esta iniciativa, tínhamos em mente recordar a visão que dele tinham os que com ele conviveram, brasileiros e estrangeiros, homens tão diferentes como Rui Barbosa, João do Rio ou Pandiá Calógeras, diplomatas latino-americanos como Gorostiaga ou Juansilvano Godói, antigos representantes de seus países no Brasil, ou José Enrique Rodó, o autor de *Ariel* e *Motivos de Proteo*, ligado ao Barão por laços de admiração intelectual.

A presença latino-americana, coerente com a linha da *Revista Americana* de promover a cooperação intelectual no hemisfério, realça a projeção continental de Rio Branco. A tradução para o espanhol do discurso pronunciado por Dunshee de Abranches na Câmara dos Deputados deve ser, assim, interpretada como um gesto de simpatia para com os leitores dos países vizinhos.

A qualidade e a autoridade dos autores dá-nos a medida do prestígio de Rio Branco e da irradiação de seu nome no Brasil e no continente. Evidentemente, sua escolha, feita por próximos colaboradores do Barão, que dirigiam a *Revista Americana*, é suspeita de parcialidade. Contudo, se Rio Branco teve seus críticos e seus desafetos; se houve, em certos momentos, oscilação de seu prestígio e de sua popularidade, não é menos certo que a quase unanimidade que cercava seu nome só foi fortalecida por sua morte. É significativa a postura de Oliveira Lima, cujas divergências com o Barão são sabidas. Em carta, citada por Luís Viana Filho, afirma: “Seu caráter

tinha lados pequenos, de que sofri; mas sua inteligência era admirável, seu patriotismo ardente e seus serviços de todo sentido excepcionais, valiosos.”

Rio Branco é um exemplo pouco comum de estadista que chega ao poder já aureolado de grande reputação e que, depois de quase dez anos no comando da política exterior do país, sob quatro presidentes, vem a falecer, preservado, talvez aumentado, seu prestígio. Quando chega ao Brasil em dezembro de 1902, o Rio de Janeiro o recebe com verdadeiro triunfo. Em 1909, a Prefeitura do Rio desapropria, para nela instalar a Escola Rio Branco, a casa em que nascera, à Travessa do Senado, que passou a chamar-se rua Barão do Rio Branco. Sua morte é pranteada num clima de autêntico e sincero luto nacional. A principal avenida do Rio, a Avenida Central, é rebatizada em sua honra. Em cidades de todo o Brasil, seu nome é atribuído a ruas e escolas e monumentos são erigidos em sua homenagem.

Esta capacidade de sobrevivência política se deveu essencialmente às qualidades morais e intelectuais, que lhe são geralmente reconhecidas, tão amplamente ilustradas no artigo de Liberato Bittencourt, mas também à felicidade, apontada por Clóvis Bevilacqua, de que seu espírito estivesse amadurecido no momento em que o Brasil ampliava seus horizontes. Para ela terá colaborado, certamente, a habilidade com que sabia lidar com os meios políticos e com a imprensa. Embora tivesse renunciado à carreira política e houvesse dedicado o melhor de seu tempo aos estudos históricos e geográficos sobre o Brasil, a experiência de jovem deputado e jornalista, na década de 70, lhe terá sido valiosa quando regressa ao Brasil, para assumir o Itamaraty. A correspondência do Barão revela a sensibilidade e a cautela com que sabia agir nas águas turbadas da vida política republicana, a que teve de habituar-se depois de mais de vinte anos de ausência do país. Sabe-se também dos laços estreitos que, ministro, mantinha com os grandes jornais do Rio, onde publicava artigos assinados ou sob pseudônimo e semeava notas elucidativas de posições de sua política no Ministério. Sábio foi também Rio Branco, ao

ater-se às matérias de sua competência – de que era cioso – no campo das relações internacionais e afastar-se de ambições outras, que o teriam possivelmente atritado com as lideranças políticas republicanas.

Esta série de artigos nos dá o perfil de Rio Branco, tal como aparecia aos seus contemporâneos, ainda não refeitos do imenso vazio que sua morte deixara no cenário político e cultural do país. É extraordinário que, passados tantos anos, sua figura guarde as mesmas proporções e a mesma grandeza.

ALVARO DA COSTA FRANCO

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Fiel ao seu programa de aproximação intelectual dos povos deste continente, a *Revista Americana* resolveu prestar a Rio Branco, que foi sempre um denodado propugnador desse ideal, uma homenagem de profunda saudade.

O dia 20 de Abril, que recorda o seu aniversário natalício, não passará este ano, como passou em tantos outros, entre aclamações e aplausos ao grande ministro, então em plena organização de sua obra gigantesca.

A *Revista Americana* procura atenuar, se é possível, a dor brasileira colhendo na América, a que Rio Branco tanto serviu, o pensamento de alguns dos seus maiores escritores.

A Redação

Rio Branco

Rui Barbosa

De Rio Branco, o papel político é todo internacional. Foi o último benfeitor das nossas fronteiras.

Não direi, como se tem dito, que nos dilatou o território. Não. Os grandes méritos de outras coisas não precisam que da verdade. Só ela, no tribunal da posteridade, resiste ao juízo final.

Thiers, obtendo a desocupação do solo de França, pelos alemães, não aumentou o território francês: restabeleceu-o. Foi seu libertador. Rio Branco alcançando o reconhecimento do nosso direito à região que o estrangeiro nos disputou, não alargou as nossas divisas: restaurou-as.

A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor.

O território brasileiro não se poderia acrescentar senão pelo dinheiro ou pela força.

Pelo dinheiro era compra, e não glória.

Pela força, não seria glória, mas crime.

Para sermos bons irmãos, entre os nossos vizinhos, cumpre assentar, em causa julgada, que o Brasil nunca teve cobiças nem perpetrou expansões territoriais.

Invejável destino o desse nosso conterrâneo em sua realidade, projetando o seu vulto sobre os extremos do país, espécie de nume tutelar, como deus Termeiro¹ da nossa integridade nacional!!

¹ Deus Terminus (nota do editor).

El Barón de Río Branco

Juansilvano Godoi *

I

Es un ser singular, único, el Barón de Río Branco, en la acepción amplia de la palabra, en los tiempos pasados y presentes. Dotado por las condiciones superiores de su carácter de un ascendiente personal irresistible; por su patriotismo, austeridad de vida y relevantes servicios, de un prestigio político prodigioso; poseedor de las virtudes de Washington y el ingenio de los grandes conmovedores de pueblos, no ha imitado a nadie, no ha pretendido seguir a huella de ninguno. Ha trastornado los modelos conocidos, no aspira siquiera a gobernar con el poder supremo su propia patria; ha rechazado *in limine* los procedimientos universalmente empleados para encumbrarse y pesar sobre la voluntad de sus semejantes.

Su sistema es distinto, es nuevo: él sólo quiere colaborar en el gobierno, en segundo término, trabajar, esforzarse a dirigir desde ahí la organización de las fuerzas vivas del Brasil, sanear prolijamente su ruta, prepararle la estabilidad en el porvenir, sin emplear ni valerse de otros elementos de coerción que la palabra, la razón, las mutuas conveniencias, el sentimiento de la gratitud, la solidaridad de la confraternidad; y dejar como coronamiento de sus sacrificios individuales y magno empeño de ciudadano, asegurado para siempre sobre un pedestal gigantesco y inmovible el progreso indefinido, la ingente prosperidad comercial y industrial de la Gran República del Sur, en el apogeo de su actividad, dentro de los lineamientos de

* (1852-?). Escritor, jurisconsulto e político paraguaio. Ministro Plenipotenciário do Paraguai no Brasil (julho-setembro de 1911). Autor de obras históricas, inclusive *Guerra do Paraguay*, Rio Grande, 1895; *Mi Misión a Rio de Janeiro*, Buenos Ayres 1897; *El Barón de Río Branco*; *La muerte del Mariscal López*; *El concepto de la patria*, Asunción, 1912.

sus diez millones de quilómetros cuadrados, al amparo de una paz inalterable.

Valiéndose de esos únicos medios de acción ha incorporado a su país más de un millón de quilómetros cuadrados de exuberantes tierras, ricas en poblaciones y productos naturales, los cuales por sí solos formarían un dilatado imperio; pues dentro de su perímetro pueden contener a la Italia, la Prusia, España, Dinamarca y Holanda; sin que por estas conquistas maravillosas haya derramado una gota de sangre, una sola lágrima, ni hollado derechos de tercero o mancillado el honor de pueblo alguno.

Además de los novecientos mil hombres que puso Bismarck sobre el campo de batalla...; cuánta efusión de sangre y cuántas desolaciones costó la usurpación legal de catorce mil quinientos treinta quilómetros cuadrados de terreno, con que cuentan la Alsacia y la Lorena!

Psicológicamente, más que un virtuoso, es un ingenuo, según el concepto estético del vocablo. Así es, que, sin violentar su temperamento normal, han tenido adaptación fácil, innata, en su espíritu transparente y sensitivo, las egregias calidades que distinguen y magnifican a esas personas excepcionalmente organizadas. Una modestia sencilla, positiva, sincera, sin asomo de cálculo ni reservas teatrales, que se exterioriza en todos los momentos, en la intimidad y públicamente; una veracidad inquebrantable en asuntos históricos¹,

¹ En una ocasión que hablamos al Barón sobre la muerte del Mariscal López nos interrogó – sí creíamos que el General Cámara ordenó su muerte en Cerro-Corá. Y, como le contestáramos afirmativamente, nos volvió a preguntar en qué nos fundábamos. Le expusimos que en el Paraguay vivía un respetable caballero argentino que, en su calidad de empleado superior del fornecimiento de las tropas, se encontró en el trágico acontecimiento cerca del Vizconde de Pelotas y escuchó cuando, indignado, éste, por la estocada que le tiró López con su espada, ordenó: “Maten esse hombre!”. Además, le agregamos, el primer parte, a *lapiz*, de Cámara al Mariscal Victorino lo declara categóricamente.

Al menos, replicó entonces el Barón: “el tiro que dió muerte a López salió del grupo que acompañaba a Cámara”. Este rasgo de imparcialidad consideramos digno de Río Branco, porque en el Brasil molesta bastante la inconsulta intimación del General Cámara: lo que prueba afortunadamente que en los cuarenta y un años transcurridos hemos avanzado un poco en civilización.

particulares o diplomáticos, una bondad tranquila, inalterable y una discreción perfecta forman la característica de su psicopatía.

No es su costumbre juzgar fácilmente de los sucesos, protagonistas y cosas. Nunca emite apreciaciones que puedan ser hirientes para un ausente. En la conversación hace uso de la misma ecuanimidad de expresiones al mencionar al amigo, o al adversario. Es sumamente parco en el aplauso, y mui raras veces apoya o secunda el elogio de ningún personaje político o intelectual. Para establecer vínculos que permitan conversaciones familiares con él, provocar controversias sobre asuntos de orden histórico o internacional, y obtener una conclusión, su opinión o parecer, es necesario que medien relaciones amistosas anteriores antiguas, una probada buena voluntad hacia su país y que el interlocutor reúna condiciones prestigiosas que interesen su atención.

Un otro día le encontramos absorbido en la lectura de un libro, el cual cerró al venir a recibarnos, introduciendo el dedo índice donde estaba leyendo. Después de tratar el asunto que nos llevaba a verle, nos mostró el volumen que conservaba en la mano, y vimos era la “Revista Histórica” de Montevideo, nº 10 del tomo IV, dirigida por el apreciable intelectual Don Luis Carve, preguntándonos si conocíamos. Le contestamos que sí: le hicimos elogios de dicha publicación y le dijimos que su competente director era nuestro particular amigo. Esto le interesó, y nos hizo una serie de interrogaciones sobre la familia Carve, que le era conocida y sabía que varios de sus miembros habían ocupado asientos en el parlamento uruguayo. El párrafo que nos indicó y leímos en voz alta y que el escuchó con atención era la nota fecha 28 de Febrero de 1827 que el General Carlos Maria Alvear pasó al Marqués de Barbacena, Generalísimo del ejército portugués, recomendándole los heridos argentinos y prisioneros brasileños de la acción de Ituzaingó, que dejaba en el pueblo de San Gabriel...

Con este motivo le recordamos la relación que nos hizo el Vizconde de Barbacena, hijo del Generalísimo, años atrás – mencionada y reconstituída en nuestro “Comentario crítico” de Alberdi – en la que nos afirmó que la batalla de Ituzaingó “no había sido una victoria argentina, sinó una hábil retirada de su padre”.

“Nó – contestó Rio Branco con su habitual imparcialidad – fué una victoria argentina, porque el general victorioso es el que ocupa el campo donde tuvo lugar la batalla, y Alvear lo ocupó: pero no fué una victoria completa, puesto que el ejército de Barbacena no fué perseguido como lo comprueba la nota misma de Alvear, que el señor ministro acaba de leer.”

Una rectificación más hizo el Barón á la narración del vizconde. Dijo que no había habido batallones austriacos en el ejército portugués. Que ciertamente hubo batallones alemanes; mas éstos fueron organizados en territorio brasileiro. Que lo de los batallones *austriacos traídos* de Europa eran invenciones de los historiadores argentinos.

La conversación que más le agrada en este caso es la pertinente a la historia americana, en la que es maestro por su erudición, profundos conocimientos y su asombrosa memoria para puntualizar hechos, detalles, nombres y fechas. Su exposición concisa, sugerente, sonora, sujeta a severa lógica e inspirada por su brillante imaginación y un criterio imparcial y justo, se hace grandemente interesante.

Está muy bien enterado de la vida social y política de las repúblicas del Plata, del Pacífico, el Paraguay y Bolivia. Conoce perfectamente a sus personajes políticos, funcionarios públicos, escritores, poetas, historiadores, periodistas y literatos.

Los nombres de nuestros compatriotas residentes en Buenos Aires le son familiares. Cuando el telégrafo anunció que el médico que asistía al presidente Saenz Peña era el doctor Decoud, nos llamó grandemente la atención el oírle establecer la diferencia que había entre el médico Diógenes, autor de la *Atlántida* y el abogado ex magistrado y periodista Adolfo Decoud, “casado con la hija del ilustre poeta y estadista Magariños Cervantes y amigo personal del doctor Figueroa Alcorta”.²

² Sabe el Barón que el General Alberto Capdevila, organizador táctico del ejército argentino, fué paraguayo; que el doctor José Vicente Urdapilleta, ex ministro de la Suprema Corte de Justicia de la Plata y diputado electo al Congreso Argentino en 1890, era paraguayo; el Contra Almirante Manuel Domecq García, organizador de la Marina de Guerra Argentina e iniciador de las construcciones de los dreadnought, es paraguayo; el doctor Antonio Dellepiane, que ha dado conferencias en la Sorbona de París en representación de la intelectualidad universitaria argentina, paraguayo; el General Luís Dellepiane, regenerador de la Policía de la Capital Federal, también paraguayo...

El compatriota de quien tiene formado un elevado concepto, es el ciudadano don Manuel Gondra. Casi podíamos decir que no hemos conversado una sola vez con el Barón que no nos haya hablado de él.

Por el doctor Zeballos profesa estima y consideración: elogió su celo patriótico. Lo hemos recordado repetidas veces. Igualmente hemos hablado en nuestras conversaciones del señor Batlle y Ordoñez, del doctor José Sienra Carranza, de la notable poetisa señorita Maria Eugenia Vaz Ferreira, de don Antonio Bachini, de los doctores Cecilio Báez, Manoel Domínguez, Hermenegildo Roa, de don Silvano Mosqueira, don Arsenio López Decoud, de los doctores Luís Alberto de Herrera, Zorrilla de San Martín, José Enrique Rodó, del esquisito artista Eduardo Schiaffino, Samuel Lafone Quevedo, Augusto

II

La intrínseca grandeza de alma y de sentimientos de este hombre superior, al incoar la modernísima orientación diplomática destinada, como precedente, a fundamentar un ideal de inequívocas esperanzas que llegue a ser la piedra angular de una jurisprudencia impositiva de los gabinetes en la política del porvenir, para el mejoramiento de las relaciones y mayor concordia entre los pueblos de origen latino, ha traspasado las fronteras del escenario americano, atrayendo la suprema consideración del mundo europeo y civilizado sobre su respetada personalidad.

Rendido testimonio de esa obsecuencia a su renombre y a su gloriosa patria, enaltecidos por su genio y sus virtudes, han sido la designación de Río de Janeiro para la celebración del Tercer Congreso Panamericano en Julio de 1906; la visita memorable del canciller americano Elihu Root a la misma capital fluminense; la creación del único cardenalato de la América Latina y las especiales distinciones tributadas a los representantes de los Estados Unidos del Brasil por los embajadores de las grandes potencias en el Congreso de la Paz.

En esta justa de la intelectualidad culminó como la estrella polar, en dominios que nadie pretendió disputarle, Ruy Barbosa, cuya poderosa mentalidad era la más fuerte y la más vasta de la América. Jurisconsulto como Freitas – a quien copió Vélez Sarsfield – filólogo como Renán que conocía las raíces de las lenguas célticas, pelásgicas y semíticas; profundo en ciencias naturales, físicas, morales

Belín Sarmiento, de Ramón J. Cárcano, Arturo Reynal O'Connor y de muchos distinguidos intelectuales uruguayos, argentinos y paraguayos. En un próximo trabajo procuraremos reconstituir esas interesantes conversaciones.

Un día que le encontramos leyendo en los diarios de Buenos Aires los comentarios sobre el discurso de recepción del nuevo ministro del Paraguay en Rio, nos dijo, mostrándonos una hermosa fotografía del presidente Saenz Peña con afectuosa dedicatoria: “Yo no quiero hacerle la injuria al presidente Saenz Peña de suponerle mezclado en esta intriga: por eso me dirijo al encargado de negocios en la Asunción y no al ministro brasileiro en Buenos Aires”.

y filosóficas: conocedor cual un heleno de la sintáxis de Demóstenes y la retórica de Cicerón, al eclipsar la oratoria de los Berryer y los O'Connell en la tribuna de la Haya, empalideció para siempre la dialéctica amanerada de modestos abogados de las delegaciones rioplatenses; y eso que ostentaban entre sus miembros al exponente afortunado de la celebrada doctrina de Pedro Urdemales.³

A tan envidiable altura alcanzó el éxito del preclaro hijo del *Cruzeiro* que, a un delegado argentino, le inmutó su fervor patriótico hasta el punto de llegar a turbarle su sueño con algo que se asemejaba al sonido de guerreras trompas, augurador de inminentes conflictos bélicos...

III

El Barón de Río Branco, blanco de cutis y de linaje, nació en Río de Janeiro el año 1845, de familia solariega y patricia. Es hijo del vizconde del mismo nombre, uno de los grandes estadistas que mayores servicios y lustre prestaron a los días esplendorosos del Imperio. Es alto de estatura, seis pies y cinco líneas ingleses; el tórax ancho y reciamente del cuerpo.

La estructura de su cabeza despoblada de cabellos es monumental, redondeada, vasta, del orden braquicéfalo. El hueso coronal, espacioso, ancho, levantado, formando con los parietales y temporales una bóveda craniana de regularidad irreprochable, constituye una obra de arte acabada.

³ Perú-rimá en guarani: sujeto *épico* de admirable facundia para descubrir lugares comunes. Cuando hace veinticinco años visitamos la Inglaterra, ya formaba como doctrina inconcusa de su legislación, el no acoger reclamaciones que se relacionen con empréstitos de los Estados sudamericanos levantados en la misma plaza de Londres. El Gobierno Británico protege a sus súbditos de los atropellos que se cometen con sus intereses y personas fuera de la jurisdicción del imperio; pero no les presta su concurso para resarcirles de perjuicios que eventualmente les ocasionen contratistas que les han llevado el dinero buenamente de su propia casa.

Sus facciones son romanas, de líneas puras: el ángulo facial aproximado a los noventa grados; nariz aquilina, ojos ligeramente lánguidos, rodeados de un tinte de melancolía que imprime a su fisonomía tranquila llena de nobreza un acentuado aire de tristeza. Sus pestañas son pobladas y largas, sus ojos acerados semi-oscuros resguardados por cejas finas, tupidas y ampliamente arqueadas, las cuales conservan todavía el colorido primitivo de castaño claro que ya han perdido sus cabellos ralos encanecidos. El cuello tiene grueso y corto como el de Honorato de Balzac, razón por que usa siempre la camisa de cuello doblado bajo, a la antigua.

Su presencia es majestuosa, imponente, por la dignidad que fluye de su persona y ese dón inherente por virtud peculiar genuina a los hombres de excepcional elevación moral. Con traje militar sería físicamente el símil perfecto del coronel de los coraceros blancos, príncipe de Bismarck; pero de un Bismarck embellecido, menos tosco, de ceño menos adusto. Mas apenas habla, se ilumina su semblante olímpico y se dibuja en sus labios una sonrisa benevolente, reflejo de su alma fuerte y bondadosa, que predispone favorablemente, atrae e inspira confianza a su interlocutor.

Sus palabras y manifestaciones son profundamente meditadas; jamás productos de la improvisación. Ha alcanzado un dominio absoluto sobre sí mismo, y es el primero en conocer su propia psicología, como también capaz de valorar a fondo, con más ciencia que Stendhal, la de los demás. Posee la penetración pasmosa para conocer a los hombres, con sólo cambiar dos palabras con ellos.

Inmediatamente que ha tratado a una persona, formula y escribe su biografía: la biografía de su ser moral, introduciéndose en lo más recóndito de su foro interno; relevando, precisando, fijando, acentuando, las cualidades simples, reales, simuladas ó prestadas del individuo, hasta dejar en evidencia la célula de cobre, plata, oro, la gota de luz que lleva escondidas cual secreto inviolable en el rincón de su conciencia.

Tiene muy bien educada su voluntad y disciplinado su pensamiento. Sabe prever, dirigir y dominar admirablemente los

detalles, y no decir sino lo que justamente desea, lo estrictamente necesario y conveniente; pero bien esclarecido lo que con su locución ha querido se le entienda.

* * *

Vive oficialmente en un palacio, en Itamaraty, con una biblioteca de cincuenta mil volúmenes y una copiosa y riquísima colección cartográfica. Muchos de estos mapas han sido trabajados por él personalmente, y otros están anotados profusamente, de su puño y letra con notas aclaratorias y explicativas extensas que forman libros, especialmente aquellos que él utilizó y de los cuales se sirvió en sus estudios de los arbitrajes internacionales en que actuó. Sus costumbres, sin embargo, y el régimen a que ha sometido su vida, son de rigurosa austeridad.

Él es sobrio, su mesa descuidada, frugalísima: no bebe licores y sólo toma un poco de vino, cuando come, acompañado de diplomáticos. Su departamento particular, dentro de aquel palacio, se asemeja al de un monje asceta. El dormitorio es una pieza desmantelada con una cama de soltero, circundada de cortinillas a guisa de mosquitero y unas pocas sillas. No se le conoce otro vicio que el del cigarro y esto mismo le han restringido los médicos.

Ya no tiene la vela encendida sobre su enorme escritorio cargado de papeles.

IV

Río Branco carece de fortuna, y esta circunstancia es para nosotros la que más alto relieve presta a su superioridad, por esa despreocupación, despego o desprecio por el elemento considerado primordial y que tanto aprecio merece de la vanidad y vulgar codicia humanas: él que con abrir la boca podría conseguir los millones que apeteciese. Su pequeño *chalet* de Petrópolis es de tal modestia que la mansión de cualquier corredor de bolsa de Buenos Aires o de algún

funcionario público subalterno, es más comfortable y suntuosa que aquél.

Pero una vez dentro de su recinto se da uno inmediatamente cuenta de que allí vive un gran estudioso, un grande y laborioso trabajador: un estadista, historiador, geógrafo y esteta.

Estanterías de libros escogidos, de apuntes, memorias, comentarios históricos, diplomáticos, geográficos; amontonamientos de instrumentos de geodesia, de libros en armarios, sobre mesas, sillas y muebles. Obras de arte raras, preciosidades de estraño valor, estatuillas exóticas antiquísimas, egipcias, faraónicas, iconos de Oriente de vieja plata dorada y cobre, bajorelieves de mármoles con pátinas seculares; y en las paredes, amontonados al azar cuadros de los grandes maestros, óleos, acuarelas, dibujos: Watteau, Teniers, Millet, Turner, Alma-Tadema, Neuville, Meissonier, Henner, Detail, varios Demartinos... Un retrato del Emperador Francisco José dentro de un marco de peluche de seda con su autógrafo y el monograma en oro y diamantes, el del Kaiser con dedicatoria firmada y de varios otros soberanos, presidentes y personalidades mundiales. Todo esto abarrotado en tres piecitas estrechas sin lucimiento ni cuidado.

El Barón es un formidable laborioso, pero sin método ni orden. Cuando está entregado al trabajo pierde la noción del tiempo, ya no se acuerda de la hora para comer, descansar o dormir⁴. Es además un poco bohemio en el concepto de esa bohemia psíquica que cual un mal del genio y del talento ha agobiado a poderosos espíritus perseguidores de hondos ideales, a los grandes hombres de pensamiento

⁴ La noche del 6 de Septiembre, durante uno de los suntuosos saraos que acostumbra ofrecer el Barón en Itamaraty, nos invitó a hacer una visita a su grán biblioteca, mientras los centenares de aristocráticas parejas se entregaban a la danza. A las doce y media de la mañana, cuando ya habíamos recorrido buena parte de aquellas inmensas riquezas bibliográficas, se nos acercó y nos dijo: "Yo he almorzado hoy a las 3 de la tarde y no he comido. Vamos a cenar". En la mesa nos acompañaron nuestro ex-condiscípulo, el Ministro argentino, doctor Julio Fernández, uno de los diplomáticos más estimados en la capital fluminense, por su temperamento bondadoso y correcta caballerosidad y el publicista y poeta brasileiro, doctor Rodrigo Octavio, nuestro distinguido y antiguo amigo. Nos sirvió la cena con esmero Salvador, el ayuda de cámara del canceller.

y de acción; a los grandes agitadores, creadores o innovadores de naciones, como William Pitt, Pedro el Grande, Carlos XII, Frederico de Prusia, Pedro I del Brasil y el mismo doctor Roque Saenz Peña, antes de ser millonario y “protocolista”, en época que formaba entre los *habitués* al “Club del Progreso”, e iba a ofrecer en lejanas latitudes su honor, su espada y su vida a la causa nacional de los hijos del Sol!

Lord Liverpool – refiere un insigne embajador – me llevó en el mes de Junio último a comer en su casa de campo. Al atravesar por Putney, me enseñó la casita donde murió, pobre, el hijo de lord Chatham: el hombre de Estado que había puesto la Europa a su sueldo y distribuído con sus propias manos los millones de la tierra.

Este omnipotente canciller no tenía ningún orden en su casa, ni horas para comer ni para dormir. Acribillado de deudas, no pagaba ninguna. Un camarero dirigía su casa. Mal vestido, sin placeres, sin pasiones, ávido solamente de poder, despreciaba los honores y no quería ser más que William Pitt.

Este esbozo elocuente y sugestivo podía servir de resumen biográfico al egregio brasileiro, descartándolo de las deudas, porque el Barón no debe a nadie. Lo demás es exacto: tiene también él su camarero de confianza y tampoco aspira a ser sino Río Branco. El nombre de Río Branco en su país es más representativo que el de ningún presidente o monarca de la tierra en el suyo, como prestigio, como confianza, como autoridad. Ante un simple gesto de él, se

En seguida después pasamos al *fumoir*, donde permanecimos hasta cerca de las tres a.m. Fueron las horas en que exteriorizó alguna satisfacción el Barón. Se habló de historia y de arte largamente. Entre tanto los personajes, entre ellos muchos militares, entraban y desfilaban por ante nuestro grupo. Todos querían veer y dejarse ver y si era posible merecer una sonrisa del grande hombre, venerado, admirado y querido como un Dios.

Antes de separarnos, el mui autorizado plenipotenciario de Colombia, don José Maria Uricoechea – de los altos patricios y sabios Uricoechea de Bogotá – que se nos había incorporado, tomó la palabra y, dirigiéndose a Río Branco, expresó muchos conceptos hermosos, y sobre todo muy honrosos para nuestra modestísima persona, que el Barón escuchó, aceptó y aprobó.

conmovería toda esa poderosa república que es el cuarto imperio territorial del mundo y el más rico.

Más que el nombre de un hombre, constituye un símbolo: el verbo, la abnegación, la imagen viviente de la patria misma; por eso el Barón de Río Branco es el más fuerte hombre de Estado contemporáneo.

¡Ai! cuánta fatalidad! En este momento se nos comunica la infausta, la dolorosísima noticia de su fallecimiento en Río de Janeiro. Ya no continuaremos... La pluma se nos acaba de caer de las manos humedecidas en lágrimas. ¡Qué inmensa desgracia para su patria, la civilización, la América toda!

A educação histórica do Barão do Rio Branco explica a extensão de sua influência na vida nacional do Brasil

Clovis Bevilacqua*

Tal como se me afigurava, a individualidade do Barão do Rio Branco foi uma poderosa energia posta a serviço de nossa evolução nacional e cultural.

Para que a sua inteligência, clara no perceber e pronta no conceber, produzisse um trabalho sempre útil ao desdobramento das forças morais do país, era necessário que o seu sentimento refletisse o conjunto das aspirações nobres e justas, que as condições históricas vieram evocando para o Brasil, e lhe desse uma visão suficientemente lúcida da psicologia do povo e de sua capacidade política. Tendo formado o seu espírito no estudo minucioso e constante da história pátria e do assento geográfico sobre o qual a pátria se desenvolveu, avigorou e apurou o seu amor pelas coisas brasileiras, de modo que as penetrasse tão intimamente quanto é dado às nossas faculdades, e a perceber-lhes as vibrações mais recônditas. Depois, chamado a defender o direito brasileiro nas contendas de limites com a Argentina e com Guiana Francesa, esse cabedal acumulado, de idéias e sentimentos, se expandiu em erudição e dialética, entrou, francamente, na circulação da vida nacional, revelando e afirmando fatos e tendências, repercutindo na alma popular, iluminando a consciência do povo. Lutar com adversários do valor de Estanislau S. Zeballos, o conhecido homem de Estado e professor argentino,

* (Viçosa, CE 1859 – Rio de Janeiro, RJ 1944). Professor e jurisconsulto. Deixou importante obra jurídica e de crítica literária. Autor do projeto que deu origem ao Código Civil de 1916. Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1906-1934). Membro da Corte Permanente de Arbitragem.

enfrentar o prestígio da diplomacia francesa, potência de primeira ordem, de reconhecida superioridade de cultura, no mundo ocidental, é um ato de bravura intelectual. Mas não passaria de um torneio político-literário, cujo eco se apagaria em pouco tempo ou apenas recolheriam os curiosos e os homens do ofício. O que deu a esses feitos uma alta significação histórica foi terem eles correspondido a necessidades sentidas por nossa consciência nacional, foi traduzirem afirmações de nossa nacionalidade, conforme ao direito, e necessárias à nossa integração geográfica. O advogado falava pela Nação, e o povo sentia que o defensor de suas pretensões exprimia, com vigor e lucidez, os anelos e pensamentos que se lhe esboçavam na alma.

Depois dessas duas vitórias, estava indicado o estadista capaz de dirigir, com acerto e vantagem, as nossas relações internacionais. Assim o compreendeu o Conselheiro Rodrigues Alves e, no seu período presidencial, o Barão do Rio Branco iniciou essa obra grandiosa de assegurar ao Brasil, no continente e na comunhão internacional, um posto digno de seu povo e da sua situação geográfica. Não bastava levar a termo a melindrosa tarefa de traçar, com punho firme, a linha das fronteiras, que iniciara, obtendo as sentenças arbitrais contra a República Argentina e a França. Era ainda necessário mostrar, ao mundo, que a obra da civilização encontrara aqui terreno adequado; que a inteligência brasileira assimilara a cultura européia e era capaz de traduzir-lhe as aquisições com elevação e brilho; que eram as idealidades superiores que nos orientavam a vida, nos contatos internacionais; que sentíamos a solidariedade humana e trabalhávamos pela confraternização dos povos.

Por vários modos conseguiu o que ambicionara. Porém é fora dúvida que, entre todos os meios de que se pôde servir, dois ressaltam, na tela dos fatos, com tintas mais vivas: a nossa ação na Conferência da Paz, em 1907, e a retificação das nossas fronteiras com o Uruguai, cedendo-lhe o condomínio das águas na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão. Chamar a atenção de homens eminentes para o país, dar-lhe relevo nas representações diplomáticas, multiplicar os tratados de arbitramento, intervir, oportuna e criteriosamente,

em prol das boas relações internacionais do continente, como no caso Alsop, entre o Chile e os Estados Unidos, são serviços valiosos e atos de benemerência que formam, com outros muitos, esse tecido admirável de habilidade e competência, características da administração Rio Branco e que explicam a confiança incondicional e a veneração do povo por seu grande ministro.

Dir-se-á que a obra de Haia é do nosso embaixador, o eminente Sr. Rui Barbosa. Mas quem soube escolher o homem na altura de representar o Brasil republicano, culto, consciente de seu valor e cheio de esperanças no futuro, foi o Barão do Rio Branco; e, se o escolhido correspondeu à expectativa geral do Brasil, a sua escolha indica bem claramente que o ministro compreendera a importância excepcional daquela assembléia ecumênica, e vira a excelente oportunidade, que se nos apresentava, para dar mais uma amostra do que podíamos intelectualmente. Além disso, a Chancelaria não ficou inativa, tudo esperando do saber e da eloquência do embaixador. Esteve sempre vigilante a despertar simpatias pela obra que estávamos executando pelo órgão do nosso representante e a aplinar dificuldades, que lhe iam suscitando as competições, as desconfianças e o orgulho individual ou nacional dos que desconheciam a América do Sul.

Com a sua sagacidade e o seu preparo especial, seria Rio Branco um notável diplomata em qualquer país do mundo. Mas o que o fez um grande brasileiro foi a oportunidade feliz em que se achou de pôr essas suas qualidades individuais em consonância com as necessidades do país e a serviço de seus legítimos interesses. Foi uma ventura para ele e ainda mais para o país, que o seu espírito estivesse amadurecido, no momento em que o Brasil encetava, sob os auspícios da República, um vôo mais largo, fitando horizontes mais amplos, e que, na curva da espiral que nos leva para o futuro, alguém o reconhecesse e o atraísse para a obra que ele tinha de realizar, porém de que se não poderia desempenhar cabalmente se não tivesse haurido na história do país a inteligência da alma nacional e o sentimento das suas virtudes.

O estudo da sua influência nos destinos do Brasil traria mais uma prova à verdade do princípio sociológico, que poderia ser assim formulado: – se os homens dependem do meio social, em que vivem, os indivíduos, por seu lado, são forças que atuam na evolução da coletividade; e, muitas vezes, essas forças se perdem por mal aproveitadas, no momento, ou por não se efetuar a conjunção no horizonte histórico do indivíduo e da sociedade que se desenvolve.

Rio Branco

Carlos de Laet*

Na manhã de 10 de fevereiro de 1912 pairava enorme ansiedade sobre esta capital. Agonizava o Barão do Rio Branco. Parecia que, nada mais havendo a esperar, já devêramos todos estar conformados com o inevitável desfecho... Mas, não sei por que, uma insensata esperança se nos apegara ao espírito. No duelo entre a morte e o colosso, ainda se esperava uma prodigiosa vitória do lutador derrubado e arquejante.

De nossa casa, em Santa Tereza, olhava eu para a cidade que se me afigurava envolta em nimbo de tristeza, quando lentamente vi arvorar-se, a meio pau, a bandeira nacional no Palácio Monroe... Tinha morrido o Barão do Rio Branco... e, momentos depois, como a repercussão do luto em terra, troava no mar o primeiro tiro pelo funeral do grande brasileiro.

Para os que, como eu, acreditam na superna direção das coisas humanas, Rio Branco foi um homem providencial. Nada ao princípio fazia adivinhar o que depois foi. Conheci-o *boêmio*, no bom sentido da expressão, e descuidoso de honras e até do próprio futuro. Seu pai, um dos mais brilhantes próceres do Segundo Império, fizera-o deputado-geral e redator de uma folha política: e ele nem falava nem escrevia. Motivos particulares induziam-no a retirar-se do Brasil e, cônsul em Liverpool, então foi que, na ausência da pátria, por ela se tomou daquela paixão imensa, inextinguível, de insuperável dedicação, suficiente para ocupar exclusiva uma existência e que foi o segredo de inauditos triunfos.

A predileção de Rio Branco para os estudos geográficos e históricos concernentes ao nosso país já se afirmara durante uma

* (Rio de Janeiro, 1847-1927) Catedrático de Português no Colégio Pedro II, jornalista (*Diário do Rio*, *Jornal do Comércio*, *O País* e o *Jornal do Brasil*) e escritor.

regência interina da cadeira de História do Brasil no Colégio de Pedro II. Na Europa mais se lhe acendrou essa especialização da atividade. Horas e horas consumia pesquisando um fato ou, debruçado sobre mapas, estudando uma fronteira. Nos trabalhos de Levasseur lê-se Rio Branco. Nas revistas e enciclopédias sentia-se o influxo do brasileiro *bem informado* e que discreto se escondia depois de ter escrito o artigo, ou mesmo a obra, sob o pretexto de ministrar informações. Um ótimo livro sobre D. Pedro II, de autoria do Sr. Mossé, desconfio, e com razão, que foi todo informado pelo Barão do Rio Branco.

Em circunstâncias normais esse homem teria ficado sempre um mero sabedor de geografia e história pátria. Mas tempo chegou em que todo o seu cabedal científico devia ser posto ao serviço da nação, e Rio Branco apareceu como o campeão brasileiro na questão das Missões. O Império preparara a solução do pleito pelo arbitramento. Sobreveio a República, e pelo convênio Bocayuva-Zeballos fez de Salomão e mandou partir ao meio a criança disputada. Diferença, e grande, entre a decisão do rei sábio e a da República incipiente, é que, no caso das Missões, apesar dos gritos maternos, ficaria a criança definitivamente partida, se lhe não acudira o pai, que também tinha espada. A intervenção altamente patriótica do exército frustrou a planeada partição. Rio Branco, defensor do nosso direito, fê-lo valer perante o árbitro norte-americano. Foi a sua, foi a nossa assinalada vitória.

Ao norte outra contestação havia e também secular. Disputavam-nos o francês o território do Amapá. Volveram-se todos os olhos para o vencedor das Missões. Que responsabilidade! Ele bizarramente não a rejeitou. Mais alguns meses e o contestado era nosso! Desde então *por unânime aclamação dos povos*, como rezava a fórmula monárquica – que constitucionalmente agora não se fala em Deus – desde então Rio Branco foi consagrado o máximo integrador do território nacional.

Devera, porém, ainda acrescentar-lhe o trecho do Acre, tão maior do que tantos estados europeus. A dificuldade, que se oferecia

formidanda, teve esplêndida solução. Poujou-se o amor próprio da Bolívia. Evitou-se no cerne da América do Sul a intromissão de uma *chartered company*. Deu-se plena satisfação ao patriotismo brasileiro, que, duramente golpeado, se houvera de sentir pelo abandono da região já regada pelo nosso sangue... Até mesmo pelo lado financeiro nos foi vantajoso o Tratado de Petrópolis, porque em poucos anos nos ressarcia das despesas a que nos tinha obrigado... E então, sim, tendo gloriosa e pacificamente concluído a sua terceira campanha, Rio Branco podia morrer seguro do veredicto da posteridade.

A revolta dos *dreadnoughts*, em 1910, foi, para Rio Branco, um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte e capaz de, pela sua união e tranqüila robustez, dominar os destinos desta parte sul do continente. Circunvagando os olhos pela baía ameaçada e pela capital prestes a padecer os horrores do fratricídio, o grande brasileiro teria, talvez, compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal... Pintanos a legenda o Imperador dos Francos, Carlos Magno, melancólico, até verter lágrimas, ao contemplar, de uma das janelas do seu paço, as longas barcas dos piratas normandos em suas audazes incursões, pelos rios acima, demandando o coração da França. Os couraçados em revolta não eram menos ameaçadores e prenhes de funestos presságios. Para mim tenho que o fúnebre episódio por muito entrou no declínio da já combalida saúde de Rio Branco...

Que ele tivesse defeitos ninguém o contesta. Eu mesmo, que pessoalmente o estimava, mais de uma vez, no uso do meu inauferível direito de crítica, censurei os processos sumários com que ele – austero, aliás, e imaculado no manejo do dinheiro público – solicitava, procurava e autorizava extraordinárias despesas. Fácil, outrossim, na proteção, mais de uma vez a outorgou a pessoas menos dignas dela... Mas que tem isso? De Richelieu, moribundo, conta-se que, exortado a se reconciliar com seus inimigos, respondeu que como tais não tinha tido senão os inimigos da França. A defesa de Rio Branco está em que, no próprio abuso do poder público, só visava a grandeza e a prosperidade da pátria.

Em seu leito de morte não lhe faltaram as supremas consolações da Igreja – dessa Igreja cuja solicitude junto do moribundo tantas vezes tem sido exprobrada, e que, contudo, ali apenas procura uma palavra, um gesto de arrependimento para sobre isto exercer o seu direito de perdoar. Rio Branco morreu e baixou à terra cristãmente.

É impossível sair perfeito o artefato modelado em argila humana. Felizes os vultos que, qual o de Rio Branco, têm na agigantada beleza das formas o *quid* divino dos bronzes históricos e dos mármore imortais!

(Rio, 28 de março de 1913)

Río Branco

M. Gorostiaga*

El nombre de Río Branco no morirá.

Acaso, en días muy lejanos, el río de donde proviene sentirá agotarse en la laguna Mahú, y aisladas las sierras de Pacaraima del inmenso Amazonas, que sus aguas caudalosas entrelazan: su cauce mismo podrá cegarse y desaparecer, como accidente geográfico en las regiones extremas del norte.

Pero mientras el Brasil mantenga su unidad en ser, inteligencia y poder, los perfiles simbólicos de quienes lo llevaron como distintivo de su individualidad habían de perpetuarlo con los actos fecundos realizados por dos existencias saldadas en los misteriosos arcanos, que enclaustran las ignoradas orígenes de la vida.

La ley redentora que esterilizó la odiosa esclavatura con la declaración del vientre libre, al cerrar con llave de oro una época de estravío mental, dilató en los tiempos la memoria inmortalizada de su iniciador, gravándola con letras luminosas, impregnadas de inestinguible gratitud por hoy y por siempre jamás.

Esas luces brillan su modesta tumba, en el cementerio de San Francisco Javier, y se perpetúan sin requerir los frágiles cuidados de la mano del hombre: están ahí puestas y renovadas por la conciencia de un pueblo, en la interminable sucesión de los salvados de la infamia, por las eficiencias de la dignificación purificadora, que transformó con sus virtudes al esclavo en ciudadano, instrumentalidad de la soberanía.

No por una inspiración magnánima, generosa y civilizadora, sino como los resultados de la perseverancia del saber y de las energías

* Manuel Gorostiaga. Diplomata argentino, Ministro Plenipotenciario en Rio de Janeiro de abril de 1899 a dezembro de 1907.

propias, puestas lealmente del lado de los intereses permanentes de la nación, el hijo siguió las huellas del padre ilustre, con éxitos no superados, ni igualados en tarea colosal de trazar los límites y circunscribir el extenso perímetro superficial del Brasil, sin recurrir a la espada, par los métodos normales del derecho, sin enturbiar la concordia internacional.

Cuando el Brasil, hoy con sus inmensurables y fértiles campiñas desiertas, se vea, en un futuro remoto, repleto de pueblos prósperos y felices, dueños de una civilización superior, gozando al amparo de sus leyes los beneficios inapreciables de la libertad, la figura de Río Branco ha de emerger, al evocar el pasado, como la imagen tutelar, velando por la integridad de las líneas intangibles – el diseño de su mano para construir y definir la personalidad territorial de la nación, en las plenitudes de su grandeza regional.

Así es como el padre y el hijo se confunden e integran en una solución de continuidad, revocando los raros ejemplos ofrecidos por la historia, sin eclipsarse el uno al otro en sus trazos de figuración y de gloria legítima y bien conquistada.

La personalidad de Río Branco se destacaba menos por su ilustración que por su clarividencia, seguridad y firmeza de sus resoluciones, como por el vigor y la energía en realizarlas.

Un falso concepto generalizado le atribuía indolencia y desorden en el trabajo, como antecedente aclaratorio de una supuesta lentitud para alcanzar los objetivos perseguidos.

No era esa la verdad, sino antes bien efectos de la prolijidad difícilmente agotable, empleada en la acumulación de elementos informativos y su ordenamiento, en homenaje al acierto, por manera que, a la hora de la acción decisiva, todo estuviera preparado en condiciones a no retroceder, ni cambiar de actitud.

Acaso, el más delicado y difícil caso, de cuantos tuvo a su estudio y dirección, fué el llamado de Acre por traer a sus complicaciones visibles y probables, una división de opiniones profunda y fundamental, entre los mismos hombres del Brasil. No se aventura mucho al decir que, a caer su solución en otras manos, sus orientaciones habrían

cambiado, preparando finalidades diversas, mui difíciles de enunciar, como de circunscribir su gravedad.

Río Branco no solamente eligió la línea recta, la mejor y más indicada, sino que se entregó a resolverla, poniendo sin reservas, energías, reputación y prestigios, con insuperable firmeza y valor moral, alcanzando así, de una vez: el ensanche territorial del Brasil, con una extensa y rica región; la consolidación de la paz y amistad con las naciones vecinas y la formación de nuevos vínculos de cordialidad con los Estados Unidos de Norte-América, entonces sospechados de insinceridad por las idiosincrasias de la opinión.

En el espíritu de Río Branco no se anidaban ambiciones de radio estrecho: su pensamiento amplio abarcaba siempre y siempre la nación, en su unidad de conjunto, y esterilizaba a su roce todo concepto que no trajera en sus entrañas los gérmenes de su engrandecimiento y felicidad.

Posiblemente, reconocía ese origen, la causa por la cual nunca lo perturbaron, durante el largo proceso de un obra magna, los deseos de llegar a la presidencia de la República: temía, quizás, que su figuración excepcional y sus méritos no fueron bastante eficaces para impedir la división y eso lo angustiaba a desfallecer.

Es bajo estos aspectos bien definidos, que su individualidad se delinea en el exterior, como una encarnación viva y representativa del pensamiento y del sentimiento del Brasil, inseparable, idéntico, hasta confundirse en una entidad visible y tangible, como perfecta sinonimia.

Y el Brasil mismo así lo conceptuó: tal y como si Río Branco fuera su agencia natural, con testimonios inconfundibles de reconocer en él su director de hombres y de saberse feliz secundándolo con sus adhesiones y aplausos.

A mérito de esto, la autoridad de Río Branco tocó a su culminación y su palabra, en las materias confiadas a su cuidado, se resolvía en un oráculo para la nación que la recibía sin crítica y la adoptaba sin vacilar, y así repercutía en el exterior.

Ningún hombre, antes que él, gozó en el Brasil de tan estraña prerrogativa, y pasará probablemente, medio siglo, sin reproducirse

un fenómeno sociológico tan singular, en una nación con veinte a veintecinco millones de almas, si no más, dotadas, por lo general, de un carácter levantisco y descontentadizo.

Y lo que más hiere la atención, al hacer su examen y filosofía; lo que más sobresale, en todo, es el papel de Río Branco, el marco dentro del cual discurre su existencia, absorvida por la preocupación de ser útil a la comunidad, en el descuido de sí mismo, sin atender a las exigencias más indispensables de la vida material para los días sin luz del olvido y de la ancianidad.

Río Branco se ofrece por eso como un tipo antiguo de abnegación y desprendimiento, que si el criterio positivista de estos tiempos apenas alcanza a distinguirlo al través de una idealidad, sin apreciarlo en su justo valor, se impone en su realismo simpático como un modelo a imitar para la juventud intelectual y, conjuntamente, al respeto de sus conciudadanos y de la historia.

La actuación de Río Branco puede ser objeto de critica fuera del Brasil; pero para el Brasil fué el fiel intérprete de su sentir y de su saber en todo cuanto le afectaba, de más íntimo y de más importante para los despliegues de su potencialidad.

Y sin descender a los detalles de sus luchas intestinas, aplicó sus conocimientos, sus talentos y su voluntad fuerte tan bien y exactamente, en la medida de lo necesario y conveniente, a no fallar jamás las finalidades.

La índole de las funciones de su desempeño lo condujeran a gravitar fuera de las fronteras del Brasil, ligándolo estrechamente a las naciones sudamericanas, por una colaboración pacífica e amistosa en la delimitación jurisdiccional, que liquidó a perpetuidad divergencias seculares, perturbadoras de la armonía internacional, reclamada por la civilización, agregando a su memoria ese título imperecedero que lo agranda y recomienda a la posteridad, como obrero de la paz.

No estuvo, sin duda, exento de pasiones, y acaso no se requiere un prolijo análisis en el discurso de su acción para sorprender desperfectos, pues eso constituye la esencia de la naturaleza humana,

de cuyas flaquezas nadie está libre, ni lo estuvo César tenido por el más perfecto de los mortales.

Empero, juzgada dentro de las luces que encierran la unidad de su existencia y de su labor, debe decirse, en realidad de verdad, que ningún hombre de su generación o de sus contemporáneos hizo tanto bien al Brasil, puede ofrecer una obra tan completa, y disfrutando de su autoridad y prestigios, así poderosos, como incontrarrestados, le haya causado menos sacrificios, ofreciéndole al descender al sepulcro, como resultado de su consagración, la paz estable, afirmada sobre la solidaridad de intereses, y la recíproca confianza, en las naciones a que la entrelazan una estrecha comunión de ideas, de cultura, de justicia y de derecho!

(Buenos Aires, Março 1913)

O Barão do Rio Branco e o Direito Internacional

Pinto da Rocha*

“O Direito Internacional é uma utopia”; “o canhão é a *ultima ratio* entre as nações”.

Esses dois conceitos pessimistas ainda hoje andam e aparecem emparelhados em obras dos melhores e mais eminentes espíritos deste alvorecer de século.

E as guerras, que têm ensangüentado o Oriente e o Ocidente, o Velho Continente e o Novo Mundo, servem a esses altos engenhos de argumentos decisivos para demonstração daquelas duas teses desumanas e cruéis.

Não há muito, o eminente estadista da França, elevado à Presidência da República por entre louvores quase unânimes da sua pátria e com aplausos de todo o mundo civilizado, asseverava, na mensagem dirigida ao Parlamento, que “uma boa diplomacia somente poderá impor-se quando for apoiada pela força dos canhões”.

É uma fórmula menos rude vestindo o velho preconceito que faz da guerra a sanção do Direito Internacional; mas, se bem que atenuada, a rudez subsiste contra a opinião de autoridades superiores e contra a eloqüência dos fatos que se impõem vigorosamente ao desalento dos negativistas.

Quando a política bismarckiana, esquecendo as lições da história, desprezando as exigências da moral e calcando as prescrições do direito, chamou ao domínio do Império Germânico o território das Ilhas Carolinas, que uma posse secular e insofismável, que uma

* Arthur Pinto da Rocha (Rio Grande, RS 1864 – Rio de Janeiro, RJ 1930). Político e magistrado gaúcho. Professor de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito de Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Ministro do Superior Tribunal Militar, poeta, cronista, teatrólogo e historiador.

ocupação permanente e indiscutível haviam incorporado ao patrimônio da soberania espanhola, a opinião nacional da pátria dos Cids ergueu o seu protesto altivo, fez sentir a grandeza do atentado, a insolência da injúria, não obstante a quase unanimidade da imprensa alemã aplaudindo o ato do chanceler e procurando justificá-lo pela necessidade da expansão imperial apoiada pela força incontrastável das armas germânicas.

O *Chanceler de Ferro* sentiu a gravidade do perigo e propôs ao Gabinete Espanhol a solução da pendência, pela arbitragem do Papa Leão XIII, deixando de parte a mediação oferecida pelo Rei Umberto. E o estadista sem coração que, em 1875, solicitara ao rei de Itália que negasse ao papa o direito de censurar os atos dos governos estrangeiros, reconhecia e saudava naquele momento a soberania do pontífice.

Quando o Vaticano proclamou os direitos seculares da Espanha ao arquipélago usurpado por Bismarck, o estadista do Báltico desprezou a força dos canhões e dos seus exércitos, aceitou a sentença do árbitro que não dispunha de espadas nem de couraçados e, recebendo a Grã-Cruz da Ordem de Cristo que a mão de cera do papa lhe colocava ao peito ao lado das insígnias da Águia Negra, afirmava solenemente que “para ser onipotente sobre o coração dos homens, a Igreja não tem necessidade de couraçados nem de exércitos gigantescos. O papa que encarna o mundo moral está acima de todas as forças humanas e o seu poder é ao mesmo tempo soberano e intangível”.

A diplomacia de Bismarck era, como entende Poincaré, apoiada pela força do mais formidável exército da Europa, e a diplomacia de Leão XIII tinha, tão somente a protegê-la, a grandeza inerme do direito, a austeridade da moral, a severidade da justiça e a incorruptibilidade da história!

Entretanto, o príncipe que levantara sobre as ruínas do Império Francês desmoronado pelos ciclones de Metz e de Sedan a unidade do Império Germânico, sob a hegemonia da Prússia, o chanceler “habitualmente tão desdenhoso pelas condecorações, depois desse incidente diplomático, tinha sempre o maior empenho em ostentar,

publicamente, por ocasião das cerimônias e festas oficiais, a Cruz de Cristo, que a mão mirrada do pontífice lhe havia colocado ao peito”.

Essa vitória da diplomacia sem canhões, da moral inerme, da justiça isolada, contra a diplomacia armada, contra a política sem escrúpulos, contra as ambições imperialistas, é uma das mais eloqüentes afirmações de que o Direito Internacional não é uma utopia, nem os canhões são a *ultima ratio*, a sanção suprema.

O Direito Internacional pode ser violado ou desconhecido, sacrificado aos interesses ou às paixões; mas nem por isso deixa de existir como princípio regulador das relações entre os povos e encontra, finalmente, a sua sanção nas represálias que experimentam, cedo ou tarde, aqueles que desprezam e sacrificam a severidade das leis internacionais. A guerra será sem dúvida e por muito tempo ainda o recurso extremo, mas se a arbitragem internacional puder alojar-se definitivamente entre os costumes dos Estados, as soluções violentas, que estão bem longe de assegurar sempre o triunfo do direito, serão evitadas, para bem geral da humanidade. E as nações confiando a uma terceira entidade, assim superiormente considerada pelos contendores, a decisão da pendência, deixarão de ser juízes nas suas próprias causas.

São poucos, por enquanto, os exemplos desta espécie, asseveram os pessimistas: mas seja qual for o número a significação é imensa; a sanção do Direito Internacional não é, não pode ser a força das armas; é a moral, é a opinião pública, “todos os dias alimentada pelas mil vozes da imprensa e da tribuna, encarregando-se igualmente de vingar ou evitar as tentativas criminosas e preparando as soluções justas e imparciais”.

Funck Brentano e Sorel, no *Précis des Droits des Gens*, lembram muito judiciosamente que “as regras do Direito das Gentes podem ser perfeitamente comparadas com as leis da higiene”.

O homem, com o seu livre arbítrio, diz René Foignet, afasta-se das regras da higiene, mas se o fizer, a doença ou a morte podem atingí-lo, e esse receio obriga-o à observância fiel daquelas prescrições. Acontece o mesmo com o Direito das Gentes. Os Estados, no

exercício da sua soberania, podem esquecê-lo ou desprezá-lo, mas se o fizerem, expor-se-ão às represálias de Estados mais poderosos ou às combinações dos outros Estados que se coliguem, tal como sucedeu com Luiz XIV e com Napoleão I, contra os quais, a dois séculos de intervalo, a Europa se coligou para reprimir os abusos que haviam cometido pela força, em prejuízo do Direito das Gentes.

A guerra não pode ser considerada como sanção do direito, porque, além de assegurar a vitória da força e não do direito, há ainda a considerar que, como todos os fatos que se desenrolam no decurso da vida das nações, a queixa é também regulada pelo Direito Internacional e vem experimentando a influência superior da civilização que tem nas prescrições do direito as suas mais belas e fecundas manifestações.

A guerra moderna é absolutamente diversa nos seus processos da guerra antiga, de há um século. Quem dita as leis da guerra moderna? O Direito Internacional: foi esta utopia que introduziu a Cruz Vermelha nos campos de batalha, que aboliu as balas explosivas, que reduziu a casos excepcionais e a pontos determinados a necessidade dos bombardeios. E para fechar a energia da argumentação bastará secundar o exemplo de alta moral, de alevantada dignidade que o Japão deu ao mundo, na guerra contra o Moscovita, fazendo acompanhar o seu exército em campanha e a sua esquadra em operações por dois professores de Direito Internacional das suas escolas superiores para que essa generosa utopia não sofresse violações da força no ardor das batalhas.

* * *

Toda a existência do Barão do Rio Branco foi consagrada à observância desse conceito profundo, brilhante e humano: a sanção do Direito Internacional não é guerra, é a moral, manifestando-se pelas correntes da opinião pública.

A escola a que pertenceram no Brasil os dois eminentes estadistas Barão de Cotegipe e Visconde de Rio Branco achou a

sua razão de ser ao tempo em que o Império e a dinastia tinham o propósito e a necessidade de se isolarem das Repúblicas vizinhas, para evitarem o contágio das idéias da democracia e a influência que, ainda mesmo à distância, exercia a poderosíssima e opulenta República anglo-saxônica da América do Norte.

De acordo com as exigências atuais da política externa, depois de integrado o Brasil no amplo regime republicano que constitui a atmosfera americana, o Barão do Rio Branco compreendeu, felizmente, que não podia continuar no isolamento da política imperial a nacionalidade fadada para exercer a hegemonia continental sulina, rompeu com as normas já anacrônicas, deu largas às expansões de seu espírito de liberal e formulou o vasto plano internacional que a memorável vitória sobre as pretensões argentinas, na célebre questão das Missões, tornou possível ao seu gênio político, à sua sagacidade de diplomata e à sua erudição de historiógrafo.

O chanceler eminente compreendeu que não podia ficar, como o Prometeu da lenda, amarrado ao cadeado constitucional, pelas correntes de uma pretensa indissolubilidade territorial que, segundo alguns, o pacto fundamental da República havia fixado com rematada imprudência, antes de saber positivamente até onde podia chegar a soberania brasileira, nas linhas divisórias que ninguém ainda havia determinado.

Diplomata sagaz, com a mais formidável responsabilidade política do continente, homem do seu século, servindo a sua pátria e não somente um regime, animado pela influência fecunda do espírito do tempo de que fala o sábio Bluntschli e que parece proteger a humanidade contra o despotismo permanente de uma força única ou de uma tendência exclusiva, o eminente brasileiro que dirigia a pasta das Relações Exteriores evoluiu com o tempo e pôde prestar, ao Brasil, uma série brilhante de serviços que valeu confirmação de que o Direito Internacional não é uma utopia, nem os canhões dos exércitos e das esquadras representam a *ultima ratio*, na decisão das contendas entre os Estados soberanos.

Nunca, durante a gestão do eminente Chanceler, o Brasil teve necessidade de recorrer às armas para amparar a sua diplomacia, para fazer valer as suas pretensões e ver coroado o seu direito pelas sucessivas vitórias que tanto nos têm enaltecido.

Nas Missões, o laudo de Cleveland, consagrando o direito brasileiro, deu aos admiradores da arbitragem um argumento poderoso contra a guerra; no Amapá, o laudo do Presidente da República Helvética, confirmando a majestade do direito brasileiro, fortaleceu a primeira decisão; na questão da Guiana, o laudo do rei da Itália, se não safou totalmente as reclamações brasileiras, foi, entretanto, o juízo sereno de Salomão e demonstrou, na parte cedida ao Brasil, que para se fazer justiça e dirimir contendas entre soberanias litigantes, o Direito Internacional não necessita das couraças dos *dreadnoughts* nem da fuzilaria dos exércitos, porque, acima dos movimentos envolventes das grandes massas militares, estão as serenias conclusões da lógica e da razão para convencerem o espírito dos magistrados.

Essa série de triunfos jurídicos preparou a vitória direta da negociação entre os próprios litigantes na questão sobre as fronteiras da Bolívia e do Peru, sem que fossem perturbadas as relações de amizade que sempre haviam ligado as três nações lindeiras, antes, ao contrário, serenando o espírito e afastando a possibilidade de uma luta pelas armas, que já se fazia sentir inevitável e teria ensangüentado a história do Direito Internacional sul-americano, se outro fosse o palinuro das Relações Exteriores no Brasil.

E quando a opinião pública, americana e européia, depois de uma série tão grande e tão ruidosa de vitórias diplomáticas, tornara possível um movimento mais forte de justiça com o reconhecimento formal e espontâneo dos direitos de um ribeirinho, longo tempo contrariado pelo interesse do exclusivismo imperial e dinástico, viu o mundo absorto que a iniciativa liberal do Barão do Rio Branco, em homenagem à verdadeira doutrina jurídica, em homenagem às justas aspirações de um povo nobre e irmão, abriu mão de um privilégio secular e vexatório que estava na posse do Brasil desde

tempos imemoriais, cedendo à República Oriental do Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim e a livre navegação daquelas águas e do Rio Jaguarão, até então exclusivamente de propriedade brasileira.

E o Tratado de 30 de Outubro de 1909 aparece como o documento talvez mais belo, mais generoso e mais nobre que a política há já inspirado modernamente: – representa ele o reconhecimento, por um forte, do direito de um fraco, aliás consagrado pelo tempo, pelo *uti possidetis* e pela letra expressa de vários tratados, como indiscutível ao patrimônio da soberania brasileira.

Quando se realizou, na sala dos Cavalheiros em Haia, a grande solenidade da Segunda Conferência da Paz, nesse conclave das sumidades intelectuais, políticas e diplomáticas do mundo, o Barão do Rio Branco, obtendo do eminente Senador Rui Barbosa a aquiescência para nomeá-lo Embaixador do Brasil naquele vasto Concílio ecumênico das soberanias, rematou soberbamente a sua grande obra de solidariedade humana em favor da idéia generosa de contribuir para a grandeza real da ciência que Fiore tanto honrou, apagando definitivamente do espírito do século esse preconceito que faz do canhão a razão suprema, a força última, a sanção única do Direito Internacional.

Esses dois cérebros privilegiados conseguiram a convergência de todos os olhares sobre o Brasil republicano.

E quando a Conferência, que fora convocada para tratar das condições de estabilidade da paz, pretendia basear a composição do Tribunal Permanente de Arbitragem no poder militar das grandes potências, classificando os Estados e as soberanias pela quantidade de baionetas e pelo alcance da artilharia, a eloqüência do embaixador brasileiro levantou a discussão da célebre tese da igualdade das soberanias e, num pleno acordo de vistas com o Barão do Rio Branco, o Brasil apareceu no conclave de Haia como advogado espontâneo, o paladino desinteressado das pequenas pátrias, que o orgulho das potências européias pretendia reduzir às míseras condições de servas da gleba, subordinadas à grandeza militar dos seus exércitos e das suas formidáveis esquadras.

Os dois grandes homens do Brasil, inspirados pela mesma doutrina superior, liberal e altruísta, venceram, sem armas e sem couraçados, a coligação das muralhas de aço, erguida, em pleno século XX, à altura de princípio regulador da vida e das relações internacionais.

Nem outro podia ser o procedimento de tais estadistas de uma República que inscreveu na sua Constituição política a obrigatoriedade do recurso à arbitragem para dirimir pendências, ao mesmo tempo que proíbe terminantemente a guerra de conquista.

E, assim, como consequência de doutrina tão liberal, coube ao eminente estadista a honra de celebrar o mais alto número de convenções dessa espécie, de modo que se colocasse no primeiro lugar entre os estadistas contemporâneos.

Durante a vida desse homem útil, durante a expansão dessa nobilíssima consciência de diplomata e de estadista, o Direito Internacional no Brasil deixou de ser a expressão exclusivista do egoísmo nacional para entrar na corrente altruísta da solidariedade humana, generosa e pura; passou do critério brutal da força como razão suprema ao critério luminoso da fraternidade como aspiração afetiva que se corporifica em realidades; e aquela pátria que, apenas há noventa anos, entrou para o grêmio das personalidades juridicamente soberanas, sob a inspiração delicada do diplomata, seu filho, teve a honra de ser, em plena eclosão triunfal de Mauser, Kropatchek, Mannülicher, Winchester, Maxim, Madsen, Bange, Armstrong e Krupp, a primeira entidade política do planeta que fez das imposições da moral a sanção do Direito Internacional, quando ainda ao alvorecer do século XX, a velha Europa, talvez por uma revivescência atávica do feudalismo, legislava para a guerra, no seio da Conferência da Paz!

Foi assim que esse verbo generoso e magnânimo, que desde 1900 era um cidadão benemérito da pátria, por unânime consagração do Congresso Legislativo Nacional, ao entrar na sepultura para remontar à imortalidade, tinha conquistado indiscutivelmente o direito de ser considerado um benemérito da humanidade.

Rio Branco

Escragnolle Doria*

A sua primeira função pública: professor do Colégio de Pedro II

Os homens mais célebres, no fastígio das honras, não esquecem o primeiro cargo que exerceram. Antes, voltam-se para a lembrança dele com especial ternura e particular carinho.

Napoleão, imperador e rei, empolgando o universo com as garras do gênio, recordava-se comovido do galão de tenente de artilharia.

Guardadas as proporções, Rio Branco devia considerar com saudade a função pública de estréia, o magistério no Pedro II.

Quando o iniciou, estava na hora em que a mocidade caminha risonha entre o futuro e a esperança, ambos a lhe alcatifarem os passos de promessas e desejos.

Tinha vinte e três anos. Mocinho, acadêmico, fora um pouco jornalista em São Paulo, onde estudara Direito, e no Recife, onde se formara em Ciências Jurídicas e Sociais.

Depois escrevera e imprimira três monografias de boa polpa histórica: os *Episódios da Guerra do Prata*, a *Biografia do Capitão de Fragata Barroso Pereira* e o *Esboço dos feitos do Barão de Serro Largo*.

Começava-lhe a despontar o amor pelas coisas do passado, sedimento da vida que desaparece, a simpatia pela tradição, por tudo quanto constitui o inestimável tesouro aberto das nações, por tudo quanto as faz resistir e progredir.

Em 1868, o jovem advogado Paranhos resolveu fixar-se na sociedade, nela numerando lugar com a marca do trabalho.

* Luiz Gastão de Escragnolle Doria (Rio de Janeiro, RJ. 1870-1948). Contista, teatrólogo, jurista, professor e jornalista (*Semana, Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio*)

Cumpria encetar carreira onde empregasse os dias do presente, resguardando os do futuro.

Deu o primeiro passo na vida pública.

Estreou, com a nomeação de professor interino do Imperial Colégio de Pedro II, sendo designado para reger a cadeira de História e Corografia do Brasil.

O colégio, então como hoje, era dividido em duas seções, externato e internato. Dependia de duas magnas autoridades, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e do Inspetor-Geral da Instrução Pública, primária e secundária, do Município Neutro.

Paranhos, com o “placet” de ambas as autoridades, subiu à cadeira do instituto de ensino onde, poucos anos antes, alisara bancos como aluno que quase completara o curso do bacharelado em Letras. Assentando praça na reflexão, desde muito criança, Paranhos com certeza teve ensanchas de comparar e recordar, ao transpor como docente, os umbrais do colégio onde fora discípulo.

Era a 23 de abril de 1868.

O Brasil moía e remoía os dissabores da Guerra do Paraguai. Gastava dinheiro despendendo homens numa luta externa, longínqua, na qual a simples distância por si só era aliada do inimigo.

Generais e almirantes, soldados e marujos defendiam a bandeira nacional em trapejos, aos ventos dos recontros, aos puxões do perigo. Corria sangue, humana tinta vermelha tão tristemente empoçada nos campos de batalha.

O povo paraguaio, leonino e desditoso, agüentou o embate das três nações assanhadas por López.

As notícias da guerra eram recebidas com enorme entusiasmo ou com funda tristeza no Brasil inteiro, conforme o êxito feliz ou desditoso de nossas armas. Qualquer nova de grande vitória excitava delírio. Engalanava-se o Rio de Janeiro, o povo vinha à rua e a classe acadêmica, com os seus estandartes à frente, percorria a cidade debaixo de vivas e aplausos, ao som da música de alemães do Wehl.

Nesse ano de 1868, data da entrada de Paranhos para o Pedro II, como foi festejada a tomada de Humaitá! Até os simples

alunos do Pedro II se associaram ao regozijo com as suas fardetas escuras de botões dourados, saudando com todo o povo brasileiro o jovem Ministro da Marinha, o Conselheiro Affonso Celso, que imenso contribuía para o grande feito.

Também até os seus últimos dias de vida Ouro Preto conservou desvanecimento particular dessa vitória de Humaitá, que costumava chamar com garbo justo: *a minha batalha*.

E, contudo, em nossos dias, na data de Humaitá, nenhum governante se lembra de mandar tocar alvorada na porta de Ouro Preto, enquanto as bandas de música se esbofavam no limiar de simples e decorativos figurões que da batalha tinham tomado... o cheiro!

Nesse momento crítico da história pátria, 1868, para ensiná-la desde os primórdios, ocupou Paranhos a cadeira de História Nacional, que devia professar alternando a disciplina com Corografia do Brasil.

Despachara-o uma penada da Secretaria do Império, a cuja testa se encontrava o Senador José Joaquim Fernandes Torres, ministro da pasta.

A cadeira pertencia ao catedrático Joaquim Manoel de Macedo. Dela se ausentara ao tomar assento na Assembléia Geral Legislativa, na qualidade de representante da província natal, a do Rio de Janeiro.

Quando o Macedinho desempenhava o mandato legislativo, outrora de poucos meses, com prorrogações breves e inteiramente gratuitas, cumpria dar-lhe um substituto.

Em abril de 1868 foi Paranhos.

Gozava então o Colégio de Pedro II de fama dilatada e de prestígio sólido. Ser bacharel da casa constituía excelente carta aberta de recomendação às academias e aos cargos públicos.

Aliás, a cópia e a excelência dos alunos do colégio explicavam de sobra tal fama e tal prestígio.

O colégio era partido em duas metades, o externato, na Rua Larga, à sombra da Igreja de São Joaquim, e o internato, na Rua de São Francisco Xavier, no centro da chácara do Mata.

Dois homens respeitáveis dirigiam o externato, de cuja costela o governo, um pouco à bíblica, extraía o internato.

O reitor do externato, um médico, o Dr. Manoel Pacheco da Silva, tinha por assistente pedagógico o vice-reitor e docente do colégio, Monsenhor Felix Maria de Freitas Albuquerque.

À frente do internato duas batinas, a de Frei Santa Maria Amaral e a do Padre Sá e Benevides.

Exceto os do primeiro ano, os professores lecionavam nos dois estabelecimentos, em dias alternados, com ordenados parcos, muito parcos, e a obrigação de transportar-se a São Francisco Xavier, transporte incômodo, moroso e caro.

Entrando em 1868 para o Pedro II, Paranhos foi sentar-se ao lado de mestres da véspera.

Bem o conhecia sem dúvida o Secretário José Manoel Garcia, alto, magro, muito alvo, de louros cabelos amanteigados, por alcunha o *Canário*. Homem de caráter, saber e reputação, prestou inolvidáveis serviços à causa da instrução, sobretudo da popular.

O Português, no limiar do primeiro ano, era ensinado por dois colegas de Paranhos, por Monsenhor Felix no externato e pelo Cônego Francisco Bernardino de Sousa, falecido em setembro do ano passado.

Serviam de livros de aula a *Gramática* de Cyrillo Dilermando, e o *Iris Classico* de José Feliciano de Castilho.

A cargo de Halbout ficava o Francês. Era aquele muito rigoroso e catador de erros. Não se amolecia a empenhos. Reprovava acerada, fria e impassivelmente qual o cutelo de guilhotina.

Queria as narrativas de Solon muito bem traduzidas, espanadas de asneiras. Exigia as regras da gramática de Sevène na ponta da língua, simbolizava a perfeição do conhecimento decorado pela extremidade daquela massa carnosa e flexível.

O Inglês ficava com o Dr. Felipe Motta de Azevedo Corrêa. Escreveu este uma gramática e nela os alunos empacavam, por irreverente que parece o verbo, como empacavam, já no guia de conversação de Clifton, já nos trechos mais famosos do *Vicar of Wakefield* ou do *Robinson Crusoe*.

Do Alemão se incumbira Bertholdo Goldsmith, tipo de sábio teuto, pausado, gutural e bom, às vezes em conflito com o Português, porém respeitável e respeitado, iniciador da meninada nas complicações hiperbatônicas do idioma germânico.

Na cadeira de Grego estava o Dr. Schiefler. Todos os dias lá vinha ele do Papa Couve, em Catumbi, para regar, a aoristos, os jovens escolares, guiando-os nos meandros da gramática de Burnouf ou na decifração das páginas de Heródoto e Xenofonte.

Três mestres ensinavam Latim: Gabriel de Medeiros Gomes, Antonio José de Sousa e Lucindo Pereira dos Passos. Destrinchavam *Tito Livio*, *Virgílio*, *Cícero* e *Horácio*.

Não se davam as epístolas cicerônicas, nem certas odes horacianas. Essas ostentavam calor licencioso no verso e, em compensação, se originavam na frescura das imagens. Eram supridas pela riqueza vocabular do *Magno Lexicon* e da gramática de Castro Lopes.

Do português para o latim se vertiam os trechos mais fáceis de Camões, Bernardes, Vieira e Fernão Mendes Pinto.

O Italiano, matéria facultada, tinha por docente o Dr. Luís Vicente de Simoni, médico, baixotinho, muito teatrófilo, homem de mérito e de grande coração, amigo de música, da qual a sua bela língua materna já é tão formoso exemplo.

José Ventura Boscoli metia a Matemática na cabeça dos meninos com auxílio dos compêndios do Conselheiro Ottoni. Era professor amável e amado, com um sotaque aporuguesado que lhe dava graça às falas.

Certa vez perguntou a um aluno: “se o senhor entrasse numa venda e aí fosse comprar quatro libras de manteiga, se as tivesse de pedir pelo sistema métrico, com que unidades as pediria?”

O aluno atrapalhado (Joaquim Nabuco) limitou-se a responder: “eu não entro em vendas, senhor doutor”.

O grupo eclesiástico de Frei Saturnino de Santa Clara Antunes de Abreu, o do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sá e Benevides explicava Filosofia, Retórica e Ciências Naturais.

O primeiro contentou-se com a Metafísica de Barbe; o segundo recomendava para a Retórica as *Lições de Eloquência* de Freire de Carvalho e a leitura analítica da *História da Vida do Padre Francisco Xavier* do clássico Lucena e para a Poética o *Virgílio Brasileiro* de Odorico Mendes.

Sá e Benevides, por meio do Langlebert, desdobrava as maravilhas da Zoologia, da Botânica, da Mineralogia e da Geologia.

Expositor lúcido e inteligente, e mais tarde, quando bispo de Mariana, deveria lembrar-se das lições em que a palavra desconjuntava o corpo dos animais para mostrar aos meninos o que *havia lá dentro*, explicando os mistérios da Botânica, da semente ao fruto, ou classificando minerais, nossos duríssimos irmãos na família complexa da criação.

A Geografia tinha por docente o Dr. Pedro José de Abreu, autor de uma Geografia então muito em moda, a fazer viajar a rapaziada pelos oceanos e pelos mares, oh! pouco encapelados do atlas do Delamarche.

Cândido Pardal ensinava Desenho; Mathias Teixeira, Música; José Lourenço de Paiva, Dança, e o Alferes Pedro Guilherme Meyer, no Paraguai em 1868, lecionou Cultura Física, impelindo os meninos *às sereias...* do pátio de ginástica.

Para completar o quadro das figuras docentes da época no Imperial Colégio faltam apenas os professores de História, colegas de Paranhos.

Moreira de Azevedo e Tautphoeus expunham a História Universal. Macedo, substituído por Paranhos, dissertava sobre a Corografia e a História pátrias.

Os livros de aula na cadeira de História Universal cifraram-se no manual francês, e, por sinal, bem desenvolvido, do *baccalauréat ès lettres* e “no resumo de História Contemporânea de 1815 a 1865 por um professor”.

Macedo adotou o seu compêndio de História do Brasil, repleto de quadros sinópticos, e a Corografia do Senador Pompeu, livros pelos quais Paranhos teve de lecionar.

O quadro pedagógico da época não ficará perfeito e acabado se não mencionarmos alguns modestos e profícuos repetidores do internato, encarregados de explicar de véspera as lições do dia seguinte.

Eram: Thomás Alves Nogueira para o Latim e o Grego; o Dr. Oliveira Guimarães para a Matemática; o Dr. Pedro Affonso Franco, atual Barão de Pedro Affonso, para Francês e Inglês; Torres Tupaberaba para Ciências Naturais e, finalmente, para Latim Augusto Antonio Emilio do Couto Milagres de Lafayette e Castro, nome, cujo portador, como latinista, podia sem injustiça ou exagero chamar de sesquipedal.

O Tupaberaba era um gaiatão, que fazia rir os meninos, explicando-lhes às vezes a História Natural com grande sem cerimônia...

Tinha muita veia cômica; escreveu o engraçado romancete *Um sarau em casa do Sr. Frufru*, à maneira de Paulo de Kock.

Costumava transportar-se ao desempenho de suas funções pedagógicas numa besta que acudia ao nome arcaico de Pompéia. Lá ia Tupaberaba cochilando na sela, até que a besta o depunha no sítio onde devia ir.

De uma feita o cochilo era quase sono e o cavaleiro, ao chegar em casa, bateu com a testa no umbral da própria porta, a um tranco mais brusco, na chegada da Pompéia, passando, como bom professor de Ciências Naturais, da besta ao *galo*.

Paranhos, interino de História e Corografia do Brasil, tinha de estar em contato com todo esse batalhão pedagógico formado em frente da incessante vigilância do Imperador, que não perdoava a professor relapso ou pernicioso aos alunos.

Nas segundas, quartas e sextas, no internato, e nos dias opostos, no externato, lá estava Paranhos dando aula de nove às onze da manhã.

As matérias que lecionava pertenciam ambas ao último ano do curso, ao sétimo ano.

As turmas de bacharelados nas duas seções de Pedro II foram muito reduzidas em 1868, ano do magistério de Paranhos.

Matricularam-se cinco alunos no externato e cinco no internato, total dez. Desses dez saíram dois do externato e um do internato, ficando apenas sete bacharelandos, que receberam o respectivo grau, prêmio de um septenato de esforço, quando Paranhos já não figurava mais no quadro docente de Pedro II.

Em 1868, o externato deu os seguintes bacharéis em Letras, ex-alunos de Paranhos: João Antônio de Oliveira Magioli, médico; Manoel de Mello Braga, médico militar; e José Pedro da Silva Maia, que depois regeu a cadeira de Literatura e serviu na Secretaria da Guerra.

No internato se bacharelaram: João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, o bem conhecido romanista, glória do direito pátrio; Carlos Luís Santos, alto funcionário do Museu Nacional e docente de Ciências Naturais no colégio; Constantino Ferreira Leal, médico, e Antero Aprigio Gonçalves Negreiros, falecido muito moço como doutorando de Medicina.

Todos esses moços ouviram as lições de Paranhos.

Professor do colégio a 23 de abril de 1868, exonerou-se a 18 de julho do mesmo ano. Exerceu funções docentes por espaço de um trimestre incompleto.

No fim de 68, aceitou a Promotoria Pública de Nova Friburgo. Nessa terra de montanhas e de frio, Paranhos não esquentou lugar.

O borboletear dos destinos ainda o tinha de fazer andar muito.

Río Branco y el Uruguay

Manuel Bernárdez*

I

Prólogo de una Semblanza

Buenos Aires, Octubre 30 de 1909

Señor Don A. Barreiro y Ramos.

Montevideo

Mi buen amigo:

El propósito de editar en volumen separado el capítulo sobre el Barón de Río Branco de mi libro “El Brasil” – propósito que usted tuvo a bien hacerme conocer a mi paso por Montevideo, – merece toda mi simpatía. Fruto de primeras y rápidas impresiones sobre la alta personalidad que refleja pálidamente, dicho capítulo, que acabo de releer ya a dos años de distancia de la fecha en que fué escrito y después de un más detallado conocimiento del Canciller del Brasil y de su obra eminente, puede ser publicado de nuevo, pues sus defectos son, en todo caso, de deficiencia en la capacidad requerida para abarcar un asunto, vario y enorme – pero no peca de infidelidad. Falta allí mucho, que hoy pondría yo si debiera escribir de nuevo y con mayor meditación aquel improvisado bosquejo: pero lo que está, está en su lugar y no tiene por qué ser removido. Yo ampliaría al presente el área de observaciones a propósito de la personalidad del gran brasileiro, cuya actuación internacional y cuya influencia moral sobre su pueblo son un caso único en la vida universal contemporánea;

* Escritor e diplomata uruguaio. Cônsul (1910-1916) e Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro (1916-1920).

modificaría tal vez lo anecdótico superficial de mi bosquejo, ahondando en cambio en la latitud de la obra diplomática realizada por el Barón de Río Branco, enriquecida todavía con dos grandes actos recientes, que bastarían para la gloria de un hombre y el honor de un pueblo: el acto de la liquidación fronteriza del Brasil con el Perú, en que la profunda sagacidad y el tacto seguro de Río Branco para actuar resueltamente en el minuto preciso, originaron una importante y rápida victoria para la cancillería de Itamaraty, despejando el horizonte del Brasil de una guerra en perpetua incubación y que fuera declarada inevitable por espíritus tan capaces de penetrar las fatalidades futuras como el del glorioso e infortunado Euclýdes da Cunha; y el acto relativo a nuestra cuestión tradicional de la Laguna Merim, zanjada con una amplitud tan elevada y serena, que acaba de perfilar al Brasil en aquella actitud de mantenedor conspicuo del buen derecho internacional, con que gallardamente se presentó y se impuso a la consideración del mundo civilizado en el Congreso de la Haya.

En esos rumbos acentuaría hoy una semblanza del Barón de Río Branco, no siendo difícil que a ello me aventure cuando disponga del reposo mental indispensable para intentar, como deseo, algunos ensayos de biografía e historia psicológica de hombres de Sud América; pero por ahora, reconozco que, como boceto de oportunidad, para presentar la figura ejemplar y eminente del Canciller del Brasil al respeto de nuestro pueblo, aquella impresión periodística, incompleta y hecha a grandes líneas, evoca bastante los rasgos salientes de la figura, de la vida y de la obra del Barón de Río Branco, siendo, en cierto modo y dentro de mis deficiencias de expresión, un prospecto de las ideas cardinales del gran Canciller. Allí está, creo que por primera vez, lanzada públicamente a la circulación universal, la fórmula de la paz y de la defensa de Sud América, sintetizada en la combinación de fuerzas del Brasil, la Argentina y Chile, a la que forzosamente debe ser incorporado el Uruguay, del que no sería ya posible prescindir; allí está, afirmada en horas de inquietud y recelo, la fé profunda y fuerte de Río Branco en la armonía indestructible de los destinos de estas nacionalidades, que sólo ofuscaciones de arrabal, incapaces de

tomar altura y dominar conjuntos, pueden creer destinadas a atacarse y destruirse; allí está aquel concepto superior de la política de Río Branco, dirigida a suprimir dificultades de aproximación dentro del Continente, a reforzar el poder y el prestigio común para unirlos después en la común defensa y beneficio; allí está, culminante e imperiosa como un dedo que marca una ruta, aquella síntesis del pensamiento de Río Branco: “se trata de poner en recaudo nuestra herencia y asegurar nuestro común derecho a trabajar y prosperar en paz. Para esto es para lo que deben ser nuestras fuerzas eficaces; pero mientras no se unan deliberadamente no lo serán sino en grado precario”. Y más adelante, cerrando el período y echándolo a circular como un convoy de ideas en marcha: “el día en que no haya sino un pensamiento y una acción en toda cuestión internacional que afecte al continente, no habrá osadía ni arbitrariedad bastante fuerte para imponernos una vejación. Cuando ya no sea cuestión de ocupar un puerto, sino de bloquear todo un continente sobre dos océanos, las cosas cambiarán sustancialmente, no sólo para la seguridad, sino para el prestigio y para el rango de Sud América”. Cuando se ha oído, como yo oí, hablar a tal hombre, en tal estilo, diciendo tan trascendentales, simples y desusadas cosas, cuya fuerza de utilidad y verdad las convierte inmediatamente en consignas a cumplir, se tiene la impresión de haber subido a una cumbre, – se ve el horizonte amplio y claro, – se reducen a su insignificancia original las cuestioncillas de rivalidad y los antagonismos de barrio, – se siente la utilidad y la fuerza benéfica de la diplomacia así entendida, que tanto comprende y tanto abarca, buscando en el bien de todos la más clara fuente del propio bien, – invade el espíritu una convicción altiva e indestructible de que el destino de América y su gloria deben ser buscados y serán hallados, gloriosamente, en el camino ancho del progreso y la fraternidad atada con el doble lazo de las afinidades y del honrado interés; se piensa, como Sarmiento, que “ya se ha zonceado bastante”, y se baja a la llanura diciendo, también como Sarmiento, que “el mal existirá siempre en la tierra; pero hoy más que nunca brillan por sus virtudes nuestros pueblos de América!”

Fué penetrado de tales evidencias que escribí la semblanza del Barón de Río Branco, que usted tiene hoy la amable idea de circular profusamente en nuestro país, como el más sencillo, pero quizás no como el menos expresivo de nuestros homenajes. Eso oí, eso repetí y en eso sigo creyendo. Algunas objeciones, – pocas, y de poca importancia moral – me ha deparado esta convicción de que Río Branco *piensa así*; convicción que no ha faltado quien la juzgue credulidad ingenua, diciendo que Río Branco “no se iba a confesar conmigo...” Yo nunca creí que se hubiese confesado: pero sí, creo firmemente que aprovechó la oportunidad de estar, por mi intermedio, en contacto con un gran diario sudamericano, en cierto momento que él habrá creído oportuno, para dar al continente una síntesis clara y concreta de su modo de ver el presente y de preparar el futuro, revelando la índole prospectiva de su acción y lanzando a los vientos la semilla de su propósito trascendental de afinidad sudamericana, – semilla que ha caído en tierra fértil y que hemos de vivir bastante para verla germinando lozana y dando frutos de honor y de prestigio continental. Aquella fórmula que pareció una fantasía del Barón... ó del periodista, es ya una preocupación de nuestra Cancillería y va marchando a una encarnación forzosa, inevitable, porque responde a intereses incoercibles. ¿Quién nos dice que las fiestas del centenario argentino, atrayendo presidentes y cancilleres a la metrópoli de Mayo – que entonces respirará, titánicamente, con el pulmón sano y fuerte del glorioso pasado, las auras del futuro – no puedan ser también las fiestas de la armonía, de la concordia y de la amalgama de esfuerzos que garantice el patrimonio sudamericano contra toda futura contingencia?

Observando fijamente el fenómeno político-social que se agita y la nube que pasa, no es difícil advertir el poderoso dinamismo de aquel viento que Emerson vió soplar irresistiblemente a través de las almas, en la dirección del Derecho y la Necesidad!

Gracias por su amable lemnbranza y disponga de su amigo.

II

El áureo episodio internacional

Buenos Aires, Mayo 12 de 1909

Señor Presidente de la Cámara de Diputados,
Doctor Antonio Maria Rodriguez

Montevideo

Mi distinguido amigo:

Mientras hacíamos, del brazo, la cruzada procesional de la ciudad invicta, formando parte de la calurosa y cultísima manifestación que improvisó nuestro pueblo en honor del Brasil, evocábamos, entre reminiscencias de jornadas políticas comunes, en que era ya usted brillante y conspicuo jefe y yo apenas oscuro conscripto parlamentario, recuerdos del Río de Janeiro y de sus hombres, entre cuya élite mental dejó usted arraigadas saudades. Y hablando, hablando, de aquellos temas amables y del intenso tema ambiente – aquel de la gran manifestación, que nos movía y nos soliviantaba el espíritu con su dinamismo poderoso y grave, le conté yo de cómo había sido el primer oriental que experimentara la honda emoción de ver, con la tinta fresca todavía, el nuevo trazado de nuestra frontera noreste, recordando, como lo más interesante del caso, las manifestaciones que en tal ocasión oyera al Barón de Río Branco sobre la etiología y la moral positiva de la determinación brasileña. No sé si la influencia del momento dió cierto relieve interesante a la referencia: ello fué que usted me dijo con afectuosa reiteración:

– Usted debe escribir eso.

Reintegrado hoy a la paz laboriosa de mi hogar argentino, recuerdo su indicación, y antes de recomenzar la tarea cotidiana, aprovechando el saludable estímulo sanguíneo de la hora matinal,

me doy el placer, no de “escribir” el pequeño episodio, sino de “escribírselo a usted”, llenando así su deseo en una forma para mí más agradable.

Ello es, en verdad, que, por un feliz accidente, la ví recién trazada, a la línea ideal, tantos años anhelada – anhelada ciertamente en menor proporción por nuestra mortificada soberanía – y llevada más allá de nuestro propio anhelo por un bello gesto y un elevado espíritu principista de la diplomacia brasileña.

El relato, ciertamente, no puede ser más sencillo. Acabando de llegar a Río, a fines del año anterior, fuí a saludar al Barón de Río Branco en el palacio Itamaraty, y fuí conducido, después de dar muchas vueltas, a un despacho pequeño, que yo no conocía, uno de los tantos rincones de aquel viejo palacio, donde la inmensa labor del canciller desborda a modo de una silenciosa e incoercible marea. Descuidadamente envuelto en una amplia bata, trabajaba y fumaba el Barón sabe Dios desde cuántas horas antes. Frente a él, un hombre pequeño, delgado, de aspecto huraño y mirada febril y profunda. Lo conocía. Era el gran escritor filósofo Euclides da Cunha, quizá el más fuerte cerebro de pensador y el más rutilante y terso estilo de publicista que hoy escribe la lengua lusitana. Da Cunha, que es ingeniero geógrafo, leía una especie de memoria que el Barón escuchaba atentamente, anotando en una pequeñita libreta algunas de las cifras y datos que le iba dando el lector. La lectura y la anotación no se interrumpieron por mi entrada, durante todavía unos cinco minutos, que esperé de pié, sin que el Barón me advirtiera, pero que no perdí, porque debajo de su brazo izquierdo, asentado sobre la mesa, distinguí en seguida un plano o carta geográfica que reconocí y que cautivó mis ojos. Era nuestra zona limítrofe del Yaguarón y la Merim, tan familiar a todos nosotros, porque su contemplación ha suscitado tantas veces nuestras patrióticas melancolías! Pero desde el primer momento, una raya roja fuertemente trazada con dureza geométrica por el centro de aquellos cauces, me infundió un sentimiento íntimo de expectativa y ansiedad. Pon fin el Barón se levantó, con su afabilidad de gentil hombre y me dijo: – lo hice

entrar aquí para mostrarle una primicia. Usted es el primero que verá este trazado de nuestras fronteras con su país, tales como deseamos que queden establecidas. Hace porción de días que vengo trabajando en esto y ahora acabo de determinar con da Cunha la línea definitiva, que como ve, correrá a lo largo del *thalweg*, equidistante de las dos márgenes. Ahora estaba tomando algunas notas para el estudio y proyecto de tratado que debo presentar al Presidente.

Pude entonces observar a mi sabor el plano, con una emoción que comprenderán fácilmente todos los corazones orientales. Sólo supe decir al Baron: – el pueblo oriental tiene buena memoria, señor, y ésta es de aquellas cosas que no se olvidan. – Oh, contestó el canciller del Brasil con su afable escepticismo mundano, – para nada entra ni puede entrar en esto la expectativa de un agradecimiento, que por otra parte, no sería razonable pretender con carácter duradero de ninguna nación, cuyos intereses son siempre tan inestables. Este es más bien un propósito antiguo, que no se realizó hasta ahora por dificultades de nuestra política interna, que recién vamos acabando de allanar. Buscamos con esto, en primer lugar, ponernos en armonía con nuestro propio concepto del Derecho de Gentes en estos asuntos, y luego, legitimar y hacer insospechables ante el mundo civilizado nuestros afanes de equidad internacional, de justicia y consideración parejas para todos los pueblos, fuertes ó débiles, conforme a nuestra doctrina abiertamente sustentada en el Congreso de La Haya.

Mientras el canciller manifestaba así el móvil superior del acto trascendental, cuya consagración estaba preparando en aquella salita, donde no era posible sentarse por el desborde de legajos y papeles sobre mesas y sillas, yo no podía apartar los ojos del plano, como obsedido por aquella franca y firme línea roja, que venía a colmar en nuestra alma, con amplitud hidalga, aspiraciones tan viejas y tan caras! Y apesar del amable escepticismo del canciller brasileño pensaba para mí – y la manifestación del domingo empieza a probar que no me engañaba – pensaba para mí que aquella línea roja no se marcaría solamente en nuestro mapa fronterizo – sino que iba también a marcarse en la historia y en el alma nacional, dejando en ellas, como

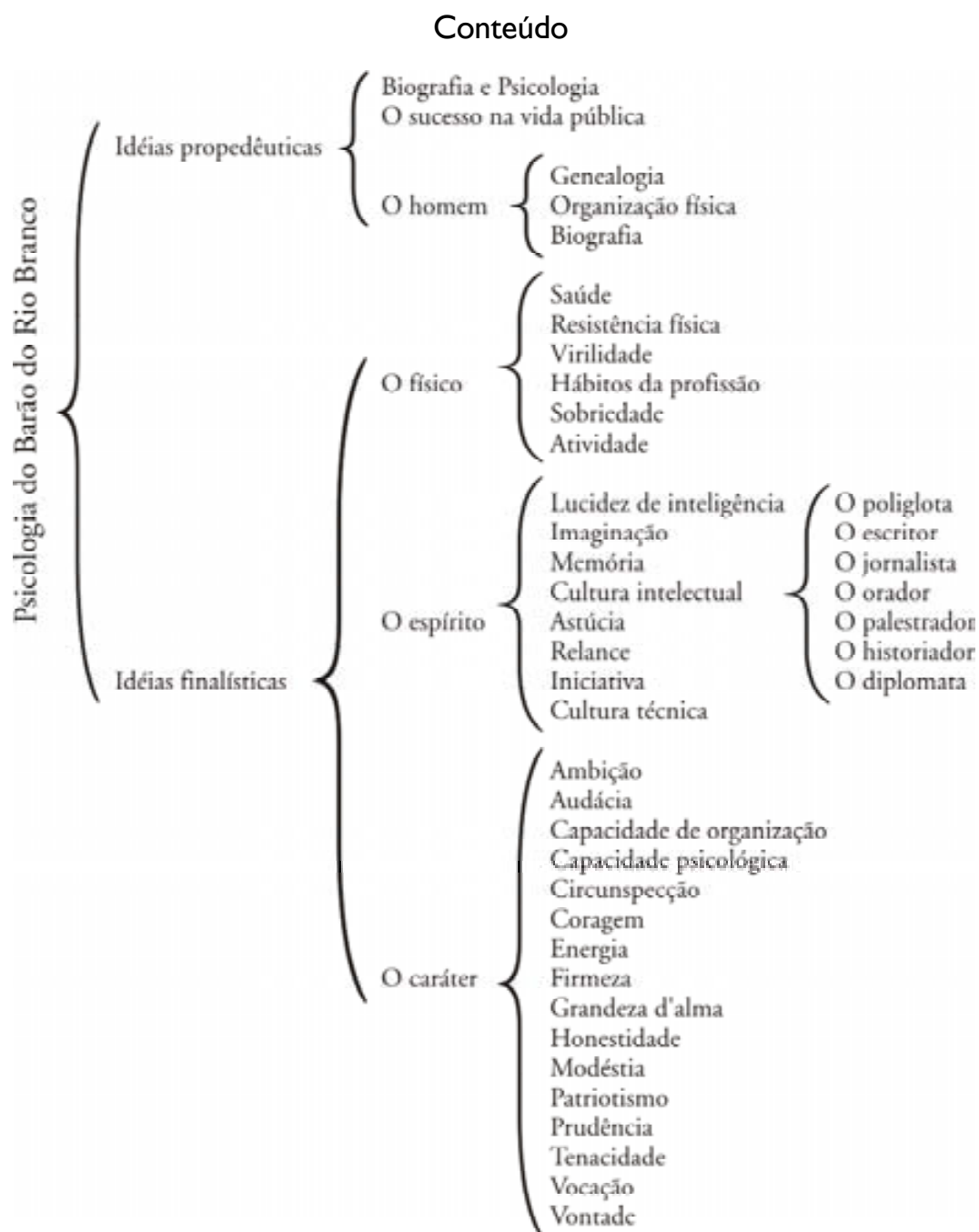
en el plano que tanto se complacían en observar mis ojos – un trazado indeleble.

Que así sea, para establecer de una vez y para siempre jamás, con el gran vecino del norte, la misma fecunda solidaridad de intereses y armonía de destinos que, pese a ofuscadoras, vanas y precarias contingencias del momento, tenemos ya fundada tradicionalmente, indestructiblemente, con nuestra hermana mayor de río por medio.

Tales son los patrióticos anhelos de éste su viejo e invariable amigo.

Psicologia do Barão do Rio Branco

Liberato Bittencourt*



Resumo final: síntese do estudo feito.

* Manuel Liberato Bittencourt. (Florianópolis, 1869 – Rio de Janeiro, 1948.) Engenheiro militar, havendo chegado ao posto de General Professor da Escola Militar. Doutor em Matemática e Ciências Físicas, ensaísta e biógrafo.

Idéias Propedêuticas

I

Biografia e Psicologia

The development of the biographer's art made great advance in the 19th century, as may readily be seen from a comparison of a work like Hayley's Cowper (1803) with the elaborate studies of later days.

Nelson's Encyclopaedia

Até certa época aqui atrás, três quartos de século se tanto, hábito era e arraigado escrever a vida de um grande vulto, vivo ou morto, com minúcias até sobre o seu físico, sobre o seu espírito ou sobre o seu caráter, mas sem o mais ligeiro comentário crítico ou filosófico sequer, respeito à caprichosa individualidade do historiado. Amontoavam-se datas sobre datas, feitos sobre feitos, acontecimentos sobre acontecimentos, sem arte e sem saber, simplesmente como quem amontoasse materiais diversos, para a feitura de uma grande obra impossível de construção capaz. O escritor, antes o historiador, sem o necessário senso crítico, porventura sem o suficiente preparo filosófico, porque, alheio às grandes cogitações da Psicologia Experimental, não passava então de um mero repetidor de fatos, sem a fundamental compreensão científica e social do campo vastíssimo a amanhar. Não possuindo o telescópio aparatoso do astrônomo ou a lente tantas vezes gloriosa do físico, não tendo ao seu dispor o complicado laboratório do experimentalista ou o indagador microscópio do naturalista, desconhecendo em suma os mais aperfeiçoados métodos científicos de observação e de análise, ele, qual obreiro de acanhadas dimensões, quase que reduzia a sua

histórica missão à sucessiva e insulsa repetição dos fatos observados por seus contemporâneos ou antepassados.

La meticoloso do berço à adolescência, da puberdade ao túmulo, com os olhos do corpo e não com os da alma, como espectador e não como crítico, como homem que vê e não como pensador que compreende, que medita, que esclarece e que conclui. Fazia convencido o que no mundo das letras se dava e ainda se continua a dar, não sabemos se com felicidade ou desacerto, o nome conhecido assaz de *biografia*.

Seja, porém, como for, esse não era então um trabalho literário de todo desvalorizado. Como obra intelectual, antes como histórico ensinamento, um tal produto não deixava de ter a sua relativa significação e importância. Servia não raro para mostrar às gerações futuras um lidador de valimento, ao mesmo passo que um escritor de mérito aos contemporâneos eruditos.

Tal o que se dava, para exemplificar, com o Padre Pinto de Campos, escritor de peso e medida, na *Vida* preciosa do maior homem de guerra brasileiro, e também com o Barão do Rio Branco, em sua excelente memória respeito ao desditoso Barão do Serro Largo.

Era de resto o que se podia observar em quase todos os biógrafos de prestígio, por todas as partes cultas do globo.

E as biografias se sucediam aqui e acolá, sintéticas ou prolixas, felizes umas e detestáveis outras, conforme a capacidade literária do historiador e ao real valimento do biografado.

Mas os métodos de observação e de estudo se foram desenvolvendo e apurando com as ciências e com a Lógica, e as biografias, começando de fugir às maçudas citações antigas, cronologicamente argamassadas, começaram também de experimentar, como era natural, a influência benfazeja da Análise, da Filosofia, da Crítica e sobretudo da Psicologia Experimental.

Na *Vida de Caxias* daquele erudito sacerdote, como em o esboço biográfico de Serro Largo do Barão do Rio Branco, para não transpor as vastas fronteiras por este genialmente fixadas e engrandecidas, já se faz sentir intensa essa grande verdade literária. Um e outro como

que se embrenham insensivelmente pelos domínios delicados da ciência das ciências, fazendo surgir, com felicidade e segurança, raras qualidades morais dos respectivos heróis, que lhes preocupar vieram a pena e o espírito. E o sugestivo fato de tal modo se vai impondo à opinião, que hoje não mais se pode ler no Brasil, pelo menos com agrado, um trabalho biográfico, por muito cuidada que lhe seja a linguagem, e apurado o estilo, quando nas suas páginas, ao invés do crítico, do analista ou do filósofo, se logra apenas vislumbrar o inocente citador de fatos, sem a coragem da comparação e da análise psicológica, sem individualidade crítica e literária, sem erudição filosófica enfim.

Os Generaes do Exercito Brasileiro, livro em dois volumes de um saudoso capitão de Estado-Maior, está compreendido nesse número bem pouco lisonjeiro.

Quem lhe compulsa as páginas à cata de informações, para ver se Xavier Curado foi grande ou se Caxias ambicioso, como que se não julga satisfeito, ao cabo de alguns minutos de consulta: porque o desditoso companheiro, que não dispunha da suficiente cultura literária, fugiu abertamente às justas imposições artísticas do momento. Reuniu fatos, citou datas; arquitetou, em suma, Deus sabe com que esforço, a vida de grandes homens de guerra brasileiros, mas sem lhes acrescentar a menor observação crítica, o mais ligeiro comentário individual sequer.

Foi, certo é, narrador emérito; mas não soube ou não pôde ser historiador e muito menos psicologista.

Imbuído de tais idéias, que parecer à primeira vista podem errôneas como pareceram a um dos críticos literários do *Jornal do Commercio* desta capital¹, mas que nem por isso deixam de se revelar sugestivas, metemo-nos um dia a estudar cuidadosa e cientificamente o magno assunto, a princípio escrevendo a psicologia de Osório e logo após a de Mariano de Azevedo; aquele um grande soldado, este um marujo destemido; aquele um incansável lidador, em campo

¹ V. *Jornal do Commercio* de 12 de dezembro de 1910.

raso de espada à destra e rédea à sinistra, glorioso e invencível, qual verdadeiro predestinado, este um exímio artista da palavra falada e da palavra escrita, convencido que nem sacerdote e luminoso qual astro de primeira grandeza a brilhar fulgente no azul puríssimo da inteligência pátria.

Posteriormente escrevemos a psicologia de Floriano, a de Caxias, a do Marechal Hermes e a do Comando-em-Chefe², tendo em preparo, suficientemente desenvolvida, a do maior dos portugueses escritores, Alexandre Herculano, a qual devia ficar concluída, mas não o pôde, antes do centenário do genial historiador lusitano.

Não é, pois, de admirar peguemos hoje da pena, que é frágil, para tentar análogo estudo relativamente a um dos maiores brasileiros do seu tempo, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, jornalista, escritor, historiador, filósofo, estadista e diplomata, adquirindo na República que o idolatrava glória igual senão maior à que tivera o pai na Monarquia, por ele fortificada e engrandecida à luz cintilante do seu talento, da sua erudição, do seu patriotismo e do seu saber.

² Está a ser publicada no *Boletim do Estado-Maior*, desde janeiro do corrente ano.

II

O sucesso na vida pública

Cada homem tem na vida um sucesso inteiramente compatível com a sua especial organização psicológica.

Ego

Quem observa despreocupadamente a vida normal das coletividades, não como um pensador que analisa e aprofunda, mas como um ator que se apaixona, levado é muitas vezes à seguinte afirmação, hoje corriqueira no Brasil:

“Na vida o sucesso não pertence aos mais dignos, e sim aos mais afortunados”.

Vai no asseverar, porém, uma larga dose de desacerto, contrário à ciência e adverso à experimental psicologia.

Cada homem tem na vida um sucesso inteiramente compatível com a sua especial organização. Um maneta não triunfa no jogo caprichoso da rosa. Um analfabeto produzir não consegue uma grande obra d’arte. Um facínora de profissão, enfim, não pode viver tranqüilo e muito menos vitorioso em meio às sociedades cultas de um povo esclarecido.

Para o homem ser bem sucedido, seja qual for a empresa tentada, necessários se tornam certos e determinados atributos, variáveis de indivíduo a indivíduo, de profissão a profissão, de coletividade a coletividade.

Entre os aborígenes americanos, quais animais ferozes, imperam as qualidades físicas: sem destreza e força bruta não há conhecer entre eles o sucesso. Nos grandes centros acadêmicos, europeus como americanos, existe uma única força respeitável – a das inteligências privilegiadas e cultas. E na vida em conjunto dá-se o predomínio da lei, da disciplina social, dos atributos morais, em suma.

E como o homem, que a princípio só vive como os irracionais, que desenvolve depois a sua inteligência, para por fim ser útil ao meio que o viu nascer, prescindir não pode, nas conquistas projetadas, do concurso do corpo, do espírito e do caráter, conclui-se que o seu futuro sucesso, verdadeiro cavalo de batalha para as maiores iletradas, tem que ficar fatalmente subordinado à sua existência física, intelectual e moral.

Tanto importa afirmar, no ponto de vista da Lógica, antes da Psicologia Experimental, que na conscienciosa apreciação das qualidades físicas, intelectuais e morais é que o verdadeiro analista que aprofunda para bem compreender, pode ir buscar a causa científica de sucesso nas empresas humanas.

Mas quais essas diferentes qualidades e especialmente sua subordinação e valimento?

É o que cumpre examinar cuidadosamente.

No labutar de cada dia, porque a vida é um contínuo lutar, mais vale a rígida vontade do lidador que a lúcida inteligência do homem de gênio. A audácia, às vezes sabedoria no dizer do maior dos homens de guerra, deixa a perder de vista a sugestiva erudição dos pensadores e filósofos. Mais produtiva que a memória do geômetra, que nada esquece, é a nobre ambição de homem predestinado. Muito mais que a imaginação do artista, enfim, vale a prudência, a circunspecção e a tenacidade dos lidadores voluntariosos e adestrados.

Não falamos a esmo.

É uma simples questão de cultura filosófica e de rigorosa observação histórica.

Os homens verdadeiramente afortunados na vida pública não foram os grandes na força do imaginar, na memória, na inteligência ou na cultura intelectual, senão os fortes nas mais poderosas qualidades morais, no amor de glória, na tenacidade, na prudência e na vontade. Não foram Aristóteles, Arquimedes, Galileu, Newton ou Lavoisier, mas Alexandre, César, Carlos Magno, Tamerlão, Gustavo Adolfo, Frederico e Napoleão.

Pode-se até nacionalizar o quadro, tornando-o ainda mais sugestivo e empolgante.

Grandes estudantes no Brasil, como temos cuidadosamente observado, jamais passam na vida pública de meros doutrinadores, sem a coragem as mais das vezes de um só cometimento prático digno de nota.

Francisco Pereira Passos, o genial reformador da cidade do Rio, o habilíssimo administrador de tamanha e tão justa nomeada, foi um estudante vulgar, por ventura sem uma *distinção* em todo o seu lidar acadêmico. Ao mesmo tempo engenheiros há e bacharéis, de brilhante tirocínio escolar e que, chefes de uma empresa qualquer, da construção de uma ponte ou de uma rede de esgotos, deixam aquela ruir logo às primeiras enchentes, a esta permitindo o viciar a região que precisava de ser, a todo o transe, saneada.

Qual a científica explicação do fato?

E' que na luta pela vida a inteligência não é tudo. Aí o moral escurece o intelecto, como este esquecer faz as mais notáveis qualidades físicas.

A vida é uma luta, consequentemente plena de situações difíceis. Vencê-las com dignidade e brilho é ser afortunado, é alcançar sucesso. Pois ante o perigo iminente, o corajoso sem erudição deixa a perder de vista o covarde erudito. Aquele enfrenta audaz o inimigo, lutando heroicamente braço a braço. Este vacila, tomba, esperneia e morre, qual irracional pusilânime, com toda a sua ciência e com toda a sua erudição.

Prova evidente da superioridade do moral sobre o intelecto.

E quando o homem na adolescência tem que escolher a sua especialidade no labutar coletivo, o forte sem inteligência não é nem pode ser tão bem sucedido como o fraco de idéias lúcidas.

Prova exuberante do predomínio do intelecto sobre o físico, nas conquistas vitais.

Mas a inteligência se liga intimamente ao corpo, como a constituição do caráter se subordina às imposições várias do intelecto.

Um espírito perde sobremaneira na sua atividade, mais ainda na sua lucidez, quando a enfermidade invade sutil o organismo. E o caráter se aniquila e se destrói, à medida que a inteligência se vai enfraquecendo em busca da verdade.

Quem capaz de pensar normal, sob a ação desalentadora de uma cólica fortíssima?

Como a nobreza de sentir, a caridade ou a justiça, a filantropia ou a honestidade, se a razão abandonou, de vez, o corpo enfermo?

Do perfeito equilíbrio psicológico entre o físico, o espírito e o caráter é que surgem gloriosos, como os dois Rio Branco, os homens dignos de ações heróicas, os lutadores capazes de sucesso nas empresas tentadas.

Mas as qualidades morais, sobremodo valiosas, porque raras, devem dominar todas as mais, como o sertanejo inteligente, de arma à destra e polvarinho a tiracolo, domina o leão possante das florestas, ou como o modesto policial, corretamente uniformizado, se faz impor sem trabalho às massas revoltadas de centro esclarecido.

Certo o sucesso dos grandes homens sempre reclama um forte físico e um espírito notável. Verdadeira loucura, porém, fora pensar, como pensam no Brasil observadores ignorantes e medíocres, que essa misteriosa entidade social dispensar pudesse, antes e acima de tudo, um grande caráter, um caráter talhado, não no mármore ou no bronze, mas no aço duríssimo das vastas usinas metalúrgicas do Velho e do Novo Continente.

III

O homem

Ex digito gigas.

Provérbio latino

Antes de encarar psicologicamente o ser nas suas qualidades físicas, nos seus predicados intelectuais e ainda nos seus atributos morais, obrigatório se torna apresentá-lo primeiramente ao observador inteligente e experimentado. Tanto se consegue com o estudo descritivo do homem na sua origem – *genealogia*, na sua formação – *organização física*, e ainda no seu desenvolvimento através do tempo – *biografia*. Pois a essas três questões meramente descritivas, importantes porque propedêuticas, é que denominamos singelamente – *o homem*.

Genealogia

José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais tarde conhecido pelo título de Barão do Rio Branco, ou simplesmente pela alcunha de Barão, nasceu nesta cidade, na antiga Travessa do Senado nº 8, hoje Rua Barão do Rio Branco nº 14, aos vinte dias da era de abril de 1845.

Neste local, por lei mandado desapropriar em 1910, a fim de ser aí construída e instalada uma escola modelo – a Escola do Rio Branco, foi colocada, a 20 de abril de 1909, por grande e seleta massa popular, uma placa comemorativa com os seguintes e expressivos dizeres:

Neste local nasceu José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), que, pelo talento, saber e patriotismo, dilatou o território da Pátria de Norte ao Sul e, no governo, elevou-a, engrandecendo-a e nobilitando-a – 1909.

Foram progenitores do grande cidadão, que sucumbiu inesperadamente um ano, nove meses e vinte e um dias depois dessa popular manifestação, por ele assistida, D. Teresa de Figueiredo Paranhos e o glorioso Visconde do Rio Branco, o obreiro genial da mais civilizadora e humana das leis monárquicas, a lei chamada do *Ventre Livre* no Brasil.

Antes e acima de tudo, o autor magnânimo da Lei do Ventre Livre era um grande político e um grande diplomata. E se é verdade que o filho, educado à sombra do pai, deste adquire todas as qualidades e virtudes, pode-se garantir, sem receio de contestação séria, antes com grande fundamento histórico, que o Barão, cuidadosamente treinado à sombra generosa e hercúlea do visconde, deste herdou a máscula fibra diplomática e política, que mais tarde o devia conduzir gloriosamente ao apogeu da fama, ante as ovações delirantes de um povo agradecido e culto.

Organização física

O Barão do Rio Branco, fisicamente analisado, nada absolutamente deixava a desejar: porque era alto e porque era forte, “de linhas corretas e solenes, como que destinadas a se perpetuar no cunho das medalhas”.

Por um metro e oitenta centímetros aproximadamente lhe devia andar a estatura; por noventa e cinco quilos o peso.

Quem o encarasse aos quarenta e poucos anos, forte como Caxias e robusto que nem Osório, diria, sem vacilar, que ele vendia saúde, tão forte e robusta lhe era a compleição. Mesmo aos sessenta anos, quem dele se aproximasse, examinando-lhe minuciosamente a corpulência, a grossura do tórax e dos membros, tórax de Hércules e membros de atleta, diria convencido que o vencedor glorioso do Amapá e das Missões vida teria ainda intensa, para mais de meio século.

Era de constituição física sobremodo invejável.

Ordinariamente se adianta, não sem fundadas razões, que os grandes lidadores do pensamento são sempre desequilibrados no ponto de vista físico. Exceções, porém, existem e das mais honrosas: Caxias, uma das pedras angulares na feitura da nossa nacionalidade, era uma delas; Rio Branco, outra.

Falava compassadamente, olhos fitos no interlocutor, como que a medir bem o alcance inteiro do dizer. Prudência de diplomata apaixonado pela carreira. Mas sua voz era forte e bem timbrada, correta no exprimir, e sintética e convincente no argumentar.

Tinha espaçosa e enrugada a fronte, sob a qual se fazia ver um olhar sempre encapelado, a trair continuamente o pensador e o filósofo.

Pouco piscava, preocupado porventura em magnetizar aquele a quem se dirigia, e ante cujos olhos demorava profundo o olhar austero, sereno e benfazejo.

Rio Branco, perfeitamente equilibrado no ponto de vista moral, incapaz era de fazer mal a quem quer que fosse.

Conta-se que durante a mocidade em extremo amara o sexo frágil. Mas se tanto era verdade, não passava de seguro atestado de saúde, de energia física, de virilidade. Ele era um homem forte.

Só usava bigode. Até certa idade, porém, cerrada havia a barba, para lhe atenuar talvez a calva enorme, inteiramente à mostra, antes do trigésimo ano de peregrinação na terra.

Aquilino lhe era o nariz, largas as narinas; grandes as orelhas; o sobreceixo carregado e forte; queixo arredondado e curto; a boca relativamente pequena, onde se viam dentes regulares e fortes; muito grosso o pescoço e o colo; quase redonda a cabeça, vista de frente. Projetada esta em plano vertical, certo daria uma circunferência de círculo muito aproximada.

Era o que se pode dizer um homem bonito.

Vestia-se com asseio, mas sem a mínima elegância.

Nas suas visitas aos corpos da guarnição, o que fazia constantemente, quase sempre de sobrecasaca preta, colete branco e larga cartola azeviche ao alto da cabeça, um pouco inclinada para

trás. Mas o seu trajo habitual era fraque, calças brancas e chapéu panamá, desabado à frente.

Não conhecia o riso, ao tempo em que se fez governo. Abusava, porém, do sorriso. E quando de pé, dificilmente tirava a carnuda sinistra do bolso da calça ou do quadril esquerdo.

Abusava do fumo. Desconfiava dos elevadores. Não permitia que o *chauffeur* do seu auto além passasse de certa e reduzida velocidade. Por isso mesmo jamais atropelou um só viandante nas ruas buliçosas da cidade.

A fisionomia lhe era atraentíssima, plena de superioridade e de doçura, de energia e de bondade. Todos com ele simpatizavam logo às primeiras impressões. E se acaso a alguém se dirigia, este lhe ficava logo afeiçoado, porque dificilmente se encontraria um homem mais que ele maneiroso no falar. Graças a isso só via amigos em torno à sua figura veneranda e nobilíssima.

Biografia

José Maria da Silva Paranhos Júnior cresceu sadio e forte, aos dez anos de idade matriculando-se no Colégio Pedro II, cujo curso fez com brilhantismo durante seis anos de contínua aplicação. Terminado o tirocínio ginásial, receber não quis o grau de bacharel em Letras, por pretender formar-se em Ciências Jurídicas e Sociais. De feito: logo após matriculava-se na Faculdade de Direito de São Paulo, passando depois, no quarto ano, para a do Recife, onde veio a receber o grau de bacharel em 1866.

Tinha então vinte e dois anos incompletos.

Antes de receber a carta de bacharel, fizera-se estrear no jornalismo, em São Paulo e no Recife, revelando fortes qualidades de espírito nas variadas questões sociais, que enfrentara com vantagem.

Parecia até lhe ser o jornalismo a principal feição intelectual. Daí também lhe datam as primeiras manifestações de simpatia histórica: em 1864 publicava o seu primeiro trabalho no gênero – *Episodio da Guerra do Prata*; pouco depois a *Biographia* do bravo

Comandante da *Imperatriz*, Capitão-de-Fragata Barroso Pereira, morto gloriosamente a 28 de abril de 1826, em Montevideu, em abordagem àquele navio; e em 1886 o célebre *Esboço Biographico* do Barão do Serro Largo, uma verdadeira e profunda revelação histórica.

Por esse tempo, fulgente o brilho das duas faculdades jurídicas, de onde saíram, contemporâneos de Rio Branco, superiores espíritos quais os de Tobias Barreto, Rui Barbosa, Ouro Preto, Lafaiete, José Higino, Cândido de Oliveira, Teixeira de Freitas, Pimenta Bueno, Barbalho, Andrade Figueira e muitos mais.

No ano seguinte, em 1867, seguiu Rio Branco para a Europa, com o fim especial de apurar a sua já sólida cultura intelectual, estudando então vários idiomas – o francês, o inglês, o alemão, o italiano e o espanhol, e desenvolvendo o seu arguto poder de observação e de análise nos grandes centros intelectuais do Velho Continente.

Voltando ao Brasil em 1868, duas tentativas fez para se fixar definitivamente na vida prática: a primeira, como professor de História e Corografia do Colégio Pedro II, cargo que logo depois abandonava sem saudades; a segunda, como promotor público da comarca de Niterói, na qual também atrativos não achou que o pudessem prender por longo tempo.

Em 1869 seguiu para o Rio da Prata como secretário do Visconde do Rio Branco, na espinhosa missão diplomática a este ali confiada pelo Imperador. De volta do Rio da Prata, duas distinções lhe foram feitas: sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e deputado pela então província de Mato Grosso, cargo que desempenhou com brilho, embora sem paixão, durante duas e seguidas legislaturas – de 1869 a 1872 e de 1872 a 1875.

Foi a esse tempo que o ardor jornalístico dele se apoderou intenso, levando-o a fundar, juntamente com o Padre João Manuel e com o Dr. Gusmão Lobo, ambos eruditos, um diário vespertino – *A Nação*, no qual colaborou com afinco e valentia durante cinco anos sucessivos, em enérgica defesa ao Ministério Rio Branco, cujo programa político era a gradual supressão da escravatura no Brasil.

Deixando, de vez, a atividade política, na qual reais atrativos não logrou descobrir, passou a exercer comissões várias no estrangeiro, cada vez tendo mais arraigada a paixão pela história do Brasil.

Em 1876 publicava as *Anotações à Historia da Guerra da Triplice Alliança*, por Schneider, anotações que, por sua rara validade histórica, deram àquela obra, em dois volumes, uma impulsão notável entre os eruditos de então.

Nesse mesmo ano, graças à ação de Caxias e de Cotegipe, foi nomeado cônsul em Liverpool, onde se meteu a estudar a fundo a língua inglesa, logo depois Economia Política e, por fim, História, que lhe passou então a ser a principal preocupação intelectual no Velho Continente.

Pensando um dia escrever a história militar do Brasil, que se lhe apresentava com especiais encantos, empregava ardorosamente todas as horas vagas em minucioso exame às mais notáveis bibliotecas e arquivos, à cata de valorosos dados para o vasto empreendimento arquitetado.

Em 1878 foi nomeado representante do Instituto Histórico no Congresso de Americanistas, então reunido em Luxemburgo.

Em 1884 recebeu a nomeação de Comissário do Governo Imperial em São Petersburgo, durante a exposição internacional aí realizada. E a memória então apresentada, erudita e profunda em coisas e homens do Brasil, lhe fez logo ganhar a fama universal de historiador.

Voltando depois ao seu posto em Liverpool, continuou os seus estudos históricos; até que em 1889, proclamada a República, escrevia para o livro *Le Brésil*, de Sant'Anna Nery, em 15 dias apenas, esse magistral *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, que satisfaz por inteiro ao mais exigente espírito em coisas brasileiras. São desse mesmo ano o artigo *Brésil* da *Grande Encyclopedia Francesa* e as *Ephemerides Brasileiras*, publicadas a princípio no *Jornal do Commercio* desta capital.

Em 1890, a Livraria Didot, de Paris, publicava, do grande rabino de Avignon, B. Mossé, a biografia interessantíssima do monarca deposto, obra quase que inteira de sua lavra.

Logo depois da República foi nomeado Superintendente-Geral da Imigração na Europa, posição que ocupou com lustre até 1892. Voltando ao seu consulado de Liverpool, foi daí definitivamente afastado em 1894, no governo do Marechal Floriano, para exercer o alto cargo de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos da América do Norte, a fim de acompanhar a secular questão das Missões, então sujeita à arbitragem do governo de Washington.

Nessa posição, para defender a causa da pátria aos seus cuidados, publicava a notabilíssima memória geográfica e histórica, em seis volumes, *Boundary Question between Brazil and the Argentine Republic*. E a sua ação foi tal que, a 5 de fevereiro de 1895, um excelente território de 30.622 quilômetros quadrados era definitivamente incorporado ao Brasil.

Tal a sua primeira grande vitória diplomática.

Nesse mesmo mês e ano, o povo desta cidade, embora ele ausente, lhe fazia extraordinária manifestação. E ele ganhava assim, ao fazer meio século de existência, uma popularidade que dia a dia subira de vulto, até acabar na apoteose soleníssima de dezessete anos mais tarde.

A 22 de novembro de 1898, o Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, o nomeava Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo suíço, para defender os direitos brasileiros na célebre questão francesa do Amapá. E vasta memória por ele escrita em quatro volumes e um atlas – *Questions de frontières entre le Brésil et la France*, como depois a *République du Brésil*, em três volumes, um álbum de *fac-simile* e dois atlas, deu como resultado, a 1º de dezembro de 1900, o pleno reconhecimento dos direitos brasileiros: 260.000 quilômetros quadrados de território, litigioso durante quase dois séculos, assim passaram definitivamente à jurisdição nacional.

Eis a sua segunda e estrondosa vitória na diplomacia.

A manifestação popular, recebida do povo jubiloso da cidade, foi ainda maior que a de 1895. Para ser sagrado herói, só lhe faltava pisar território pátrio.

Por Lei nº 754, de 31 de dezembro de 1900, lei que ao mesmo passo lhe concedia “uma recompensa nacional de 300 contos de réis e uma dotação anual de 24 contos, com transmissão a seus filhos e filhas enquanto viverem, foi declarado *Benemerito Brasileiro*, pelos relevantes serviços prestados nas missões especiais de Washington e de Berna”.

Com o produto de uma subscrição popular aberta pelo *Jornal do Commercio*, foi-lhe oferecido logo depois um mimo nacional, custoso e artístico monumento em *vermeil*, alusivo àqueles dois grandes feitos diplomáticos. E com o produto de outra subscrição, aberta em São Paulo, foram executados em Paris, pelo artista Felix Charpentier, dois bustos em bronze, um do pai e outro do filho, ambos a este oferecidos, juntamente com uma medalha de Buval, comemorativa da campanha diplomática de 1893-1895.

Em 1901, na Faculdade de Direito de São Paulo, foi-lhe solenemente inaugurado o busto em mármore, mandado esculpir pelos estudantes paulistanos. Nesse mesmo ano chefe era da Legação Brasileira de Berlim.

Em 1902, o Dr. Rodrigues Alves, ao assumir a Presidência da República, reclamou-lhe os serviços, em nome da pátria, à frente do Ministério do Exterior, a fim de dar solução capaz à gravíssima questão do Acre, que se declarara independente.

Rodrigues Alves havia sido condiscípulo de Rio Branco, no antigo Colégio Pedro II. A reclamação foi aceita, não sem grande relutância; e o austero diplomata, após vinte e seis anos de ausência, entrava no Rio de Janeiro, a 1º de dezembro de 1902, como um verdadeiro triunfador.

Era o herói do dia.

O Acre foi logo ocupado militarmente, porque os seus habitantes eram todos brasileiros. Um *modus vivendi* foi assinado, regulando a situação das tropas e dos beligerantes. E a 21 de novembro de 1903 firmava-se o Tratado de Petrópolis, em vista do qual o Brasil adquiria a posse da imensa extensão territorial acreana, mediante

concessões relativamente insignificantes: cessão de pequenos territórios no Madeira e no Paraguai e pagamento de dois milhões esterlinos com a obrigação de construir a estrada de ferro de Santo Antônio a Bela Vista, para servir ao comércio boliviano através do Amazonas.

E mais 200.000 quilômetros quadrados eram assim adjudicados ao vastíssimo território nacional.

Foi a terceira grande vitória diplomática do genial lidador brasileiro.

Logo depois, a 20 de fevereiro de 1904, recebia estrondosa manifestação popular. É que o povo, o supremo juiz nas grandes causas públicas, lhe aplaudia feitos e ações.

Como Ministro do Exterior, cargo que exerceu sem interrupção durante nove anos e dois meses, conseguiu sucessivamente brilhantes vitórias diplomáticas, dentre as quais devem ser citadas: trinta convenções de arbitramento com as principais nações da América, da Ásia e da Europa; o reconhecimento da República do Panamá, conjuntamente com o México, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai; a elevação à embaixada da Legação de Washington; a criação de um cardeal brasileiro; a designação desta capital para sede de reunião da Terceira Conferência Internacional Pan-Americana e para a do Congresso Científico Latino-Americano; finalmente, a assinatura, com a Argentina, do acordo complementar sobre as ilhas do Alto Uruguai, feliz remate à delicada questão das Missões.

Em 1907, foi eleito membro da Academia de Letras e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A 11 de agosto de 1908, hóspede de São Paulo, recebeu uma popular manifestação de apreço e simpatia.

A 8 de setembro de 1909 assinava o Tratado de Limites com o Peru, velha questão internacional, e ante o qual o Brasil fixava aos seus domínios 403.000 quilômetros quadrados de território. A 30 de outubro desse mesmo ano dava a sua assinatura ao Tratado de Limites com o Uruguai.

Foi convidado para super-árbitro na questão entre o Peru e a Colômbia, mas declinou da honra, alegando não poder ser árbitro em uma questão em que envolvidos se viam países vizinhos e amigos.

A 25 de maio de 1909, por ocasião da célebre campanha presidencial, recebeu de surpresa expressiva e popular manifestação: ao aparecer na avenida que ora lhe tem o nome, o povo o cercou, levando-o em delírio para o Itamaraty.

Em 27 de novembro desse mesmo ano, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conferiu-lhe a perpetuidade na presidência do Instituto.

Nesse mesmo ano foi convidado pelos mais distintos chefes políticos de então para aceitar a candidatura presidencial. Recusou peremptoriamente a honra ofertada.

Em setembro de 1911 empregou os bons ofícios do Brasil na questão Alsop, evitando porventura sério conflito entre o Chile e os Estados Unidos. A 15 de outubro desse mesmo ano no Clube Militar, onde se achavam representadas todas as classes sociais, inaugurava-lhe o Exército, no salão de honra, o retrato a óleo em tamanho natural, com a seguinte e expressiva dedicatória:

“À magna figura de Rio Branco o Exército Nacional”.

Preparava-se para resolver, com acerto e com prudência, a grave questão política do Paraguai revolucionário, quando a 3 de fevereiro de 1912, por ocasião do jantar, teve uma forte síncope. Convenientemente atendido, nada mais revelou digno de receio, todo o dia 4, trabalhando em negócios da pasta até alta madrugada. No dia 5, à hora do café, sentiu forte pontada na cabeça. A vista se lhe perturbou incontinenti, e aos poucos, palmo a palmo, o grande lidador perdia a energia física e o falar, em luta tremenda para a eternidade.

Cinco longos dias lhe durou a enfermidade, lutando o colosso, minuto a minuto, com a morte, que o não lograra derrubar de uma só feita.

Como os vegetais gigantes das tórridas regiões do Amazonas, o vigoroso lidador resistia imperturbável às fúrias reiteradas do

vendaval sinistro. E pelo fragor da procela, demorada e tremenda, bem se avaliava quão possante lhe era a organização, quão longe ainda lhe podia ir a existência preciosa.

Por fim, exausto, fechou eternamente os olhos, deixando como que atordoada a nação inteira. Também o vasto madeiro resistir intenta sereno aos golpes reiterados do lenhador sinistro. Depois geme, desapruma e tomba estentoricamente por terra, deixando em torno de si larga clareira.

Assim tombou Rio Branco, na manhã de 10 de fevereiro de 1912, às 9 horas e 9 minutos de um dia luminoso e brilhantíssimo.

Contava 67 anos de idade.

Pelo peso das honras em vida conquistadas, bem se lhe pode avaliar a rijeza hercúlea da constituição. Sócio de várias associações literárias e científicas, da Sociedade de Geografia do Rio, da de Lisboa e da de diversos outros países; sócio ainda de todos os Institutos Históricos e Geográficos existentes no Brasil; moço fidalgo da casa imperial; Barão por hereditariedade; dignitário da Ordem da Rosa; Oficial da Ordem Francesa da Legião de Honra, da Ordem da Coroa da Itália e da de Leopoldo da Bélgica; Cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal; condecorado com a medalha de segunda classe e placa da Ordem de Santo Estanislau da Rússia; finalmente, Benemérito Brasileiro por lei do Congresso.

No dia de sua morte a nação em peso como que ficou suspensa em torno da sua câmara ardente. Cento e cinquenta mil pessoas lá foram lhe levar, com os olhos umedecidos, a última homenagem de respeito e de saudade. Trezentas mil lhe levaram o corpo inerte à sempiterna morada, no santo campo de São Francisco Xavier, onde é a repousar para sempre. Mais de seiscentas mil, enfim, lhe assistiram ao solene desfilarm do sagrado esquife.

Inda não nos foi possível, em terra brasileira, observar tamanha e tão sincera manifestação de luto e de dor. As casas cobriam-se de crepe. As moças debilitadas tombavam presas de violentas crises nervosas. O povo, cabisbaixo, soluçava.

É que o Barão do Rio Branco valia muito mais do que um simples homem, porque representava a pátria, por ele nobremente acrescida de 900.000 quilômetros quadrados, sem perda de sangue durante meio século de pasmosa atividade jornalística, histórica, diplomática e política.

Deus em paz tenha a sua santa alma!

Idéias Finalísticas

I

O físico

Il existe assurément bien des gens qui perdent à être connus à fond; il en est aussi d'autres, et en grand nombre, qui gagnent singulièrement à être attentivement étudiés.

Yzabeau

As qualidades físicas constituem o corpo, o homem matéria. Têm praticamente sensível importância, como fundamento que são da vida espiritual e efetiva. Consequentemente, quanto mais acentuado lhes for o valimento, maior a probabilidade de um forte espírito e de um robusto caráter.

Seu número não é avultado. Apenas as seguintes: *saúde, resistência física, virilidade, hábitos da profissão preferida, sobriedade*, e finalmente *atividade*.

Saúde

Sem saúde, haver não pode um justo equilíbrio individual. E a falta deste, em ação sobretudo, arrastará consigo desequilíbrio na *concepção*, desequilíbrio na *direção* e ainda desequilíbrio na *execução* de qualquer tentame alevantado ou sugestivo.

Um homem doente nunca poderá ser um homem feliz. E felicidade e sucesso são uma e mesma coisa, cientificamente analisados.

É, pois, qualidade valiosa.

Mens sana in corpore sano já havia dito com grande espírito e sensatez o profundo satírico latino Juvenal.

Rio Branco, em plena mocidade, era de férrea saúde: a perfeita constituição dentária fazia-lhe supor um excelente aparelho digestivo; a voz sonora e bem timbrada indicava-lhe normal aparelho respiratório; o colorido da pele, um seguro sistema circulatório; a robusta constituição dos membros e tórax, enfim, um invejável equilíbrio fisiológico. Por isso mesmo as funções somáticas, vegetativas chamadas, lhe eram rigorosamente equilibradas.

Os prazeres da mesa farta, mas não opulenta; o dormir sempre tranqüilo, a qualquer hora do dia ou da noite em que se fizesse ele sentir; o humor da palestra atraente e erudita, continuamente iluminada por observações, anedotas e ditos expressivos; o desgoverno, enfim, a que ele sujeitava imperiosas necessidades fisiológicas, comendo ou repousando, não quando preciso, mas possível, tudo isso de sobejo lhe afirmava a harmonia e fortaleza orgânicas. Até o emprego do fumo, de que ele abusava porventura irrefletidamente, lhe fazia atestar a rijeza da organização, o estável equilíbrio das funções vitais.

Viveu 67 anos. E durante esse longo espaço de tempo, a não ser uma ligeira enxaqueca, mal muito comum nos homens que, como ele, mais vivem da inteligência que do corpo, sempre gozou perfeita saúde.

Três anos antes do passamento começou de sentir os primeiros sintomas de uma arterioesclerose maldita. Isso, porém, é facilmente explicável na sua idade avançada, maiormente quando ao corpo, perseguido por incessante lidar, se não dava nem o indispensável repouso físico ao menos.

Rio Branco, aos sessenta e tantos anos de idade, hora certa ainda não tinha para repouso, comida e trabalho. Não raras vezes labutava do escurecer até alta madrugada, mesmo até o romper do dia, sem deixar de fumar um só instante sequer.

Quando o ilustre escritor platino Manuel Bernárdez, observador inteligente e profundo, pela vez primeira veio ao Rio, com o firme propósito de apertar a *El Baron* a mão fidalga, foi ao Itamaraty às 9 horas do dia, informado como estava ser madrugador o grande diplomata. Desceu do bonde, galgou as escadas e disse ao

mordomo de palácio que desejava saudar o Barão do Rio Branco, em nome de *El Diario* de Buenos Aires.

Sua Excelência, respondeu o mordomo, deitou-se às 8 horas. Portanto, só depois do meio-dia. Antes acho difícil...

O jornalista, porém, assim não pensava, supondo se tratasse das 8 horas da noite anterior. O empregado, percebendo o engano, tirou-o logo da dúvida, explicando-lhe cortesmente que o Barão estivera dois dias em São Paulo, atrasando-se assim o expediente, o que o forçara a ficar despachando a noite inteira!

Com tais excessos, compreende-se, não havia resistir. Moço que fôra, e teria fatalmente arruinado a saúde, abreviando a existência.

A arterioesclerose, que o vitimou ao sexagésimo sétimo ano da existência, explicação encontra no excesso do trabalho, na falta de repouso, no abuso do fumar,¹ na incerteza das refeições e ainda na acurada aplicação intelectual, imediatamente após a comida.

E não tivesse ele a saúde que tinha, certo sucumbido houvera antes do quinquagésimo aniversário, antes, portanto da vitória belíssima das Missões.

Resistência Física

A física resistência distingue-se limpamente da saúde. Esta reduz-se ao funcionamento normal dos órgãos; aquela reflete o máximo de produção que cada um capaz é de dar, em dada conjuntura vital.

Sem saúde não pode haver resistência física. É claro. Mas aquele predicado pode existir, sem que este se manifeste, pelo menos, com a devida intensidade.

Um homem forte, acostumado, por exemplo, ao exercício da pena, conduzir não alcança às costas, qual trabalhador braçal, um determinado peso numa extensão de meio quilômetro. Falta-lhe a resistência física para tanto.

¹ O Barão do Rio Branco chegava a fumar duzentos cigarros por dia. Só podia trabalhar fumando. E como trabalhava muitíssimo, fumava também exageradamente.

Semelhanamente: um lutador afeito ao trabalho corporal jamais poderá usar da pena durante duas horas sucessivas.

É que ambos, treinados de certo modo para uma determinada função, não dispõem da suficiente energia física para o novo sistema de vida, que se lhes quis impor.

Vale o mesmo afirmar, em boa linguagem portuguesa, que se não pode ter sucesso na vida quando se tem o hábito de mudar de especialidade com o mesmo prazer com que se muda de camisa.

O tocador de sete instrumentos será sempre um homem infeliz.

Gozando, como vimos, perfeita saúde, devotado à história e à diplomacia, à família e à pátria, o Barão do Rio Branco era de extraordinária resistência física. Quando preciso, trocava a noite pelo dia, comia ou deixava de comer, dormia ou deixava de dormir, sempre alegre e prazenteiro sempre.

Parecia ignorar completamente a fadiga do corpo. Sua desmedida capacidade produtiva, que pode ser igualada mas não excedida, o confirma exuberantemente.

Foi cônsul em Liverpool de 1876 a 1893, quando se achava em pleno desenvolvimento orgânico. E durante esses dezessete anos, conhecido apenas pelo reflexo poderosamente luminoso do nome paterno, Rio Branco, com a bossa desenvolvida do historiador, não descansou um momento, a argamassar dados, com os quais mais tarde pensava construir o edifício, inda nem ao menos projetado, da história militar pátria. Visitou então todas as bibliotecas e arquivos afamados, colhendo informações e dados, copiando ou fazendo copiar documentos importantes, em Portugal, na Holanda, na Espanha, na Inglaterra, na França, por toda a Europa em suma, modesto, sereno, infatigável, a ponto de se tornar um erudito tal, em coisas brasileiras, que capaz seria de escrever, sem omitir uma simples minúcia, tudo o que havia relativo ao Brasil desde a especial construção das naus de Pedro Álvares Cabral, até as torres couraçadas dos nossos poderosos couraçados.

São de Eduardo Prado, o solene estilista da *Ilusão Americana*, as seguintes e magistrais sentenças, respeito ao fato em análise:

O fim de sua vida, fim que não conseguiu sem largos anos de um sacrifício aturado e ignorado, foi conhecer o Brasil no seu solo, nos seus produtos, no seu céu, nas suas raças, na sua vida do passado, nas condições de sua existência no presente e na capacidade de vencimento e de grandeza no futuro. A erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é, por assim dizer, salomônica. O rei de Judá conhecia, segundo a Bíblia, desde o musgo apegado às pedras das muralhas até o cedro do Líbano, desde o inseto que se esconde na relva até o leviatã dos mares. O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos seus marinheiros, o nome das plantas mais vulgares da praia de Porto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso, e copiou ou fez copiar todos os manuscritos, fez extratos deles, distribuiu esses extratos em forma de notas pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil: retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e com o mundo das suas notas poderá ele um dia publicar uma descrição geral do Brasil, que será um monumento.

É realmente admirável de quanto era capaz o Barão do Rio Branco, graças em parte à sua notável resistência física.

Isso, a que se referiu Eduardo Prado, ele fazia quando moço. Depois, nos Estados Unidos ou na Suíça, na França e na Alemanha, por fim no Brasil, era sempre o mesmo espírito incansável a trabalhar como um verdadeiro mouro, dias e noites sucessivos, sem muito atender às exigências imperiosas do estômago e às imposições imperiosíssimas do corpo.

São do livro de Manuel Bernárdez, *El Brasil*, as seguintes palavras, altamente significativas:

O Barão fica freqüentemente trabalhando até o romper do dia – ao menos duas ou três vezes por semana. Mora com a sua família em Petrópolis; mas, quando um trabalho qualquer o retém no Rio até o anoitecer, deixa-se seduzir pela ingente tarefa que o reclama, encerra-se no seu gabinete, toma aí uma refeição frugal e passa a noite em claro estudando protocolos, meditando sobre a solução de grandes problemas e de assuntos de menor importância, de questões exteriores e de coisas domésticas, edilícias, policiais, de ornamento público, de acolhimento a viajantes distintos, de fomento, de cultura ou de estética urbana – de tudo, menos de política. A atividade do chanceler é enorme e minuciosa – à semelhança de uma probóscide, que tanto arranca uma árvore de raízes, como levanta uma agulha do solo.

Montanhas de papéis, cordilheiras de telegramas o esperam sempre, enchendo as mesas – e ele, com a sua mobilidade repousada, sem um gesto inútil nem um minuto perdido, sem um bocejo de cansaço, sem um assomo de aborrecimento, sem abrir outra válvula à sua energia, que não seja a da minúscula chaminé, sempre fumegante, do seu cigarro de palha, absorve-se no trabalho e vai girando à roda das suas decisões como o volante de um mecanismo mental que não se equivoca, não vacila, nem volta atrás. Quando pude deitar um olhar sobre esse trabalho desmedido e metódico, veio-me a idéia, quicá um pouco absurda mas gráfica, de uma dessas ceifadoras a vapor, que funcionam as melhores nos nossos campos, durante a colheita, recebendo incessantemente molhos inteiros de espigas e que, sem esforço nem demora, atiram para o ar, por um lado, a palha, e deitam, pelo outro, o grão polido, ensacado e pronto para ser pão.

Por essas palavras justíssimas, de um observador abalizado e competente, avaliar bem se pode a larga capacidade de trabalho do glorioso chanceler brasileiro. E não há capacidade forte de produção, sem a fundamental resistência física correspondente.

Do jornal *A Noite*, de 14 de fevereiro de 1912, tiramos a seguinte e sugestiva nota, publicada sob o título “As singularidades do Barão do Rio Branco”:

Uma das suas mais curiosas singularidades era o atraso com que fazia convites para certas solenidades.

Certa noite, Medeiros e Albuquerque foi despertado às 3 horas da madrugada pela campainha do telefone, que tocava insistentemente.

Medeiros assustou-se, tanto mais quanto estava então em um período de aguda luta político-jornalística. Subiu apressadamente ao primeiro andar, onde tinha o seu gabinete de trabalho e onde estava o telefone e acudiu:

- Quem fala?
- É o Rio Branco. Quem fala aí é o Medeiros?
- É. Que deseja Vossa Excelência?
- Eu queria pedir-lhe que fosse amanhã ao almoço que eu ofereço a F. (um estrangeiro ilustre que estava no Rio). Olhe lá, não falte. Precisamos de gente que fale bem francês.
- Não falto, Barão, pode ficar descansado.

Como esse, muitas outras pessoas das suas relações mais íntimas recebiam desses convites alta noite. É que o Barão, afeito a longas vigílias, imaginava que todos, como ele, só dormiam pela manhã...

Grande a resistência física de Porto Alegre, o general que só entrava em fogo de primeiro uniforme, o perigo afrontando das batalhas. Muito grande o físico resistir de Osório, o mais popular dos homens de farda no Brasil. Extraordinariamente grande, enfim, a ausência de fadiga de Caxias, o maior dos homens de guerra brasileiros, e que só tombou ao septuagésimo sétimo ano de existência. Pois o Barão do Rio Branco com saúde igual a desses três marciais atletas, porventura a todos eles excedia na capacidade enormíssima de trabalho, no físico suportar das fadigas do insano lidar.

Era sem dúvida um homem predestinado a grande feitos práticos.

Virilidade

A virilidade é um atributo físico poderosamente valioso. Só se manifesta nos homens capazes de ação, naqueles a quem a natureza

reserva um papel assaz influente na marcha normal dos acontecimentos. E quanto mais cedo ela se faz sentir, tanto mais intensa lhe é a força, o prestígio, a validade em suma.

Muitos homens há de perfeita saúde, dotados de grande capacidade produtiva, mas incapazes de uma resolução satisfatória em momento perigoso ou sério: é que lhes falta aquele predado físico, precioso em Alexandre, Aníbal ou César, preciosíssimo em Gustavo Adolf, Frederico, Turenne, Bolívar, Caxias e Napoleão.

Confunde-se às vezes virilidade com vigor. Ambas começam por v. Mas a distinção entre as duas é manifesta, no ponto de vista psicológico pelo menos. Basta dizer que o vigor do corpo, como a saúde, independe da vontade, o que jamais se observa com a resistência física e também com a virilidade.

Um corpo adoentado resistirá com vantagem relativa, como o bravo Barão de São Borja no combate de Piribebui, se tiver intensa a vontade. O mesmo dar-se-á com um homem robusto; se tiver vontade, como Blücher ou como Wellington, será viril; no caso contrário, jamais passará de um plano inferior, sempre incapaz de grandes cometimentos práticos.

O comando do batalhão infantil não cabe ao menino mais vigoroso, senão ao mais viril, franzino às vezes. É ainda um bom sinal da psicológica distinção precedentemente estabelecida.

Pois, respeito ao atributo em questão, Rio Branco suporta sem deslize um rigoroso exame.

Na infância ainda, ele se mete a freqüentar com assiduidade e aproveitamento um instituto de educação secundária – o Colégio Pedro II. Na puberdade, vira as costas ao afamado estabelecimento de ensino, com direito ao grau, que não quis receber, de bacharel em Letras, matriculando-se em uma academia superior. Na juventude, campeão da palavra escrita, terça varonil as armas no jornalismo, conseguindo posição de destaque entre os seus mais hábeis condiscípulos. Na juventude ainda vê-se bacharel em Direito, professor de Corografia e História, promotor público, secretário de legação, deputado-geral e exímio jornalista.

Todos esses traços são de precoce virilidade.

Como se vivendo em atmosfera sobrecarregada de oxigênio, o Barão do Rio Branco homem se fez antes do tempo. E, durante a idade madura, sobretudo depois que deixou o consulado de Liverpool, onde como que vivera a vida latente das crisálidas, sob o inspirador influxo do genial progenitor, o Barão do Rio Branco sempre se revelou o homem superior capaz de enfrentar, sem pestanejar sequer, as mais sérias situações diplomáticas, históricas e políticas que se lhe deparavam.

Vem a pêlo o seguinte fato, exemplo eloqüente de patriotismo, de tenacidade, de energia, de astúcia e ainda de virilidade. Tiramo-lo do *Jornal do Brasil*, de 11 de fevereiro de 1912:

Um jornal brasileiro, de Paris, há alguns anos passados, escrevia o seguinte:

Sabem os nossos leitores de que simpatia está cercado, no Brasil e na Europa, o nome do Barão do Rio Branco? Ninguém, com efeito, merece uma tal honra mais que o nosso patriótico Ministro dos Estrangeiros, que muito se tem esforçado pela grandeza de nossa pátria.

O que, porém, se precisa saber é que o eminente diplomata sabe aliar a uma profunda experiência de homem de Estado o senso prático e o “a propósito” das suas deliberações.

Eis aqui uma anedota, que disso é flagrante prova e que interessa tanto aos brasileiros, como aos franceses, e foi Mr. Albert Hans quem no-la contou.

Em 1897, a França e o Brasil estavam desavindos, em conseqüência da questão de limites nas fronteiras da Guiana.

Os dois contendores tiveram o bom senso – dando um raro exemplo pacífico – de submeter esse conflito a um tribunal de arbitramento, constituído em Berna pela Suíça.

O Barão do Rio Branco foi o advogado brasileiro. Redigiu uma formidável memória, obra-prima de erudição histórica, e desenhou um atlas admirável sob o ponto de vista cartográfico. Os subsídios eram tirados dos arquivos portugueses, espanhóis e franceses.

Para fazer imprimir seus trabalhos, o Barão do Rio Branco dirigiu-se a uma tipografia parisiense, a Casa Lahure.

O tempo corria, e as razões tinham prazo fixo para a sua recepção no tribunal arbitral.

Não apresentá-las no tempo prescrito equivalia à perda absoluta do processo; o Brasil perderia fatalmente.

E a tipografia manhosamente demorava a impressão.

A França rejubilava-se por esse fato e não tinha pejo de anunciá-lo.

Sem perder um instante e para melhor dirigir o trabalho, o Barão do Rio Branco instalou-se, por assim dizer, na tipografia Lahure.

Por fim, até a própria cama para aí fez transportar.

O trabalho, com efeito, era enorme. Os tipógrafos e litógrafos, organizados em turmas de dia, e plantões à noite, sabiam perfeitamente do que se tratava: se eles não entregassem no prazo fixado, a França sozinha apresentaria os seus documentos e o Brasil perderia a partida.

Felizmente, os operários franceses sabiam também que o nobre representante confiava em sua honra.

E todos correspondiam a essa confiança, e, apesar do excesso de trabalho, nenhum exigiu vantagens particulares.

Eles aceitavam unicamente, sobretudo durante a noite, um excelente café brasileiro, que o Barão lhes oferecia abundantemente e que tomava, amigavelmente, com eles.

Enfim, graças à lealdade e à habilidade dos operários, as razões do Brasil foram ultimadas... em Berna, na véspera do dia prefixado para sua entrega.

Cada membro do tribunal arbitral recebeu um exemplar. Os árbitros, convencidos pelos documentos e argumentos produzidos pelo Barão do Rio Branco, pronunciaram-se em favor do Brasil. Como tudo se passou lealmente e segundo as convenções previamente estabelecidas, nenhuma rusga houve entre os dois governos.

O Brasil e a França cumpriram o seu dever.

Esta anedota, pouco conhecida, muito honra o Barão do Rio Branco e merece ser divulgada no Brasil.²

² Não tivemos meios de verificar a autenticidade do fato aí narrado: é de presumir, porém, pelo valor da causa e pela natural bonomia do embaixador brasileiro, que fosse o mesmo verdadeiro.

Um outro feito notável, tanto de energia como de virilidade, se encontra em dezembro de 1902. O Barão acabava de tomar conta da pasta. O Acre, declarado independente, fazia guerra à Bolívia. E como era um território habitado por brasileiros, Rio Branco incontinenti fê-lo ocupar militarmente, assim abrandando o entusiasmo da coluna boliviana, que marchava apressada para aquela região, guiada pelo próprio Ministro da Guerra. E, graças à energia da ocupação, um *modus vivendi* era pouco depois assinado, e mais tarde também o era o célebre Tratado de Petrópolis, sem dúvida um dos mais belos feitos da história diplomática americana.

O Conde de Porto Alegre era oficial aos 14 anos de idade; o bravo Barão de São Gabriel, aos 19; Xavier Curado, grande tático, aos 17; Caxias, pouco depois dos 15. São exemplos luminosos de precocidade, o que importa dizer de virilidade. Pois Rio Branco, o glorioso Marechal da Paz, como foi felizmente cognominado, pode, com vantagem, ser colocado ao lado daqueles eméritos lidadores de farda, aos quais deve o Brasil serviços de conta e valimento.

Hábitos da profissão

Os hábitos da profissão representam um papel importante na consecução prática do ideal sonhado.

O verdadeiro homem é um verdadeiro artista. Não lhe importa a especialidade. E ninguém é capaz de se revelar conhecedor emérito de uma arte, elementar ou superior, sem o exercício e o hábito correspondentes. É uma verdade patente nas artes elementares, na carpintaria e na marcenaria, e que receber vem ampla confirmação nas artes superiores, na medicina, na engenharia, na jurisprudência, na diplomacia e na estratégia.

Impossível um médico consumado e feliz, sem jamais haver entrado em um hospital ou em uma casa de saúde, sem nunca haver estado à cabeceira de múltiplos enfermos, em serviço da profissão delicada. Impossível também um perfeito engenheiro, de todo alheio à prática da especialidade, sem nunca haver aberto uma cava, projetado uma ponte ou construído uma estrada.

O mesmo com as artes sociais, com a arte da guerra, com as belas artes enfim. Todas reclamam o hábito da profissão. Só este fazer consegue o artista completo e afortunado, cujas obras um dia poderão ser tidas por modelos nos grandes centros cultos.

O improvisado comerciante não pode ser feliz como não o pode ser o capitão alheio à tática, o mineralogista inimigo do maçarico, o prelado ignorante das católicas virtudes enfim.

Rio Branco experimentou em tempo o jornalismo, o magistério, a magistratura e a política, sem o mínimo atrativo encontrar nestas três últimas desigualdades de labutar coletivo, sem portanto a elas se poder prender de corpo e alma, invadindo-lhes os recantos, prescrutando-lhes as virtudes, auscultando-lhes, em suma, as necessidades. É que se não sentia inclinado a gêneros tais de cogitação social.

Desde o lidar acadêmico, na juventude portanto, era a história militar do país, as glórias da bandeira, o nosso prestígio no exterior o que mais o interessava nas palestras, estudos e escritos. Deputado-Geral ao sair da Faculdade, redator de *A Nação* dias depois, o grande espírito passa pelas duas tribunas – a da pena e a da palavra, com uma única preocupação, de que fazia como que a sua segunda religião na terra – a grandeza crescente do Brasil e a defesa a todo o transe do venerando progenitor, objeto do seu maior e mais íntimo respeito, veneração e amor. Mas mesmo no Visconde não admirava muito a feitura política, senão e religiosamente a constituição diplomática; apesar de filho do presidente do Conselho, era íntimo dos chefes da oposição, de Silveira Martins, Francisco Belisario e Paulino de Sousa.

Tal quer nos parecer a feição característica do grande lidador: amor entranhado à família e à pátria, grande simpatia pelo jornalismo e especial predileção pela história e pela diplomacia.

Da primeira asserção – amor à família, exuberantes provas se encontram durante toda a sua longa vida: defendeu calorosamente o pai na Câmara e nas colunas de *A Nação*; fez transladar para o Rio os restos preciosos da extremecida progenitora, indo todos os anos, periódica e pontualmente, depositar-lhes flores naturais no perpétuo jazigo; amava apaixonadamente os filhos; por fim tinha sempre

consigo, gravada em prata, uma tocante página de Taunay, contida em livro de quatro páginas, a primeira das quais cercada de pedras preciosas com incrustações em ouro, e com as armas da República também em ouro. Tal página, comovedora e solene, que não pode deixar de ser transcrita, encontramos-na no *Jornal do Commercio* de 17 de fevereiro de 1912. É a seguinte:

É sempre rodeado de misteriosa majestade e sombrios ensinamentos o espetáculo da agonia de um homem que soube, em longa vida, por suas virtudes e talentos, elevar-se acima dos seus concidadãos e alcançar posição eminente na sociedade.

Naqueles que o rodeiam então, e se despedem do ‘viajante que parte para o país de onde ninguém jamais voltou’, há como que a aspiração inquieta de prescrutar a morte em sua tarefa de destruição e debruçar-se à beira do abismo, que se está abrindo para tragar uma grande existência.

Se a dor dilacerante não nos estortega o coração e anuvia o pensamento, é com pungente ansiedade que se acompanha o despreendimento gradual de um espírito superior dos laços terrenos que se vão desapertando, e nessa ocasião tudo então toma vulto especial e grandioso, tudo significação.

Com aterrada curiosidade procuramos sobretudo observar aquele momento último e decisivo, após o qual tudo se acabou, momento que o filósofo grego buscava conhecer em si e consigo mesmo:

‘Em que pensas?’ perguntaram-lhe. ‘Estou vendo, respondeu o moribundo, se percebo o instante em que a alma me abandona o corpo.’

Por todos estes sentimentos era natural e profunda a concentração íntima dos amigos e admiradores do grande Rio Branco, que no meio da desolação da ilustre família lhe rodeavam o leito de morte e, acabrunhados e respeitosos, recolhiam cada palavra que lhe caía dos lábios.

O nobre agonizante, depois de esgotados todos os martírios da horrorosa enfermidade, que o atacara com implacável fereza, na manhã de 1º de novembro de 1880 já pouco conhecimento das coisas presentes podia ter.

Minado pela meningite que costuma sobrevir às afecções cancerosas da face, perdera quase de todo a inteligência do que se passava em torno de si, sem que por isso se lhe enfraquecesse a pujança do poder pensante.

Supunha-se ainda uma vez – a última – em pleno Senado brasileiro, no meio das lutas parlamentares, e, como o imortal Chatham, queria morrer de pé na tribuna que sempre abrilhantara, e a servir a pátria que tanto estremecia.

Se houve algum dia sessão solene, foi essa ideada pelo estadista moribundo. Com os olhos cerrados, pálido como cera, a alma ainda iluminada pelas cintilações do gênio, e tentando de quando em quando erguer o braço no gesto que lhe era familiar, murmurava num sub-delírio constantes frases seguidas.

De súbito, distintamente, se lhe ouviram estas palavras:

– ‘Peço, Senhor Presidente, licença para falar com muita pausa em vista do meu melindroso estado de saúde...’ Depois, por largo tempo, continuou o murmúrio.

– ‘É preciso’, disse, alteando de novo a voz, ‘obedecer lealmente aos compromissos tomados’. Longo espaço decorreu sem que nada se percebesse da admirável peça oratória, que estava pronunciando ao ouvido da morte.

– ‘Sem dúvida’, afirmou em certo ponto com mais clareza, ‘farás a reforma, mas terás arrancado o voto a muitos cidadãos.’

Depois mal se ouviu aquele mesmo sussurro, que ligava as frases soltas. E as horas caíam pesadas, solenes...

Os lábios, contudo, continuaram a mover-se, e ainda se agitaram no imenso cérebro do legislador todas as grandes questões da pátria. Nada lhe escapava ao olhar de águia, embora já empanado pelas sombras eternas.

– ‘Não perturbem’, proferiu com moroso esforço, ‘a marcha do elemento servil’. Depois de longo silêncio, respondendo naturalmente ao aparte de algum senador, replicou com a força de que podia dispor:

– ‘Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens.’

A pausa que se seguiu foi aterradora.

Aproximava-se o instante. O exangue e sublime orador quis de repente falar, estremeceu ligeiramente e abriu a meio os

olhos, e sem convulsão exalou tranqüilo, quase risonho, o último suspiro.

Eram sete horas e cinco minutos da noite.

Amizade aos seus era-lhe como que uma espécie de religião. E na dor incomparável dessa filha extremosíssima, a Baronesa de Werther, que lhe acompanhou, carinhosa e aflita, como mãe muito delicada, hora a hora, minuto a minuto, a longa agonia que lhe precedeu a morte, e que depois, durante três dias mais, lhe velou o corpo inanimado entre soluços e prantos sucessivos, mas sem o mínimo indício de cansaço ou desalento, aí mesmo ainda o psicologista descobrir vai uma prova eloqüente de sua dedicação à família.

Seu amor à pátria e ao jornal será mais tarde analisado minuciosamente, em lugar oportuno.

E quanto à predileção histórica e diplomática, quarenta anos de vida pública atribulada e intensa o provam à evidência. Escreveu a biografia de Pedro II, o esboço biográfico do Barão do Serro Largo, a vida do Capitão de Fragata Barros Pereira, *Episódio da Guerra do Prata*, *Anotações á Guerra da Triplíce Alliança* de Schneider, a parte histórica brasileira de *Le Brésil en 1899*, as *Ephemerides Brasileiras*, o artigo *Brésil* da grande *Encyclopedia*, a *Boundary Question between Brasil and the Argentina Republic*, as *Questions de frontières entre le Brésil et la France*, a *Republique du Brésil*, finalmente muitos trabalhos, memórias, informações e resumos sobre pontos importantes da história do Brasil, no comércio, na navegação, nas artes, na indústria, na guerra, nas letras e, mais que tudo, deu à arte diplomática em seu país uma invejável posição de destaque, capaz, por si só, de encher uma época e glorificar uma nacionalidade.

Tinha, não há negar, acentuadíssimo o gosto histórico e o pendor diplomático, um e outro cultivados com especial agrado, com particular carinho até. E por isso mesmo é que no Brasil o historiador e o diplomata ocupam posição até hoje ainda não atingida por ninguém.

Mas o historiador, a nosso ver, bem maior era que o diplomata.

As seguintes sentenças do *Jornal do Commercio* de 11 de fevereiro de 1912, a cuja citação não nos podemos furtar, projetam luz muito intensa por sobre as idéias sustentadas:

A diplomacia passa, pelo mundo inteiro, uma complicada crise de crescimento. Os estadistas modernos assaltam as chancelarias e as conquistam sem terem a menor prática do soberano ofício de Metternich e de Salisbury. Os partidários da *new diplomacy* pensam encontrar soluções na brutalidade das palavras e na esquerda maquinação de planos ingênuos. O Senhor Rio Branco, como Sir Edward Grey, como poucos contemporâneos da Europa e da América, pertencia à grande escola. Tudo denunciava nele essa aristocrática superioridade. Ele era, universalmente, um diplomata. A sua presença impunha; suas maneiras empolgavam, e, quando começava a expor, os diplomatas de carreira dos países mais exímios nessa profissão difícil sentiam o mestre, que ali se manifestava sem ostentação. E foi essa sabedoria do seu excelso *métier* que lhe deu a supremacia em todas as negociações, em que se metia, e fazia com que fosse sempre feliz em todas as empresas. Como advogado em litígios submetidos à arbitragem, como ministro e diretor da diplomacia de seu país, essa facilidade de execução que só a alta compreensão dos deveres faculta, punha logo em destaque a figura de Rio Branco e lhe encaminhava o sucesso e o êxito.

No Prata teve adversários temíveis que, reconhecendo que com as mesmas armas tradicionais não o poderiam derribar, usaram de todos os processos de escândalo para ver se conseguiam desorientar a sua ação magnífica. Nada o perturbou.

A questão Zeballos, que começou com a equivalência naval e os tratados de comércio e terminou com a posse do Telegrama nº 9, não alterou um só momento o ritmo do Itamaraty. A diplomacia do escândalo não pôde contra a finura ultra civilizada da diplomacia de grande escola. E com o Senhor Rio Branco o Brasil sempre venceu com calma, com dignidade, com oportunidade e sem gritaria.

Tinha todos os predicados para simbolizar a pátria como simbolizou. A história geográfica do Brasil não tinha segredos

para ele. A nossa evolução militar, com todos os detalhes, era-lhe tão familiar como os antigos tratados e as velhas convenções.

Tudo lhe vinha facilmente à memória no momento necessário. Não trabalhava com método quando tinha de escrever algum trabalho ou redigir alguma nota importante. Mas, quando principiava a elaborar, todos os argumentos ocorriam com prontidão, e a documentação nascia fácil, sem um erro, sem um desvio.

Nas Missões e no Amapá, estudou exaustivamente os assuntos, e como era diplomata soube sempre aproveitar oportunidades para lançar documentos perturbadores. Sabia tão bem o que se tinha feito no passado que percebia as lutas, as relações de continuidade e concluía pela época, pelas circunstâncias, pelos documentos anteriores e posteriores, que deveria existir tal relatório ou tal mapa, que elucidaria a questão que ventilava. Foi este dom excelso, que possuía, a causa da nossa estupenda vitória diante dos árbitros de Washington no litígio das Missões. Como Le Verier descobriu Netuno pelos cálculos, Rio Branco descobriu documentos que deveriam existir em tais ou quais arquivos de Espanha ou Portugal, porque os outros papéis que possuía lhe davam fundamento para essa informação. Nesses papéis não havia a menor referência especial, não havia o menor indício direto. Mas Rio Branco *descobria*, mandava procurar e encontravam o que queria...

Era, portanto, um pesquisador genial, um historiador de intuição sem igual.

Em conversa e nos artigos, que escrevia de quando em quando, porque nunca abandonou de todo a pena com que começou a vida fulgurante, tudo lhe acudia com facilidade. Discutia-se uma questão militar? Os nomes e as datas dos mais obscuros feitos, a biografia de todos os heróis saíam serenamente da pena sem um erro ou uma obliteração.

Recolheu muitos documentos para a história militar do Brasil, que chegou a escrever em parte, mas nunca publicou esta obra, que poderia ser excelente. Seus artigos de combate, quando moço, defenderam em *A Nação* a política do pai, e seus discursos como diplomata e ministro revelaram sempre a magia

de seu estilo ático, sereno e sugestivo. Os discursos, que pronunciou no Congresso Internacional Americano reunido em 1906 no Rio de Janeiro, nas manifestações entusiásticas que recebeu e no Clube Militar, denunciavam o artista, que o brilho do estadista fazia esquecer.

O grande sonho de um Brasil incomparável era, afinal, a base de sua política correta, tão sábia e sagaz, que nunca recuava e sempre vencia.

O Brasil, que conhecia tão bem, que tão eruditamente descreveu na *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, onde o laconismo escondia valores que só os mais competentes podiam descobrir; o Brasil, que tão patrioticamente historiara e divulgara em enciclopédias francesas, tinha, segundo pensava, uma grande missão de paz, de concórdia, de consolo a realizar. A princípio, para consolidar sua força, foi preciso delimitar suas fronteiras. E essa obra de delimitação, que o Senhor Rio Branco realizou sozinho, essa obra, que faria a glória de muitas gerações, foi feita aos poucos, em um curto espaço de tempo, distribuindo as soluções conforme as circunstâncias e as tradições. Depois a *entente* com a América do Norte apareceu como a solução de todas as dificuldades. A criação da Embaixada em Washington foi o início de uma época nova na diplomacia brasileira. As festas e as sessões do Pan-Americano em 1906, onde as figuras de Rio Branco, Nabuco e Root sobressaíam como símbolos, consagrariam um regime novo. Depois, aos poucos, foram-se afastando as tentativas absurdas de teorias contrárias à tradição de honestidade financeira, e o horizonte americano ficou limpo de suspeitas e maquinações.

O Tratado de Petrópolis e a concessão do condomínio da Lagoa Mirim exprimiram a coerência da diplomacia deste grande país que, segundo a frase do Senhor Rio Branco, é, por natureza, acolhedor e pacífico como as 'colméias em que sobra o mel'.

De 1907 até agora, surdo e contínuo, eficaz e calmo foi o seu trabalho para impedir que as cartas geográficas da América do Sul pudessem sofrer alteração pelo abuso de países fortes em prejuízo dos países fracos, aos quais, como já em 1875, escrevia

o Senhor Rio Branco, a política brasileira fazia questão vital em fortalecer a independência e manter a integridade do território.

Era um Brasil poderoso, pacífico e aparelhado que ele sonhava. E tudo que para isso dependia da ação diplomática ele o conseguiu com um esplendor sem igual.

Por isso, seu nome ficará incomparável entre todos os grandes nomes da moderna história do Brasil. Popular, cheio de bonomia, o homem de gabinete sabia ser também o *leader* familiar, cuja silhueta o brasileiro apreciava e via com prazer passar em uma carruagem rápida ou em um automóvel veloz.

Antes e acima de tudo era um grande historiador e um perfeito diplomata. E se algum dia alguém no Brasil, de corpo e alma, se dedicar à profissão preferida, esse certo exceder não poderá o Barão do Rio Branco, no seu grande amor à história e à diplomacia.

Sobriedade

A sobriedade é a temperança no beber e no comer. É o hábito de se contentar o homem, às refeições, com o que lhe for apresentado, sem a mais ligeira revolta sequer. É um atributo raro, porque de certo modo oposto às leis severas da natureza. Mas por isso mesmo é de um valor prático verdadeiramente notável.

Quanto mais sóbrio, mais feliz o lidador.

Os japoneses em 1904 provaram exuberantemente essa verdade, que é, de resto, reconhecida e proclamada por todo o espírito que observa e que medita.

Rarissimamente o comilão é um felizardo. Porque nele as funções da vida vegetativa, que são fundamentais mas subalternas, esquecer fazem em parte as funções superiores, as de relação.

Respeito à qualidade em análise, o Barão do Rio Branco tem sido seriamente injustiçado. Apontam-no em tese um comedor extraordinário, amigo de manjares e quitutes, a que se entregava em excesso, radiante e convencido qual padre mestre de aldeia. Vai, porém,

na indicação, falsa, porque leviana, um grave descuido adverso à Frenologia, à História, à Fisiologia e à observação.

Para o frenologista apaixonado e consciente, nenhuma cabeça, como a de Napoleão, no século XIX, o maior gênio na ação, como Byron o foi na poesia e Fourier na ciência. Pois a cabeça de Rio Branco, frenologicamente analisada, guarda com a do corso genial uma perfeita relação de semelhança. Do sobreceño à parte superior da fronte havia, na cabeça do vencedor de Austerlitz, a mesma distância que do sobreceño à extremidade do nariz, e que do nariz ao extremo do queixo. A mesma coisa com o vencedor do Amapá 0,07m de fronte, 0,07m de nariz e 0,07m de queixo. E um homem com cabeça tal, frenologicamente não pode ser havido um comilão.

Nos homens, cuja vida animal sobrepuja a de relação, há um forte desequilíbrio entre as três distâncias precedentemente referidas: a que vai da base do nariz ao extremo do queixo é sempre maior que qualquer das outras duas.

Ainda outra prova: longas e chatas orelhas, como as tinha Rio Branco, caracterizam tanto a sobriedade como o amor ao trabalho – a atividade.

Outra ainda, e decisiva.

O desenvolvimento dos ossos maxilares arrasta consigo o desenvolvimento da base do cérebro, como o dos ossos craneanos, sobre os quais este repousa. Por isso justamente é que a separação das mandíbulas acompanha sempre o crescimento dos órgãos, sobre que assentam as partes inferiores do encéfalo. E neste caso, do qual bem longe se achava o Barão do Rio Branco, se tem um seguro característico de intemperança e, muitas vezes, de coragem e de instinto de destruição.

É o que se nota sobretudo nos felinos.

Nunca um homem sóbrio teve largas e quadradas as mandíbulas; jamais um intemperante as teve estreitas e comprimidas.

Este sinal é frenologicamente havido por infalível, sendo comum aos animais vorazes e destruidores, como também às aves de rapina.

Qual o observador ou analista capaz de sustentar, pelo menos de boa fé, que o Barão do Rio Branco largas e quadradas houvesse as mandíbulas?

Verdade é possuir ele um colo muito forte, largas as espáduas, o peito proeminente. Mas isso, longe de lhe caracterizar voracidade, apenas lhe era natural consequência da fortíssima compleição física.

Rio Branco era de hercúlea constituição orgânica, já o dissemos precedentemente.

Napoleão, como todo o grande homem de guerra, era o tipo do homem sóbrio: imitava Aníbal, o corso da antigüidade, como também Tamerlão, o político e genial lidador da média idade.

Tal justamente o que se dava com Rio Branco, lutador invencível, não da estratégia, mas da diplomacia, entidades que se justapõem e se completam, à luz da filosofia e da história de todos os tempos.

Historicamente somos levados à mesma conclusão.

Desde a mais remota antiguidade que se faz notar este fato incontestável e verdadeiro: a manifesta sobriedade de todos os grandes tipos da humanidade.

Alexandre, morto de sede, deita fora o copo d'água oferecido, simplesmente por não dispor do precioso líquido para toda a sua tropa. Aníbal come ou deixa de comer, bebe ou deixa de beber, sempre satisfeito e invencível sempre. César ambicioso e genial, imitar procura o rei dos Macedônios. Carlos Magno, Gengis Khan e Tamerlão, grandes na militância como em os segredos de Estado, fortes são na inteligência e na sobriedade. Gustavo Adolf é vivo exemplo do homem astuto e sóbrio, como o são Frederico, Turenne, o príncipe Eugenio, Napoleão, Caxias, Floriano, Sherman, Bolívar, Kuroki, Moltke, todos os grandes lidadores em suma.

E Rio Branco, o Marechal da Paz, nunca vencido nas sérias campanhas diplomáticas empenhadas, não podia fugir à regra geral: era sóbrio como Aníbal, amigo da temperança que nem Caxias, alheio aos excessos da mesa qual Napoleão.

Agora fisiologicamente.

Quanto mais desenvolvido e forte o animal, maior a quantidade de alimento que lhe é necessário ao viver. O gato come pouco. Mais o tigre. Muito mais ainda o leão.

A criança não pode ingerir o alimento de que precisa o adulto. É regra elementar de fisiologia. E entre dois adultos da mesma idade, a renovação celular no mais desenvolvido por força tem de ser mais enérgica que no mais franzino.

O Barão do Rio Branco era de alta estatura, de atlética constituição e forte peso. Gozava ainda invejável saúde. Por força que o alimento a ele necessário, fisiologicamente falando, devia ser em quantidade superior ao exigido para um homem de constituição média. Este tem de altura 1,70m; de peso, 60 quilos. Precisa mais ou menos de quatro quilos diários de alimentação líquida e sólida. O Barão tinha aproximadamente 1,80m de altura e 95 quilos de peso: mais trinta e muitos quilos de tecido que o homem médio. Natural também que fisiologicamente precisasse um pouco mais de alimento, para o seu perfeito equilíbrio orgânico.

Repare no seguinte fato, elucidativo e oportuno:

Por ocasião da Guerra do Paraguai o Conde d'Eu, Comandante-em-Chefe, mandou, a conselho médico, abonar duas etapas a um sergipano agigantado. Está em ordem do dia do exército. E mandou, porque a comida que se lhe distribuía era insuficiente para a completa renovação orgânica. Em compensação, o héracles do norte trabalhava por dois homens. E só um observador incompetente e ignorante, alheio de todo às mais elementares exigências fisiológicas, poderia chamar gastrônomo um homem tal.

Praticamente, não chegamos a diversa conclusão.

Como se sabe, o Barão do Rio Branco costumava ir de vez em quando nos quartéis desta guarnição, em visita à respectiva oficialidade. E nós tivemos assim ocasião, vezes diversas, de lhe observar de perto a temperança.

Não bebia senão água. Desgostava da carne de vaca. E um intemperante capaz não é desse duplo sacrifício: ama o vinho apetitoso, a cerveja *frappée*, o churrasco fumegante, o *roast-beef* com salada.

O Barão gostava de uma boa mesa, de uma peixada excelente, de camarões bem preparados. Seis dias antes de sua morte, ainda comeu em Petrópolis uma feijoada completa. Tinha como todo o homem de saúde a sensação da fome e o prazer da comida apetitosa. Comia bem. Mas daí a tê-lo gastrônomo, vai lógica distância, só transposta violentamente pelos críticos levianos e incompetentes.

A Noite de 10 de fevereiro de 1912 escreve o seguinte:

O Senhor Barão não bebia álcool de espécie alguma. Nem mesmo fazia uso de águas minerais, só tomando água pura, mesmo às refeições.

O quanto era metodizado no beber, era desregrado no comer.

Comia de tudo e a qualquer hora do dia e da noite.

Se não comia grande quantidade, comia amiudadas vezes.

E Manuel Bernárdez, no seu livro *El Brasil*, adianta a respeito as seguintes e expressivas afirmações:

Nestas noites faz ele suas refeições na mesma mesa em que escreve – deixando de lado, apenas, a folha ainda úmida da tinta recente, onde se vai formulando um tratado, um plano de recepção ou instruções diplomáticas, uma informação geográfica ou histórica, para qualquer academia, ou sábio europeu, entre os muitos que solicitam dados do Barão, sabendo que responde sempre, esgotando o assunto à volta do correio. Um criado hábil em improvisos culinários – em matéria de legumes, pois o chanceler não come carne – prepara a ceia frugal em um pequeno fogão a gás, ali contíguo – continuando, todavia, o Barão a desfrutar, nessas suas ceias, sobre a mesa de trabalho, o encanto de uma gentil companhia – a da Senhorita Hortensia do Rio Branco, exemplar galhardamente representativo da mulher brasileira, que a miúdo se deixa ficar também no Itamaraty, como para amenizar, com o eflúvio ondeante da graça e do talento feminino, as austeridades retilíneas do labor paterno.

Um homem tal, acaso poderá ser havido comilão?

Não há negar: o Barão do Rio Branco, como todo o grande homem afeito à luta, apesar da férrea saúde e da atlética compleição física, parcimonioso era no beber e no comer.

Atividade

A atividade é o mais importante dos físicos atributos, porque, síntese de todos os outros, é o que melhor contingente fornece à vitória nas batalhas da vida.

Pode-se perfeitamente conceber um homem em luta com pouca saúde, restrita resistência física e reduzida prática da especialidade. Com pouca atividade, porém, impossível: porque de par com a inatividade só pode marchar o insucesso.

O homem preguiçoso ser não consegue jamais vitorioso.

A saúde e as demais qualidades físicas são sempre postas ao serviço da atividade no labutar coletivo. Este atributo, portanto, tem que dominar aqueles, como o chefe de oficina aos seus auxiliares e subalternos.

E tanto isso é real, que a atividade só se faz sentir imensa quando tem à sua disposição, aos seus serviços, todos os predicados físicos precedentemente analisados. Fisicamente, pois, a atividade é o mais poderoso coeficiente de sucesso na vida.

Os apaixonados pelas ciências da guerra, tendo em vista o luminoso exemplo de Napoleão, talvez pensem ser a qualidade essencialmente militar. Mas o pensamento não lhes é de todo verdadeiro.

A atividade, quando em oposição à preguiça, isto é, quando sinônimo de vivacidade, implica o desenvolvimento de uma ou mais faculdades. Um mesmo indivíduo pode ser ativo para uma coisa, quanto apático para uma outra. Obedece à sua especial organização psicológica. E quando o homem busca fazer aquilo que lhe agrada, é sempre um homem ativo. Tal a atividade que pretendemos ora estudar no Barão do Rio Branco. E essa é a todos os títulos desmedida.

Napoleão foi o maior gênio da ação no século XIX; o Barão do Rio Branco o maior no começo deste século.

A sua obra, como chefe incomparável da Chancelaria brasileira, é realmente vertiginosa. Compreender não se pode muito bem que um homem só capaz fosse de tanto, em tempo relativamente tão curto.

Em nove anos de direção dos interesses diplomáticos e consulares, direção melindrosa e difícilíssima, plena de questões delicadas e de questiúnculas múltiplas, Rio Branco jamais descansou, jamais sentiu o mínimo abatimento moral.

Trabalhava como um verdadeiro mouro. E trabalhava com método e sobretudo com a possível regularidade profissional, embora observadores menos hábeis lhe hajam classificado de “fulminante” a irregularidade de produção no gabinete. Mas a observadores tais, que lhe não diminuem a extensão vastíssima da obra, antes a aumentam, pode-se objetar com vantagem. Rio Branco tinha sempre a resolver múltiplas questões da pasta, todas de grande validade e importância; tinha que atender a variadíssimas questões internas, políticas ou comerciais, pedagógicas ou históricas, militares ou civis, do Amazonas, de São Paulo, de Santa Catarina, do Paraná, de todo o Brasil em suma, recebendo ou fazendo receber aqui um estrangeiro ilustre, indo ali, no 52º de Infantaria ou no 13º de Cavalaria, assistir uma festa à sua pessoa, fazendo-se transportar acolá para esclarecer um ponto duvidoso, acalmar ânimos exaltados, tratar em suma do bem estar geral; tinha ainda que pôr em dia, o que fazia religiosamente, toda a sua vasta correspondência nacional e estrangeira muitas vezes escrevendo, à volta do vapor, longas e minuciosas memórias geográficas e históricas, para satisfazer à justa curiosidade de um estrangeiro amigo e ilustre. E tudo isto ele sabia fazer com pontualidade máxima, com ordem, mil coisas atendendo a um só tempo, sem contrariedade e sem perturbação, superior a si e superior a tudo.

E sem uma certa dose de regularidade no atender a irregularidades tantas, de modo algum se pode conseguir obra capaz e duradoura.

Tal a serena conclusão do analista.

Napoleão, às vezes, tinha quatro secretários, e punha-os todos a escrever a um tempo assuntos dos mais distintos, ditando-lhes eletricamente as intenções, que jamais repetia, e sem a mínima perturbação. Se é prova incontestável de lucidez de inteligência e de memória prodigiosa, não o é menos de capacidade produtiva, de pasmosa atividade.

Nessa patente irregularidade de proceder do curso genial, acaso alguém da crítica adepto, lobrigará a falta de método?

Só um louco de tanto seria capaz.

Tal o que se dava com Rio Branco. O seu trabalho era irregular, porque de natureza extremamente variada mas metódico, porque vasto, vastíssimo, incomparável, assombroso.

Foi o Ministro do Tratado de Petrópolis; da concessão da Lagoa Mirim; da grandiosa política econômica e das internacionais tradições no Rio da Prata; da demarcação de limites com a Argentina; de análogo tratado com o Equador; do acordo com o Peru, deferindo a árbitros as reclamações ou violências de brasileiros ou peruanos no Alto Juruá e Alto Purus; do acordo com o mesmo país assentando o prazo da discussão diplomática para uma direta concordância entre as duas nações sobre fixação definitiva de limites, neutralizados os territórios do Beni e do Catay, já ocupados pelos peruanos, forçados assim a abandonar o Amone; da instituição das instruções para os postos fiscais mistos e os de polícia e exploração dos territórios em litígio; da convenção sanitária internacional com a Argentina, Uruguai e Paraguai; da ratificação do tratado de arbitramento com o Chile; do tratado de arbitramento com a Argentina, Estados Unidos, Portugal, França, Espanha, México, Honduras, Venezuela e Panamá etc., etc.

Mais ainda: obteve para o Brasil o primeiro cardeal sul-americano; fez o Brasil aderir à primeira convenção da Cruz Vermelha, de Genebra; assinou o convênio sobre marcas de fábrica e de comércio com a Argentina; enviou representantes à II Conferência da Cruz Vermelha e à Conferência de Haia, a cuja primeira reunião não havia o Brasil comparecido; concluiu com a Bolívia o protocolo sobre o reconhecimento do marco das cabeceiras do Rio Verde; denunciou

os artigos perpétuos do tratado de 1826 com a França; anulou antiquados acordos consulares com a Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Itália, Portugal e Suíça; celebrou tratado com as nações do continente, determinando as condições de naturalizados, aos que renovarem a sua residência no país de origem; prorrogou o acordo comercial com a Itália; assinou o tratado de 8 de setembro com o Peru, completando a determinação das divisas e estabelecendo princípios gerais sobre comércio e navegação entre os dois países; modificou as fronteiras com o Uruguai na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão; desenvolveu largamente a política continental, solidificando-a e robustecendo-a; cuidou do poder militar e naval do Brasil, sem o qual não há soberania nacional; deu, finalmente, à diplomacia na América a sua primordial função – a de evitar quanto possível as lutas armadas entre as nações cultas. Firmou 31 tratados de arbitramento, feito que o eleva à posição de um dos maiores diplomatas do mundo.

Incomparável a sua metódica e racional atividade, nesses nove anos de trabalhos incessantes, de progresso, de engrandecimento e de luz.

Antes de ser governo, intensa já lhe era a ação. A vitória do Amapá e a das Missões são disso provas incontestáveis, como também o era sua grande erudição histórica.

Longa é já a apreciação desta importante qualidade física.

Mas não a queremos terminar, sem a magistral transcrição a seguir, de um fino observador platino – o erudito Sr. Manuel Bernárdez:

O gabinete é simplesmente um enorme salão de uns 15 metros por oito, e o seu aspecto, à primeira vista, é antes para desencantar. Nada de extraordinário, nem sequer nada de monumental, nada de decorativo, nada de sugestivo; as paredes nuas, nem uma obra de arte, nem um busto evocador, nenhuma lembrança, nem sequer um triste rastro de gênios memoráveis – nem mapas com sinais estratégicos pelas paredes... nem sequer tapete no chão.

Aquilo parecia antes o refeitório de um convento, convertido em cela de um frade prior, dado a tratos com as letras. Papéis, sim, havia!

Papéis empilhados sobre mesas de todos os tamanhos, sobre secretárias de todo o gênero, desde o estilo “ministro”, até a modesta mesa de uma só gaveta ou de nenhuma. Mesa de peroba, de cedro, de pinho branco, de todos as formas, em número de 14 ou 15, suportando pilhas de papel, obstruem o vasto salão, obrigando, para que alguém ali se possa mover, desde a marcha oblíqua até o laborioso desfilar de flanco. À direita uma mesa, a mais importante, pelo seu tamanho de vários metros, e formada por tábuas de pinho descansando sobre cavaletes; mas como essa ainda fosse pouca para avalanche dos papéis, recebeu as honras de uma prateleira, fazendo-se-lhe um andar inferior, com três tábuas postas sobre as cruzes dos cavaletes. E aí também os papéis formam blocos e volumes curvando as tábuas ao seu peso.

– Onde trabalha o Barão?

Para responder à pergunta, o meu acompanhante olhou para as mesas.

– É ver onde está o castiçal.

De fato, todo aquele recinto de labor mental só recebe a luz de uma vela. Ali não há arandelas nem focos portáteis – um modesto castiçal de louça branca anda com o operário daquela oficina, de mesa em mesa.

Quando uma fica abarrotada que é impossível escrever nela, trazem uma nova, a primeira que estiver vazia, no palácio, e ali se instala o Barão com o seu castiçal e a sua cadeira – porque nem sequer usa de uma poltrona, dessas tão confortáveis para ver como sobe a fumaça do charuto – uma garrafa com água, um copo e o tinteiro – um tinteiro comum, desses que caem de pé, como que para vagabundearem sem virar, nessa vida de continuas mudanças. Cada mesa tem, regularmente, três pilhas: a dos telegramas, à direita, sem dúvida porque, sendo de índole urgente, devem estar à mão; a dos ofícios e papéis espistolares, à esquerda; e uma terceira em frente que, digo eu, será a do que não serve – como quem diz: – a palha da ceifadora.

Todos aqueles papéis estão copiosamente anotados, com a grossa escritura do Barão, que escreve sem preguiça, pondo sempre, nas notas marginais ou nas resoluções o pensamento inteiro e sua colossal erudição, especialmente quando se refere ao Brasil, quer seja sobre a sua história, sua diplomacia, sua geografia, flora, raças e fenômenos étnicos, seu comércio e indústrias, sua fauna ou seus costumes, seus instintos ou suas lendas – pois o Barão tem fama de ser o brasileiro que mais sabe do Brasil.

Por esta excelente transcrição bem se vê que para o erudito jornalista platino, observador inteligente e sagaz, o Barão do Rio Branco era metódico em meio das irregularidades múltiplas do cargo espinhosíssimo.

II

O espírito

Sans le sentiment physiognomonique,
j'aurais trouvé sur ma route mille obstacles,
que j'ai heureusement surmontés.

Lavater

As qualidades intelectuais constituem o espírito, o homem-razão. Têm um grande valimento prático: iluminam o corpo ativo na prática e feliz aquisição do ideal sonhado.

Seu número é mais considerável que o dos atributos físicos. Compreende a *lucidez de inteligência*, a *imaginação*, a *memória*, a *cultura intelectual*, a *astúcia*, o *relance*, a *iniciativa* e ainda a *cultura técnica especial*.

Lucidez de inteligência

A lucidez de inteligência é qualidade dominante para o sucesso na vida. Notável nos tempos antigos, quando rudimentares eram os meios de observação e de análise, ela se apresenta hoje notabilíssima. É a fonte da astúcia e da rapidez de decisão, como dos mais importantes atributos peculiares aos homens afortunados.

Não há uma figura célebre na História das Ciências, das Artes ou da Filosofia, mas uma ao menos, seja qual for a especialidade preferida, que não tenha tido à sua disposição uma inteligência muito aguda e muito lúcida.

O que, às vezes, se costuma chamar *gênio* nada mais é que lucidez de inteligência. Aquilo a que se dá o nome de *estrela* ou de *fortuna*, não raro é o predomínio da inteligência sobre as ações.

Só os homens de grande inteligência direito têm a sucesso na vida. E a prática influência lhe é tão acentuada e forte, que para a

maioria dos observadores ela absorve por inteiro todas as qualidades intelectuais.

O Barão do Rio Branco tinha a seu dispor uma inteligência muito lúcida. Chegou a ser o mais profundo conhecedor da pátria história. Eduardo Prado disse uma feita: “Sobre qualquer assunto brasileiro, o Barão do Rio Branco tem sempre a última palavra”. E sem lucidez de inteligência e forte memória ninguém chega a ser erudito em coisa alguma.

Antes dos dez anos havia feito com brilho o curso primário inteiro. Dos dez aos dezesseis cursou com distinção o Colégio Pedro II. E dos dezesseis aos vinte e dois incompletos, com lustre, as faculdades de Direito, então exercendo, já com maestria, a arte jornalística, de que foi mais tarde afamado campeão.

Se em tão tenra idade tais manifestações são de virilidade muita, também o são de privilegiada inteligência.

Deixando a academia, à Europa foi em estudos complementares, voltando logo depois de haver conquistado essa faculdade poliglota, que mais tarde deveria maravilhar eruditos estrangeiros, com quem confabulava. Assumiu a regência da cadeira de Corografia e História do Colégio Pedro II, e foi mestre superior. Passou a exercer a função de promotor público no Estado do Rio, e foi juiz emérito, competente e justo. Acompanhou seu pai ao Rio da Prata, como secretário em missão espinhosa e, com superior perspicácia, aprendeu ao lado do progenitor essa larga prática das gentes e coisas platinas, sobre as quais mais tarde veio a firmar a máscula reputação de exímio e valoroso diplomata e estadista.

Eleito deputado ao voltar daquela comissão, viu ativíssima a campanha sacrossanta da extinção gradual do cativo, a que seu pai, o Visconde do Rio Branco, se dedicava de alma e corpo, com toda força do seu talento e com todo o ardor da sua convicção.

As classes interessadas tenazmente se opunham à humanitária resolução. A luta tinha que ser tremenda, luta de gigantes. O Visconde, para servir à nação, enfrentou resolutamente as classes interessadas. E o jovem José Paranhos, como era então chamado, fundou *A Nação*,

para melhor sustentar a brilhante cruzada em defesa do gabinete presidido pelo Visconde.

Pelejou com indômita bravura, dia a dia sustentando a causa nobre do ventre livre. E sua campanha jornalística foi tão valiosa, que o Gabinete de 7 de Março viu grandemente facilitada a cálida luta que o Visconde do Rio Branco mantinha com extraordinário brilho no Parlamento.

Os artigos de *A Nação*, atribuídos a velhos estadistas, fizeram época. E quando se soube o nome do autor, este era consagrado exímio jornalista. O próprio Imperador, que era um espírito lúcido, com interesse acompanhava a peleja de *A Nação*, louvando o escritor que mantinha magistralmente a campanha do ventre livre.

Vê-se a grande lucidez de inteligência do futuro integralizador do território pátrio.

Com a queda do Gabinete 7 de Março, Rio Branco vai ser cônsul em Liverpool. A paixão histórica se lhe apresenta com intensidade, e ele aí acumula essa erudição pasmosa, que lhe vai servir de pedra angular às grandes batalhas diplomáticas que ganhará, nas quais, dando ao Brasil uma extensão territorial de 900 mil quilômetros quadrados, maior que a Alemanha, a França, a Áustria ou a Espanha, e sem o derramamento de uma só gota de sangue, lhe fizeram receber o nome expressivo de *Marechal da Paz*.

Muito pode uma inteligência lúcida ao serviço de férrea vontade, de vontade a Aníbal, a Tamerlão, a Blücher, a Wellington, a Caxias, a Floriano ou a Napoleão.

Imaginação

A imaginação é tão valiosa quão pouco compreendida. Na feitura dos artistas de gênio, ela ocupa papel saliente: porque, ao mesmo passo que desperta idéias de grandeza e de glória, lhes trata da prática e feliz realização.

Para tanto, porém, forçoso é haver um certo equilíbrio entre ela e a inteligência, a fim de que sejam evitados passos muitas vezes

desastrados. Quando a imaginação maior é que a inteligência, como com Napoleão em Waterloo, o lidador vê o que lhe não é permitido, o insucesso é fatal.

Isso muito comum é entre pessoas de pouca cultura, como também o pode ser entre os grandes lutadores.

Dois grandes soldados no Brasil tiveram poderosa a força do imaginar – Caxias e Floriano. Este jamais foi mal sucedido nas empresas tentadas, na administração, no militarismo ou na política. Com Caxias descobre o crítico histórico o mesmo fato: nunca vencido foi em política ou no campo de batalha. É que em ambos a força da inteligência, poderosamente lúcida, guardava equilíbrio perfeito com a força do imaginar.

Eis justamente o que descobrir consegue o analista através da vida agitada do Barão do Rio Branco.

Como todo homem útil, ele foi também um artista. Como todo o grande artista, tinha ao seu dispor poderosa imaginação. E como todo o lidador invencível, mantinha perfeito equilíbrio entre a inteligência privilegiada e a força do imaginar poderosíssima.

Apaixonado pela diplomacia e pela história pátria, às quais em pleno desenvolver físico dedicara inteligência e atividade, não aceitava coisa alguma que lhe fugisse à especialidade.

Depois do laudo do Presidente Cleveland, que tão alto elevou no país o nome de Rio Branco, Joaquim Nabuco, o saudoso embaixador nos Estados Unidos, escreveu sobre o chanceler brasileiro as seguintes palavras:

“Há talvez nesse homem, talhado para os primeiros lugares e de uma coragem pessoal indiscutível, o defeito da timidez, desde que se trate de um interesse seu.”

Joaquim Nabuco, porém, não tinha infelizmente do seu lado a razão. O que o grande espírito chamou “o defeito da timidez”, nada mais era que vasta força de imaginar, grande lucidez de inteligência e, mais que tudo, perfeito equilíbrio entre essas duas poderosas faculdades.

Rio Branco era incapaz de aceitar a direção, por exemplo, da pasta da Fazenda ou da Justiça, apesar de formado em Direito e erudito, como incapaz seria de se pôr à frente do Lloyd ou da Central do Brasil. Não porque possuísse o defeito da timidez, mas simplesmente por imaginar, no que obrava com muita clarividência, não ser possível se conduzir com felicidade em esfera completamente alheia à sua.

E foi por isso, por perfeito equilíbrio entre a lucidez da inteligência e o poder do imaginar, que ele convidado, pedido, instado mesmo para aceitar a Presidência da República, de vez rejeitou o honroso oferecimento.

Não se pode atribuir a recusa à falta de patriotismo, porque mais que ele ninguém o tinha. Também se não pode afirmar ausência de ambição, porque esta o Barão a tinha em alto grau, como todos os grandes tipos da humanidade.

Ele próprio declarou não aceitar a indicação, por falta de aptidões e de saúde. Nós, porém, levamos além o pensamento: por possuir intenso o amor de glória, cioso da sua imensa popularidade, foi que o Barão do Rio Branco, abandonada a política interna em 1875, a ela não quis de novo se entregar em 1909.

Tivera ele a imaginação maior que a inteligência, e certo tê-lo iam arrastado criminosamente às lutas e paixões partidárias, que tamanhos e tão fundos males nos têm causado a todos nós.

Eis a serena e severa conclusão, a que nos leva a Psicologia Experimental.

Memória

A memória é o mais precioso auxiliar da lucidez de inteligência. Os grandes feitos, convenientemente meditados, constituem um valioso ensinamento nas ocasiões difíceis. E a meditação será imperfeita, se não impossível, sem o auxílio de uma boa memória. As melhores ações da vida prática, a história nos fornece. E a memória é o principal auxiliar nesse tentame valioso. A importância prática lhe é então positiva e clara.

O Barão do Rio Branco, como todo homem superior, tinha uma memória prodigiosa. A fundo sabia toda a nossa história, com minudências e particularidades. Citava sem vacilação fatos sobre fatos, da diplomacia do continente como da história universal. Contava anedotas, recitava produções diversas, falava enfim, corretamente, diferentes idiomas.

Uma feita com ele estávamos no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, em festa que lhe havia sido ali oferecida pela oficialidade. Depois do jantar a palestra, como era natural, recaiu sobre feitos da nossa história militar. E o Barão, tomando a palavra, citou tais e tão minuciosos fatos sobre os nossos homens e sobre os nossos feitos, que causou funda admiração a todos.

Tinha uma memória excelente, a que ele em parte deveu os seus mais belos triunfos diplomáticos. A erudição que lhe era pasmosa, assentava diretamente sobre a inteligência, de que dispunha com fartura, e sobre a memória, de que não dispunha menos.

Sabe-se que em quinze dias ele escreveu para a obra *Le Brésil en 1889*, de Sant'Anna Nery, e em francês, esse admirável *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, que nos enche de satisfação e de orgulho. E a erudição aí revelada é tal, que só com o auxílio de prodigiosa memória poderia o esboço ser concluído em tão curto espaço de tempo.

Era uma das suas grandes virtudes intelectuais a memória.

Osório, mandado em comissão arriscada, devorava com facilidade e rapidez os documentos conduzidos, para os poder inutilizar em caso de força maior, sem faltar ao cumprimento do dever cometido.

Possuía uma grande memória.

Caxias, aos sessenta e tantos anos, acusado injustamente e de surpresa, mostrou ante o Senado atônito a clareza do seu espírito e todo o poder da sua memória privilegiada.

Rio Branco excedia ainda esses dois notáveis brasileiros na qualidade preciosa que estamos a analisar, o que é reconhecido e proclamado por todos os espíritos que lhe acompanharam a vida agitada, os feitos gloriosos, a obra incomparável.

Cultura intelectual

As duas qualidades precedentemente analisadas – a inteligência e a memória, aliadas à vontade, conduzem serenamente à posse de uma sólida cultura intelectual, fator poderoso de sucesso nos embates vários da vida.

Rio Branco possuía grande força de vontade, para o seu gênero especial de cogitação intelectual. E como tinha muita inteligência e memória prodigiosa, não podia deixar de ser, como de feito o era, um grande pensador e um grande erudito.

Aí a sua individualidade se destaca com admirável nitidez, ao alcance de todas as vistas e observadores.

O poliglota – falava e escrevia correta e correntemente o português, o francês e o inglês, dos quais era profundo sabedor, ao mesmo tempo que o espanhol, o alemão e o italiano, que conhecia regularmente. Também estudara o latim e rudimentos do grego.

Com ilustres diplomatas aqui de passagem, ocasião tivemos de vê-lo falando desembaraçadamente, como se em português, a língua de Racine e a de Byron, como também a de Castellar, a de Schiller e a de Cavour. E pelos seus vários escritos percebe-se que o latim lhe era familiar e que o grego, que estudou no Pedro II, lhe não era de todo desconhecido.

O escritor – como escritor, Rio Branco era correto na linguagem, ameno no estilo, profundo nos conceitos, na lógica seguro e firme, no dizer sintético e maneiroso. Sem receio podia ser havido um artista da palavra escrita. Por isso mesmo membro foi, e dos de mais conta, da Academia Brasileira de Letras.

Uma vez, fala o *Jornal do Commercio* de 11 de fevereiro de 1912, numa questão importante, percebeu que a oposição não batia justamente no ponto que parecia mais fraco da questão. O público, porém, poderia levantar objeções, e as negociações encontrariam depois terrível hostilidade.

Escreveu ele próprio essas dúvidas. E quando um jornalista, espantado, correu nervoso a perguntar-lhe o que devia dizer contra a alegação, ele sorriu:

‘– Oh! Leu aquela nota? Achou terrível a objeção? Pois a nota foi escrita por mim!’

Escreveu a réplica esmagadora, forneceu dados e ficou com a consciência tranqüila.³

Era na palavra escrita um argumentador de pulso.

Aqui lhe damos, da linguagem e do estilo, uma mostra brilhantíssima.

É uma referência aos delegados dos países do continente, no Congresso Científico Americano.

Eles dirão, sem dúvida, que viram uma bela terra, habitada por um bom povo: terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colméias em que sobra o mel. Não há aqui quem alimente invejas contra os povos vizinhos, porque tudo esperamos do futuro; nem ódios, porque nada sofremos no passado. Um grande sentimento nos anima, o de progredir rapidamente sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa dos direitos alheios.

Como se vê, era um escritor diserto, lacônico, elegante, profundíssimo.

O jornalista – Rio Branco aos dezesseis anos de idade, concluído o curso preparatório, matriculava-se na Faculdade de Direito de São Paulo, cujo curso seguiu até ao quarto ano. E logo aos seus primeiros ensaios acadêmicos fez-se estrear com lustre no jornalismo paulistano. Transferida a matrícula para Recife, maior ainda lhe foi aí o brilho da pena, que parecia fadada a jornalista de largo pulso e valimento. Mas onde a glória jornalística lhe foi ao auge, a ponto de merecer do próprio Imperador honrosas referências e dos estadistas mais em evidência rasgados elogios, foi de 1869 a 1875 nas colunas de *A Nação*.

Apenas conhecido por Dr. José Paranhos, Rio Branco era então deputado por Mato Grosso. Seu pai, o glorioso Visconde do mesmo nome, Presidente do Conselho, querendo a todo o transe tornar

³ Exemplo eloqüentíssimo de astúcia diplomática.

realidade a mais humana das leis brasileiras – a do Ventre Livre, assumiu no Parlamento uma posição de combate digna da sua vontade, da sua coragem, do seu talento e do seu patriotismo.

Forçoso era auxiliar o Visconde nessa luta gigantesca.

E como a tribuna da Câmara, a palavra falada, para a qual não sentia decidida vocação, se lhe apresentasse insuficiente, o Barão do Rio Branco lançou mão da palavra escrita. Com o Padre João Manuel e com o Dr. Gusmão, ambos jornalistas, fundou *A Nação*, que fez época nesse grave momento histórico.

E a batalha foi homérica.

Sombrio, correto, elegante, audaz, convincente, feliz, profundo, Rio Branco, então com vinte e poucos anos de idade, se revela apaixonado pelo *métier*, assim facilitando o nobre tentame paterno.

Com a queda do Gabinete 7 de Março, ele abandona a política interna e a ativa luta jornalística. O jornal, porém, pelo qual nutria fundas simpatias, jamais abandonou em definitivo. De vez em quando escrevia para uma folha predileta uma nota histórica, geográfica, política ou internacional, através da qual se via sem esforço o combatente audaz, o argumentador sereno e forte, o perito jornalista em suma.

Se se quisesse dedicar exclusivamente ao jornal, certo houvera sido o mais querido e afamado jornalista político do tempo.

O orador – a palavra falada, mais difícil e mais rara que a palavra escrita, reclama uma organização especial, com especiais qualidades físicas e intelectuais. É uma arte caprichosíssima a oratória, de que Joaquim Nabuco era figura tão saliente. O Barão do Rio Branco, se tinha um físico insinuante, capaz de satisfazer a todas as exigências de um tribuno a Castellar ou a Ferri, a Nabuco ou a Silveira Martins, a Ingersoll ou a Jefferson, porque era corpulento e simpático, maneiroso e erudito, de larga frente e voz bem timbrada e forte, não tinha em todo caso qualidades outras, entre as quais avulta temperamento apropriado e consequentemente especial e cuidadoso treinamento. Apesar disso, era um orador diserto e fluente, dizendo com gravidade o que pensava, com clareza e concisão, em linguagem simples e correta, como se falasse a pessoas de pouca educação e cultura.

Certa ocasião, em festa de quartel, onde o grande lidador costumava ir periodicamente, fez ele um brinde expressivo e lacônico, ouvido religiosamente pela oficialidade presente. Coube-nos a honra da resposta, por pedido feito naquela mesma ocasião. Como era natural, ante o emérito auxiliar da obra humanitária do autor da Lei do Ventre Livre, apaixonado pela diplomacia como pelas glórias militares, tocamos no assunto da política externa no continente, diante dos progressos militares aí realizados, discutindo logo após a delicada questão do A B C internacional. Apaixonamo-nos então um pouco, no interpretar as coisas diplomáticas do Prata. E o Barão do Rio Branco, com aquele olhar de lince, com aquela admirável intuição dos grandes espíritos, tomou logo a palavra e fez de improviso um discurso tão sensato e tão profundo, tão cheio de humanidade e de patriotismo, que causou verdadeiro delírio a todos.

Caxias, uma feita, acusado por inimigos políticos, tomou a palavra no Senado e fez uma oração, na qual deixava bem patente, segundo a abalizada opinião de Pinto de Campos, que teria sido um orador de vulto, se freqüentado houvera a tribuna com insistência. É o que se descobre sem esforço em Rio Branco: com um decidido treinamento, porque o orador não é como o poeta, ele teria sido um orador fluente e apreciado, como foi um grande historiógrafo e um grande diplomata.

Assim definiu ele o papel dos congressos nas sociedades modernas, no seu célebre discurso no Pan-Americano aqui reunido:

Noutros tempos reuniram-se os chamados congressos de paz, para assentar as conseqüências da guerra, e os vencedores ditavam a lei aos vencidos. Os congressos de hoje são quase sempre convocados em plena paz e sem constrangimento algum, para regulamentar a atividade pacífica das nações; neles se atende por igual ao direito do mais fraco como ao do mais poderoso.

Vê-se aí, nessas poucas palavras, a atraente simplicidade da oratória traindo a profundidade desmedida do pensador.

O seguinte excerto, castiço e profundo, reclama sério meditar:

Os antigos, com quem tive a fortuna de privar, e que, no serviço da pátria, se haviam ilustrado ganhando vitórias ou contribuindo para elas, tratavam-me, alguns, com afeto quase paternal; davam-me eles ensinamentos, não precisavam de conselhos meus. Aos moços, que às vezes me ouviam, como aos nossos soldados de hoje, sempre alvitrei o mais completo respeito à disciplina e a mais inteira consagração à nobre carreira que haviam adotado.

Mas ser, como fui, desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora, na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um “militarista”, como no ardor das recentes lutas políticas me acoimaram algumas vezes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Mas não se pode ser pacífico sem ser forte, como não se pode, senão em intenção, ser valente sem ser bravo.

No Instituto Histórico e Geográfico, em célebre discurso, assim se exprimiu Rio Branco:

Um dos mais provecos estadistas argentinos, o General Roca, referindo-se ao Brasil, chamou-nos de pacíficos vizinhos. Com razão e perfeito conhecimento da História e da nossa índole, se exprimia assim. Somos, na verdade, um povo que tem dado inequívocas provas de seu amor à paz e da sua longanimidade para com os mais fracos. Desde que nos constituímos em nação independente, esforçamo-nos sempre por viver na melhor harmonia com os demais países, particularmente com os que nos são limítrofes. Desejamos mui sinceramente que todos eles prosperem, se engrandeçam e nos estimulem, pelos bons

exemplos que nos possam dar, a prosseguir com firmeza e serenidade no caminho de todos os progressos morais e materiais. Anelamos merecer o afeto, não a má vontade ou o temor dos nossos vizinhos.

Se hoje procuramos com mais método e atividade melhorar as condições, em que alguns anos de agitações estéreis e conseqüentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentemos planos de agressão ou de ambiciosa e indébita influência sobre os destinos de outros povos; é unicamente porque sentimos a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para a pronta defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra contra possíveis afrontas e agressões. Tivéssemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataques contra países vizinhos, e as encomendas que ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto mar ou ao longo do nosso dilatado litoral.

Defendendo-se de infundadas acusações imperialistas, ele assim se manifesta:

Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas, que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Toda a nossa vida como Estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do Governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira

potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos. Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou quando invadido o nosso território. Mas cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora, que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral, antes de qualquer apelo às armas, como há pouco advertiu o distinto orador a que respondo.

Querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América, não é querer a guerra; pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.

O seu último discurso foi no Clube Militar, ao lhe ser ali inaugurado o retrato em tamanho natural. Dessa peça eminentemente sugestiva, onde ele tão bem se fotografa ante as delicadezas da política externa e as ingratidões da política interna, transcrevemos o excerto a seguir:

Não ignora o país que, em 1909, alguns dos nossos mais distintos estadistas e homens políticos procuravam convencer-me de que deveria consentir levantassem eles o meu nome, na eleição presidencial, contra o do então candidato e meu colega de Ministério, há dias tão prematuramente arrebatado pela morte. Retirada essa candidatura e escolhida a do outro meu colega, em reunião política de que só tive conhecimento no dia seguinte, entraram logo depois muitos dos sustentadores do primeiro candidato a entender que eu me devia prestar a ser contendor do segundo.

O procedimento que tive foi em tudo igual nas duas diferentes situações.

Resisti sempre, porque, se tivesse procedimento contrário, seria faltar eu ao programa de inteira abstenção nas lutas da política interna, que mui refletidamente, e conhecendo-me a mim próprio, eu me traçara desde muitos anos e havia afirmado solenemente quando aqui cheguei, vindo da Europa. Resisti tenazmente, porque me não reconhecia com as qualidades precisas e a saúde necessária para o bom desempenho de tão difíceis e delicadas funções; acrescento, nos dois casos, que a oferta que se me fazia não era, como pensavam alguns, a de uma candidatura de conciliação, mais sim de uma candidatura de combate. Estarei sempre pronto para servir a nossa terra na medida das minhas forças, mas sinto que não posso e não devo ser um homem de partido, nem combatente na política interna.

Na primeira das indicadas situações, conversando com os chefes políticos que procuravam convencer-me e declinando do encargo oferecido como superior às minhas aptidões, mencionei vários nomes, dentre os quais poderiam os proponentes escolher a seu gosto o candidato. Mas lembrar vários nomes, dez ou doze, dentre os quais o ilustre militar já então indigitado por muitos grupos políticos, não é indicar um só nome, nem levantar uma candidatura. Aliás, todo o país sabe que não disponho de força eleitoral alguma, nem aqui nem nos Estados da União, para sequer patrocinar com alguma probabilidade de êxito a candidatura de um intendente municipal.

Posso, meus senhores, repetir neste momento o que em outra ocasião tive a honra de dizer mui sinceramente. Nunca tive nem tenho outra aspiração que a de servir modesta e obscuramente a nossa pátria, como a servi durante muito tempo na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão do meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para posições de realce, para os embates da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia que 'minha terra amei e a minha gente', e também como de meu pai foi dito por um ilustre senador seu contemporâneo, que nunca abriguei no coração, contra ninguém, uma partícula de

malquerença ou ódio. Instado para ocupar o posto, em que me tem mantido a confiança de vários presidentes, só o aceitei após longa e respeitosa resistência, porque ia interromper trabalhos de minha predileção e para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato e egoísta, só desejoso de posições mais ou menos cômodas no estrangeiro.

Fui aqui recebido por alguns com desconfiança, supondo-me esses um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas no trato com os mais fracos.

Todo o meu passado já então protestava contra tais suposições. E hoje creio que, conscientemente, ninguém mais, aqui ou no estrangeiro, deixa de reconhecer a sinceridade dos sentimentos pacifistas que sempre tenho manifestado, empregando-me incessantemente, nestes anos últimos, como membro da administração pública, em achar solução amigável e satisfatória para todas as nossas antigas ou ocasionais pendências com os demais povos.

O palestrador – há homens de grande saber e basta erudição, afeitos a todas as lutas da palavra falada e da palavra escrita, incapazes, porém, de sérias atrações na intimidade. Rio Branco fugia a essa regra imensa. Era um conversador admirável, que alegrava, que confundia, que encantava. Muito forte, de fisionomia simpática, atraente mesmo, conhecendo *de visu* o mundo inteiro, observador profundíssimo, pleno de *verve* e de erudição cheio, ele era um verdadeiro artista na intimidade. Conversava horas esquecidas, sem repetição e sem cansaço, contando fatos, citando feitos, relatando anedotas, sereno, tranqüilo, imperturbável, de sorriso aos lábios, e em meio das espirais de fumo que lhe saíam da boca periodicamente. E quanto mais palestrava, mais prendia a si o auditório, que o ouvia como que religiosamente.

Tinha o dom especial da atração esse homem genial, a quem o Brasil deve extraordinários serviços geográficos, históricos, econômicos e políticos.

Admirável inteligência! Sublime Proteu!

Por toda parte onde andou, e ele era muito viajado, deixou amigos, camaradas e admiradores. Pode dizer-se que nenhum outro diplomata do seu tempo possuía como ele tão vastas relações na América, sobretudo. Seu nome era o do latino-americano mais conhecido na Europa e nos Estados Unidos, como era ele o diplomata mais querido na América Latina. Com o seu infausto passamento certeza de tanto o Brasil inteiro teve.

Sob sua ação hercúlea o Palácio Itamaraty se tornou um centro poderoso de atrações e simpatias.⁴ Grandes sumidades vieram ao Brasil em visita ou em estudo. Mais ainda: os homens de destaque em qualquer ramo da atividade coletiva, qualquer que lhes fosse a nacionalidade, e que por aqui passavam, iam pressurosos ao Itamaraty conversar com o Barão, abraçá-lo e felicitá-lo.

Grande lhe era a popularidade, graças ao dom superior da sua palestra erudita e sedutora.

Naquela sala de banquetes do antigo solar, diz o *Jornal do Commercio*, a ação brasileira exerceu mais influência do que em notas bombásticas ou em discursivas inúteis. A sedução das palestras, dos modos e maneiras do hóspede insigne cativava os forasteiros, que iam do Brasil, agradecidos e amigos.

E o primoroso escritor platino Manuel Bernárdez assim se exprime, no seu livro *El Brasil*:

A minha entrevista com o Barão do Rio Branco efetuou-se tão à vontade, que lhe até falei fora do seu gabinete oficial, sem preocupações e sem sombra de cerimônia, durante um amável quarto de hora expansivo e propício à condescendência.

Um grupo de estudantes de Direito, que o haviam acompanhado de São Paulo, pediram que se fotografasse na sua companhia, e o Barão consentiu, prazenteiramente, achando-se ele, quando o saudei, posando no grupo juvenil, remojado

⁴ Outro exemplo eloqüentíssimo de fina astúcia diplomática.

também, com visível encanto dos companheiros, contando anedotas do seu tempo de estudante na claustral e ilustre academia paulista, cujo orgulho, por haver tido em suas aulas, quarenta anos atrás, o travesso, guapo e garrido estudante Silva Paranhos, atual chanceler e ídolo do Brasil, acabava de traduzir-se nas mais vivas formas de regozijo.

De pé, levemente inclinado no portal, tendo pela frente a luz das altas clarabóias do palácio e o belo espetáculo do jardim – onde palmeiras imperiais luzem sua esbelta e magnífica galhardia – recebeu o Barão do Rio Branco as minhas saudações riopratenses, e teve amáveis gentilezas para o meu jornal e para numerosas pessoas de Buenos Aires, que mencionou e recordou com acentuada simpatia.

Risonho, muito ereto, em seu talhe desenvolvido e corpulento, elaborando com certa lentidão seus períodos em castelhano, generalizava idéias amáveis, como se desse conta de que um repórter em pessoa estivesse na sua presença.

O historiador – eis a principal feição intelectual do Barão do Rio Branco. Tinha uma queda especial para esse gênero difícil de indagações, que ele próprio sustentava ser a sua vocação.

Alexandre Herculano, o mais hábil manejador do lusitano idioma, era um historiador genial. Escreveu, como se sabe, a *História de Portugal*, um monumento de ciência e de erudição, de pesquisas e de conclusões.

Pois, nos domínios da História, Rio Branco é como que o Herculano Brasileiro. E se não chegou, como tanto desejara, a escrever a história do Brasil sob moldes novos, foi porque vida não teve longa para tanto. O diplomata absorveu inteiro o historiador, sendo a obra deste, que devia ser atlética, substituída pela daquele, a todos os títulos agigantada. Apesar, porém, da glória incomparável adquirida nesse campo de combate, ele não esquecia a preocupação histórica. Pouco antes de tombar para sempre, dizia a um velho amigo, o Coronel de Engenharia do Exército italiano Sr. Tommaso G. Bezzi, aqui ao serviço de seu país, que ia deixar a pasta breve, para cuidar da sua saúde alterada e poder assim escrever a história do

Brasil. E o Coronel Bezzi, que ao nosso lado, a pé ambos, ajudou a levar o “Grande Morto” à sua derradeira morada, adiou, a pedido do Barão, a viagem, que se devia realizar logo depois de ultimada a questão do Paraguai revolucionário, para acompanhá-lo na sua próxima e itálica vilegiatura.

Não quis Deus que isso se realizasse. Mas o que ficou feito demonstra à evidência a afirmação precedentemente lançada.

Até os trinta anos Rio Branco se preocupara com o magistério, a magistratura, o jornalismo e a política interna. Pouco com a História. Nomeado cônsul em 1876, longe da pátria, ele ao Brasil se quis então dedicar inteiro. E lhe surge assim intensa a paixão histórica, a que ele se entrega com ardor, acumulando nas bibliotecas e arquivos, que freqüentava com assiduidade de estudante, aquela copiosa erudição que mais tarde, ao encetar a carreira diplomática, lhe ia constituir o melhor e mais poderoso meio de combate.

Escreveu então vários trabalhos. Sua primeira grande revelação, porém, foi em 1884, como comissário do Brasil na exposição de São Petersburgo: a grande erudição então revelada sobre homens e coisas brasileiras lhe fez ganhar logo os foros de historiador, o que dantes não conseguira com as suas biografias e ensaios, nem mesmo com as suas eruditas e sugestivas anotações à *História da Guerra da Tríplice Aliança*, de Schneider.

Escreveu depois as *Notas biographicas*, as *Ephemerides*, o artigo *Brésil*, da *Grande Encyclopedie*, e em quinze dias apenas esse admirável *Esquisse de L'Histoire du Brésil* para a obra *Le Brésil*, de Sant'Anna Nery. Finalmente, para o livro de B. Massé, escreveu a biografia de Pedro II.

A fama lhe correu rápida. E, quando, em Washington faleceu o Barão Aguiar de Andrade, chefe da missão que advogava a causa do Brasil, Floriano o nomeou substituto desse diplomata. E Rio Branco, aceitando a comissão, entrou definitivamente no terreno diplomático, que o devia immortalizar logo aos primeiros embates suportados.

Ia sereno o grande diplomata: porque tinha como base uma funda cultura geográfica, iluminada por notável erudição histórica,

sem dúvida os dois grandes faróis que aclaram, pondo-a como dia, a estrada tortuosíssima da política externa e da diplomacia.

Chegando a Washington, defendia os interesses argentinos o Sr. Zeballos, homem eminente porque sobejamente erudito, e que acabava de escrever excelente memória, de grande valimento jurídico, para provar o direito de sua pátria ao território das Missões.

Rio Branco enfrentou altaneiro o valoroso adversário. Com o admirável senso histórico, de que era superiormente dotado, reuniu elementos em farta dose, e a sua *Memoria*, hoje impressa em seis volumes, foi uma nova revelação de sua incomparável cultura histórica. O laudo arbitral foi-nos favorável. E a popularidade do Barão tomou vulto e se fez tamanha, que por todo o Brasil lhe faziam as mais sinceras e francas homenagens.

Surgiu logo depois a delicada questão do Amapá. A descoberta do ouro em Calsoene levou a Caiena um grande número de aventureiros, que começaram de invadir o território conquistado. Soldados franceses iam em companhia desses exploradores ambiciosos, e dentro em pouco sérios conflitos se fizeram sentir, ameaçando a paz entre os dois países. Recorre-se à arbitragem, sendo Rio Branco o defensor dos interesses brasileiros junto ao Governo da Suíça.

Tudo se reduzia à interpretação do tratado de Utrecht, do qual o rio Oiapoque nunca fora completamente identificado, de modo que assegurasse, sem conflito, a definitiva incorporação do território do Amapá à jurisdição de um dos países em litígio. E o genial brasileiro, para esclarecer o nosso direito, com a sua grande intuição geográfica e histórica, escreve uma memória de 800 páginas, onde o cartógrafo eminente se confunde com o historiador erudito, ambos se completando e se impondo ao julgador mais exigente. E a sentença arbitral foi favorável ao Brasil.

A vitória era esplêndida. Rio Branco cresceu ainda de vulto, fazendo-se-lhe concessões de toda a ordem: honras, manifestações, dinheiro, tudo. E ele entrou definitivamente para o corpo diplomático, sendo nomeado Ministro do Brasil na Alemanha.

O historiador, capaz de escrever um dia com lustre e brilho a história pátria, cedeu o campo ao diplomata, em quem se ostentaram,

durante onze anos, maravilhosamente combinados, os mais valiosos e raros dotes da ação, do espírito e do caráter.

O diplomata – longa e brilhantíssima a fase diplomática do Barão do Rio Branco. Nela se refletem, com intensidade muita, os lampejos últimos de seu espírito agigantado.

Depois de muito instado, deixa a Legação de Berlim, para aceitar a chefia da pasta do Exterior, sendo sua ação aí plena de grandeza e de majestade.

O Brasil inda não tinha, graças às cogitações internas, tomado a sério a delicada questão das suas fronteiras com a Bolívia, como descuidado havia os interesses platinos, a nossa influência política e militar no continente, a nossa verdadeira posição, enfim, perante o mundo civilizado.

Qual o legendário e mutilado lidador, nós vivíamos mais das tradições gloriosas que tivéramos, que das conquistas atraentes do porvir. O Chile tomava um incremento espantoso. A Argentina, a nossa gloriosa aliada, deixava-nos a perder de vista em atividade, esperteza e progresso, em cultura e desenvolvimento, em comércio e civilização, em militarismo e diplomacia. Quem escreve estas linhas por mais de uma vez desprazer sentiu de receber em cartas de livreiros europeus o seguinte e expressivo dizer: *América do Sul, Brasil, Buenos Aires*. É que a Argentina, sabiamente conduzida, nos ofuscava a olhos vistos. E Buenos Aires, já com um milhão de habitantes, passava com razão a ser a capital do continente sul-americano.

Rio Branco, esse homem três vezes atleta, no físico, no espírito e no caráter, esse batalhador incomparável, lutador e pacifista por atavismo como por índole, consegue ele só, com esforço e valimento dignos de citação e de exemplo, mudar por inteiro a situação no continente.

Foi a sua maior obra em vida.

Côncio de que a principal missão do diplomata é evitar a luta armada, não abandonou as honrosas tradições de que vivíamos e pôs mão de mestre à obra arquitetada.

A Secretaria do Exterior, o velho e histórico Itamaraty, achava-se em condenável situação. As instalações lhe eram

insuficientes, o mobiliário inadequado, deficiente e mal remunerado o pessoal.

Os diretores de secretaria, entre os quais o Visconde de Cabo Frio sobressaía, e também o ministro, não tinham em seu Ministério os vastos recursos de que em geral dispõem os ministros de estrangeiros, por toda a parte culta, a fim de acolher com a possível fidalguia, segundo as regras do protocolo, qualquer estranho ilustre, aqui em serviço ou de passagem.

Rio Branco, com aquele seu lúcido espírito, com aquele profundo olhar que tudo via, reconheceu, de relance, a situação e, sem barulho, aos pouco foi transformando essa secretaria de particular em uma chancelaria à moderna, onde um diplomata inteligente e educado, acostumado a viajar pela Europa, se pudesse sentir inteiramente à vontade.

Prepararam-se salões, bibliotecas, arquivos, garagens e cocheiras. E todas as festas, recepções e bailes, conferências e banquetes, hospedagens e visitas puderam ser ali feitas com regularidade e brilho europeu, apenas com os recursos do palácio.

Era então uma verdadeira Chancelaria.

Foi esse exterior serviço o primeiro serviço do Ministro do Exterior.

Depois atirou-se fervoroso e convencido à nossa representação no estrangeiro, aproveitando com habilidade elementos capazes, afastando com diplomacia valorosos medalhões e mais que tudo, preparando com exemplar superioridade de vistas uma geração de profissionais, entusiastas e dedicados, todos capazes de dar ao Brasil alto relevo na política externa.

O Sr. Rio Branco, diz o *Jornal do Commercio*, foi a este respeito um maravilhoso criador. Sob a sua égide formou-se uma plêiade de rapazes inteligentes, que amam o serviço e estudam as coisas do Brasil.

A Chancelaria brasileira começou de subir de influência, a tomar vulto. O velho palácio, Itamaraty chamado, passou a ser conhecido

na Europa e na América do Norte, com respeito e como exemplo citado a nações fortalecidas. E todos os que a ele se prendiam pela paixão da carreira abraçada começaram a sentir, fato até então virgem na nossa história diplomática, a honra da posição e o orgulho da carreira.

Como na estratégia, na diplomacia necessidade há de uma sistemática e superior concentração. Pois o corpo diplomático é o estado-maior desse comandante pacífico, o órgão diretor por excelência que transmite além, convencido e orgulhoso, as ordens terminantes do chefe supremo. E, se, sem o auxílio de um bom estado-maior, o moderno comandante-em-chefe não pode ser levado a uma manobra genial; sem um corpo diplomático inteligente, astuto, ardoroso, fino e nobre, convencido do *métier* e por ele apaixonado, o chefe de uma hodierna Chancelaria, por mais que abuse com inteligência do telégrafo, jamais poderá impor opinião e prestígio, força e valimento.

Moltke é um grande homem, não por ser um estrategista, que não o era, mas por haver preparado superiormente esse magnífico aparelho diretor – o Estado-Maior, que levou a Alemanha em 1870-1871 a Metz e Saint Privat.

Tal o que se deu com Rio Branco – o Marechal da Paz: preparou inteligente e superiormente o seu Estado-Maior, para as brilhantes vitórias diplomáticas do porvir. Foi como que o Moltke brasileiro dos domínios arriscados da diplomacia.

O célebre Tratado de Petrópolis, já analisado nas páginas precedentes, foi a primeira mostra, conveniente e decisiva da sua superioridade diplomática. A defesa da nossa exportação, a segunda. Aquele foi comentado então de mil modos e maneiras. Por ele despendíamos 35 mil contos. E até 1910 já o Acre havia canalizado para o Tesouro mais do dobro dessa grande soma: só assim se convenceram todos da grandeza do ato realizado. A defesa da nossa exportação quase que despercebida passou da grande maioria.

No Brasil em tese pouco se estuda economia política, causa capital, senão única, do tamanho desperdício de energia de dinheiro a cada instante observado por todo o país.

Veja-se a superioridade do estadista: um dos seus primeiros atos, como ministro, é um feito de fina astúcia diplomática: a sugestão relativa ao abatimento das tarifas para alguns produtos americanos. Depois, enquanto discutia o Tratado de Petrópolis, procurava habilmente, astuciosamente pode afirmar-se, porque a astúcia é uma das mais belas qualidades do diplomata, a primazia da manutenção da entrada livre do café brasileiro nas alfândegas americanas, em troca da redução de direitos para determinados produtos daquela origem.

Foi uma das suas grandes vitórias.

Como se sabe, havia nos Estados Unidos cada vez mais acentuada a intenção de gravar o café brasileiro em defesa do de Porto Rico. Na revisão das tarifas, Câmara e Senado americanos pensaram mesmo em alterar contra nós as taxas do café. Mas o Presidente Taft teve de sustentar os compromissos diplomáticos, demonstrando quanto amável era a política do Brasil e quanto injusta a gravação de taxas que viriam prejudicar os interesses de um país tão amigo e tão acolhedor dos produtos norte-americanos. E o Brasil, graças aos esforços de Taft e à máscula ação de Rio Branco, superiormente interpretada por Nabuco nos Estados Unidos, viu garantida a sua principal fonte de riqueza.

E houve quem dissesse que Rio Branco se descuidava dos problemas econômicos!

Em 1904 consegue da França a desistência do aumento dos direitos do café, em troca da aplicação brasileira da tarifa mínima para produtos franceses. Com a Itália chega ao mesmo resultado.

Graças a essas coisas, em 1907, o Ministro argentino do Exterior, o Sr. Zeballos, alegando que sua pátria nos comprava *mate*, exigiu do Brasil compensação igual às que se fizeram aos Estados Unidos.

Parecia uma provocação.

Rio Branco respondeu com a costumada cortesia, documentadamente, que uma nação só pede vantagens quando compra mais do que vende, o que se dava com os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil. E que, quanto à Argentina, nós é que podíamos,

alegando ser o grande consumidor das farinhas platinas, solicitar abaixamento das tarifas, de modo que nos beneficiasse a produção.

O Sr. Zeballos, que é um homem patriota e erudito, séria resposta não achou à força da lógica e lançou mão, não da fina astúcia do diplomata, mas da grosseira arma do negociante sem escrúpulo. E começou de nos mover guerra surda. Pôs em jogo toda a sua atividade, e quase nos leva a um extremo desagradabilíssimo com a célebre e triste questão do Telegrama nº 9, por ele propositadamente alterado, a fim de que o Brasil passasse como intrigante, atribuindo à Argentina planos de conquista que ele próprio acariciava. Rio Branco era um perfeito diplomata: longe de perder a calma, manteve superiormente a devida compostura profissional, e, pouco depois, o chanceler argentino, vendo fofo o terreno em que pisava, teve que abandonar o ministério.

Rio Branco diplomaticamente o derrotava pela quarta vez.

Esse homem genial foi diversas vezes apontado como um imperialista, amigo da guerra, aspirante à força d'armas, da supremacia brasileira no continente.

Havia no julgar, porém, mais que desacerto. Rio Branco por natureza e índole era um homem superior, e este tem ódio ao derramamento de sangue. Era o tipo do homem pacífico em particular. Politicamente um pacifista. Inimigo das revoluções e das revoltas, causava-lhe verdadeiro horror o ataque à liberdade ou à vida de quem quer que fosse. No Ministério, diante de qualquer dúvida séria, ele sempre indagava se não haveria um acordo honroso para as partes em divergência. E quando pelas ruas da cidade, seu automóvel nunca corria, apesar da pressa com que sempre andava.

Tinha horror a atropelar alguém. E homem tal, da guerra não pode ser amigo.

Durante a sua gestão na pasta internacional, foram celebrados trinta e um tratados de arbitramento. Em parte nenhuma do mundo já se viu coisa semelhante.

Verdade é que ele queria grande o Brasil no seu poder militar. Trabalhou convencido para tanto. Não, porém, por amor à guerra,

como lhe diriam inimigos rancorosos do outro lado do Prata, senão por saber, devidamente experimentado, que só as nações fortes gozar podem soberania. Nunca alimentou ideal, que não fosse nobre. E se queria a superioridade do Brasil, como por vezes várias o demonstrou, era por ver que aquela, que tinha sido um fato, foi ineptamente perdida depois da Guerra do Paraguai.

No Tribunal de Haia em 1907 pretendeu dar-se uma posição subalterna às nações de pequena população e fraco poderio militar. O Brasil, pela ação da nossa Chancelaria, ali genialmente representada pelo Sr. Rui Barbosa, cuja capacidade jurídica honra mais que uma nação, porque honra uma época, opôs-se tenazmente à violência ofensiva dos mais sagrados direitos do homem como das mais belas fórmulas internacionais. E quando a monstruosa proposta Choate foi retirada, o delegado francês Sr. d'Estournelles de Constant, senador eminente e também um dos mais notáveis e convencidos pacifistas, resumiu assim o seu espanto, a um diplomata brasileiro, pela vitória do Brasil.

É uma revelação! Por todos os múltiplos aspectos de sua maravilhosa atividade como diplomata e chanceler, o Sr. Rio Branco poderia ter sido classificado como um pacifista, pacifista no sentido mais alto e mais sensato da expressão. Na assinatura de tratados de arbitragem, ele fez o Brasil superar todas as nações empenhadas ultimamente em demonstrar por esse meio, sob alguns aspectos platônicos, o seu desejo real de só recorrerem à guerra depois de esgotados todos os processos de reconciliação.⁵

Só no Rio da Prata, e no opinar apaixonado do Sr. Zeballos, um homem como Rio Branco podia ser havido por amigo de guerra, imperialista, conquistador.

Ele próprio defendeu-se nobremente dessa leviana e injustíssima acusação. Leia-se-lhe o último discurso, no Clube Militar, parte do qual citada foi páginas acima.

⁵ *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1912.

Se na atividade física o Barão do Rio Branco ocupava lugar de destaque e vulto, na cultura intelectual ele se revela ao analista histórico com proporções verdadeiramente majestáticas.

Foi um dos mais eruditos filhos desta terra abençoada e honesta.

Astúcia

No consciente lutar pela vida a astúcia representa um papel importantíssimo. Deixa até de ser uma simples qualidade intelectual, para se revelar uma arma sobremodo poderosa, só manejada com destreza pelos homens de gênio.

Considerada por Xenofonte, na *Ciropedia*, a primeira qualidade de um bom general, a astúcia se revela em todos os grandes e humanos feitos, principalmente militares e políticos.

A vida de Alexandre, a de Aníbal, a de César, a de Tamerlão, a de Gustavo Adolf, a de Frederico e a de Napoleão, brilhantes provas constituem a respeito.

Não raro se confunde astúcia com julgamento. Mas a confusão é duplamente lamentável:

Primeiro, porque o julgamento não é nem pode ser uma simples qualidade, senão uma operação, para a qual concorrem grandemente quase todas as faculdades intelectuais e morais.

Segundo, porque um feito de astúcia apenas reclama o auxílio da inteligência, quase sem o auxílio direto do caráter.

É, pois, uma qualidade genuinamente intelectual, só acusada pelos homens de lúcida inteligência.

César na antiguidade foi o estadista e capitão que melhor empregou a astúcia nas empresas tentadas. Na idade média sobressai Tamerlão, o genial homem de guerra e de Estado. Modernamente Napoleão ocupa lugar proeminente.

O Barão do Rio Branco certo igual não pode ser na astúcia a esses três grandes vultos da História, porque não foi general-em-chefe, nem tão pouco Chefe de Estado. Mas em todo o caso ele manejou, como talvez nenhum outro estadista sul-americano, essa arma admirável de força e prestígio nas mãos de um verdadeiro diplomata.

Por um ato de requintada astúcia, como vimos páginas atrás, consegue ele ver publicados a tempo e a hora os preciosos documentos de que necessitava, para vitória brasileira do Amapá. Por inteligência e astúcia vencer consegue a questão das Missões, calculadamente preparando o terreno para tanto. Por finíssima astúcia chama a si a simpatia do Governo dos Estados Unidos, logo depois conseguindo dos estadistas americanos a desejada defesa do nosso principal produto – o café.

Seu primeiro ato no Ministério do Exterior é um feito de astúcia e energia, como astuciosos lhe são os principais atos ministeriais, especialmente a inteligente transformação do Itamaraty, para cativar a simpatia de poderosos visitantes, quebrando-lhes gentilmente as resistências oferecidas às geniais e arrojadas empresas patrióticas, cuidadosamente planejadas.

No Congresso de Haia, a palavra arrebatadora e fluentíssima de Rui Barbosa, com a sua assombrosa capacidade jurídica, não igualada em terra brasileira, conquistou para o Brasil posição de destaque entre as nações ali representadas. E qual o analista capaz de negar à conquista um duplo feito de fina astúcia internacional!

A astúcia é uma das melhores qualidades do diplomata. Na história brilhante da diplomacia não se encontra um só espírito superior, que não a houvesse manejado com habilidade. E Rio Branco a maneja nobremente sempre, com a clarividência e a mesma força com que manejar soube a pena sensata de jornalista e a palavra erudita do historiador.

Relance

O homem incapaz de ver além da situação local em que se acha, que não sabe eletricamente ligar fatos, eletricamente tirando conclusões capazes, nunca será bem sucedido nas empresas tentadas. Tanto importa afirmar a superioridade incontestável do relance, na feitura dos lidadores afortunados.

Esse intelectual atributo comporta gradações várias, em todos os ramos de atividade. Vai da simples minúcia topográfica ao mais vasto tabuleiro estratégico. E só quando chega ao desenvolvimento máximo, é que reputado pode ser valiosíssimo.

Napoleão tinha um relance especial. A ele em parte deve o grande curso os seus notáveis sucessos militares. Muitas vezes um homem, que calcula muito bem, esbarra ante uma integral de certa natureza e ordem. E um outro, no cálculo inferior àquele, olha fundo a expressão, junta-lhe e subtrai-lhe ao mesmo tempo a unidade, e a integração é imediata. É que este possui o dom, que falta àquele nas conquistas matemáticas: o relance.

Pois respeito a essa faculdade, nos espinhosos domínios da história e da diplomacia, especial vocação de Rio Branco, ele era de uma felicidade a toda a prova. As coisas mais complicadas e sérias ele como que as adivinhava. E graças a essa qualidade, verdadeiro dom natural, é que ele em parte deve excelente acabamento das memórias apresentadas em discussão aos interesses brasileiros junto aos governos de Washington e de Berna.

Mas o seu mais brilhante feito nesse domínio caprichoso foi o relativo ao Tratado de Petrópolis. A imprensa, em unanimidade quase, lhe combatia as idéias. Mas ele, que via presto e fundo, que sobremodo acentuado tinha o relance, como a lucidez da inteligência, a erudição e a memória, levou além a resolução tomada. E pouco depois o Acre, deduzindo o integral pagamento feito à Bolívia, passou a ser uma das mais notáveis fontes de receita para o país.

Iniciativa

A iniciativa, qualidade característica dos espíritos fortes, dos homens capazes de mando, consiste na faculdade de tomar prontamente resoluções capazes nos momentos críticos. Nos bons exércitos, é hoje considerada virtude militar de primeira ordem, graças aos grandes efetivos e à ordem dispersa. Por isso mesmo aí costuma ela receber hodiernamente uma cultura muito especial.

Às vezes, a iniciativa é confundida com imaginação. Entanto não é difícil fazer-lhes com vantagem a distinção. Ambas qualidades são intelectuais. Mas ao passo que a imaginação se faz sentir em época normal, no gabinete de trabalho, a iniciativa só aparece em situações difíceis, à hora da lide: aquela é qualidade do artista que cria. Esta atributo do soldado que luta.

Fácil é descobrir em Rio Branco a qualidade em revista. Foi ele um combatente, às vezes com sérias dificuldades a enfrentar, sem jamais haver sido mal sucedido. Sinal evidente da posse do atributo em questão. A fundação de *A Nação*, ante as necessidades políticas do momento, foi ato de iniciativa, como foi a escolha de Joaquim Nabuco para Embaixador dos Estados Unidos e sobretudo a de Rui Barbosa, o célebre jurista, para o Tribunal de Haia. Mas onde a iniciativa se lhe apresenta poderosa é na questão com a Bolívia e depois com a Argentina. Graças à sua firmeza, à sua energia e ainda à sua iniciativa nesses dois delicados momentos políticos, se deve porventura a paz no continente.

Pode dizer-se, sem receio de contestação séria, que Rio Branco foi no governo um dos mais fortes esteios. Nos momentos arriscados ou críticos sempre tinha ele a dizer a última palavra, geralmente acatada por todos os colegas do Ministério, como também pelo chefe do Executivo.

É que ao grande historiador e diplomata não faltava, como a um verdadeiro combatente, a posse em alto grau da qualidade em exame.

Cultura técnica

Impossível a feitura cuidadosa de uma cadeira, de uma chave, de um anel ou de um relógio sem uma prévia cultura artística, fundamental à produção desejada. Vale o mesmo afirmar a prática influência da última qualidade intelectual precedentemente referida, a cultura técnica compatível com a especialidade preferida. E o que se diz do marceneiro, do serralheiro, do ourives e do relojoeiro tem

plena cabida em todos os atos da vida. O mestre-escola, o padre, o juiz, o deputado e o marujo, todos têm necessidade, para que possam ser bem sucedidos, de uma cultura especial compatível com a profissão em exercício. E por ser isso uma grande verdade social e prática é que dificilmente é bem sucedido o ferreiro, que se arvora em negociante, o magistrado que troca a beca pela charrua, o médico que se dedica às musas, o engenheiro enfim que se entrega de corpo e alma à política partidária. Cada qual na sua esfera de ação. E esta sempre teve o raio limitado pela cultura técnica fundamental.

Tal justamente o que descobrir consegue o analista na figura homérica do Barão do Rio Branco.

Três, supomos, os principais assuntos, de sua predileção em vida – o jornal, a história e a diplomacia. E em qualquer dessas diferentes manifestações de atividade e de inteligência, ele ocupou posição de destaque e conta. Porque havia as qualidades essenciais ao jornalista, ao historiador e ao diplomata; porque além da vocação declarada, dispunha ainda da cultura técnica fundamental.

Era um artista da palavra escrita, porque conhecia e cultivava a língua, tinha lúcida inteligência, poderosa a argumentação, maneiroso o estilo, a erudição vasta, o dizer elegante e singelo, qualidades sem as quais se não concebe o jornalista.

Consagrava especial respeito às tradições, era amigo de velhos alfarrábios e arquivos, apaixonava-se pelos feitos brilhantes de bravos antepassados. Capaz era de ficar horas esquecidas a copiar ou fazer copiar documentos importantes, que depois interpretava, esclarecia e sintetizava. São todos esses característicos do historiador apaixonado e competente.

Falava e escrevia em seis distintos idiomas; pelas forças armadas nutria especial carinho, apesar de detestar a luta armada; gostava de agradar a tudo e a todos; maneiroso no tratar; profundo no dizer; prudente no falar; enérgico e bravo na luta; no agir, finalmente, astuto, qualidades sem as quais não se pode bem compreender o diplomata convencido e competente.

Dispunha, pois, da necessária cultura técnica para o feliz desempenho do papel que lhe fora assinalado. E por isso mesmo sua carreira jornalística, histórica e diplomática foi num crescendo notável, cada vez mais lhe impondo a individualidade máscula à justa contemplação dos contemporâneos patriotas e eruditos.

III

O caráter

Le naturaliste est, avant tout, l'esclave de la nature; il doit savoir ce qui est: après, il pourra se livrer à son désir de savoir pourquoi ce qui est comme il est.

Gall

As qualidades morais constituem o caráter, o homem-sentimento. Sua importância prática é manifesta. Guiadas pela atividade e esclarecidas pela inteligência, são elas a causa principal dos grandes cometimentos práticos. Seu número é deveras avultado. Não sendo possível examiná-las todas, a fim de não ir além dos limites estreitos deste ensaio, apenas falaremos sobre as seguintes, alfabeticamente enumeradas para mais facilidade de apreciação: *ambição, audácia, capacidade de organização, capacidade psicológica, circunspecção, coragem, energia, firmeza, grandeza d'alma, honestidade, influência pessoal, modéstia, patriotismo, prudência, tenacidade, vocação e vontade.*

Ambição

A ambição bem entendida, antes o amor de glória, é uma das mais valorosas qualidades gerais. Não a ambição estupidamente vil do poderio ou do ouro, a desmedida ambição de Rosas ou de López, senão a sede de glórias para feitos de grande valia patriótica. E a sua importância é tal, que Napoleão, cuja lucidez de inteligência acima está de toda a dúvida, foi levado à seguinte e expressiva proporção social: “a ambição está para o homem como o ar para a natureza”.

Preciso é, porém, que essa preciosa qualidade venha sempre iluminada por atributos intelectuais superiores a fim de não degenerar em loucuras ou em crises monstruosas.

Pausânias assassina Filipe, a fim de se tornar conhecido na História como parricida. E Eróstrato, o alucinado, queima o templo de Diana em Éfeso, a fim de que a destruição dessa maravilha espalhe o seu nome por toda parte.

A ambição de que falamos é bem diversa. É o manifesto desejo de brilhar, de agradar, de ser observado e aplaudido, de ser feliz em suma. Por isso mesmo é a mais geral de todas as qualidades morais: todo homem é mais ou menos ambicioso. E o Barão do Rio Branco, apesar das críticas infundadas que lhe têm sido feitas, o era na mais perfeita e filosófica acepção do termo.

Por que de corpo e alma se entregou ele à História na sua fase mais gloriosa – a militar? Simplesmente porque acariciava a glória. E quem a glória ama, acaso será despido da nobre ambição de que falamos?

Por que se defendia ele de tendências imperialistas, como aconteceu em seu último discurso, no Clube Militar? Porque não queria passar à História como um amigo de derramamento de sangue, como um vulgar conquistador da média idade. Só por isso o que importa dizer, mais uma vez ainda, decidido amor de glória.

Finalmente, por que não aceitou ele a indicação do seu nome para Presidente da República, na luta política de 1909? Sustentam levianos observadores que por falta de ambição, quando justamente o contrário foi o que aconteceu. Rio Branco gozava de popularidade como nenhum outro homem no Brasil. Uma feita, aparecendo na avenida que hoje lhe tem o nome, recebeu inesperadamente uma ovação de muitas dezenas de milhar de pessoas, que o levaram em triunfo e delirantemente ao Itamaraty. Rio Branco sabia disso e carinhosamente, superiormente, alimentara esse sentimento.

E como nem vocação nem jeito sentia pela política partidária, que abandonara em 1875, recebeu perder, como presidente, essa admirável popularidade, conscienciosamente adquirida no Ministério. Homem inteligente, de grande relance, percebeu sem dificuldade o fato, e de vez rejeitou a honra do convite. Porque a perda era fatal. Por ambição, pois, ambição superior e nobilíssima, foi que ele não

se atreveu a trocar a posição firme de chanceler pela caprichosa e instável cadeira de presidente.

Qual o psicologista capaz de afirmar de boa fé o contrário?

Não há nem houve na terra um só grande homem, mas um ao menos e despedido de amor de glória.

Rio Branco foi grande?

Se foi, não podia deixar de ser ambicioso.

E frenologicamente, examinando-lhe a cabeça, chegamos sem trabalho a essa mesma conclusão.

O desenvolvimento da ambição é calculado pelo raio que vai do canal auditivo à circunferência do perfil da fronte. Quanto maior esse raio, relativamente aos outros, mais sensível o amor de glória. E no Barão do Rio Branco o raio em questão, verticalmente tomado era mais ou menos três quartos do que ia do canal auditivo à circunferência da fronte no centro desta. Em qualquer boa fotografia, tomada de perfil, se pode facilmente verificar essa interessante conclusão frenológica. No Instituto Histórico e Geográfico do Rio há um excelente medalhão artístico, ideal para a desejada verificação.

Audácia

O valimento da audácia nas batalhas da vida não pode ser esquecido por ninguém: porque os tímidos jamais serão bem sucedidos.

Napoleão dizia que às vezes audácia era sabedoria. Ninguém contestar pode com vantagem o dito. E a filosofia popular, fruto de observação dos séculos, substitui o hemistíquio de Virgílio *audent fortuna juvat* por *audaces fortuna juvat*.

A audácia é favorecida pela fortuna.

Em Rio Branco, apesar de excessivamente comedido e prudente, descobre-lhe o psicologista, de vez em quando, rasgos pronunciados de energia e de audácia. Ao assumir a pasta do Exterior, ele encontra o Acre revoltado contra a Bolívia. E o seu primeiro ato é um golpe de audácia, de energia e de fina astúcia diplomática, que

trouxe como principal consequência a próxima assinatura do Tratado de Petrópolis.

E a ação belíssima, superiormente sustentada em Haia pelo Sr. Rui Barbosa, ante o monstruoso projeto Choate, é ainda um ato grandioso de energia e de audácia internacional, para o qual grandemente concorreu o Barão do Rio Branco.

Quando preciso, pois, o diplomata maneiroso e gentil empregar também sabia a audácia, como sabia dispor da astúcia, da circunspecção e da prudência nas ocasiões oportunas.

Capacidade de organização

O instinto de organização prende-se intimamente ao homem, aclarando-lhe os passos: porque a vida um conjunto é de atos de organização e de destruição. Quem em tempo não organiza os meios necessários à vitória não pode ser feliz. Quem destruir não sabe os diferentes obstáculos, que se lhe opõem à passagem, não pode alcançar sucesso. O aborígene mata para poder viver. O homem civilizado aperfeiçoa a caça e a pesca com o mesmo fim. Aquele poupar não consegue os inimigos, como ele lutadores adestrados e convencidos. Para isso se organiza convenientemente, certo de que só a união fazer pode a força. Tal justamente o proceder do homem civilizado, para quem, às vezes, mas irrefletidamente apenas, repugna a idéia de destruição ou de dureza.

Rio Branco possuía muito acentuada capacidade de organização, do que sempre deu brilhantes mostras.

A organização, verdadeiramente admirável, dada aos seus estudos históricos, com o fim nobilitante de escrever um dia a história do Brasil, não é mais que um aperfeiçoamento à organização por ele dada aos seus primeiros ensaios acadêmicos e jornalísticos, como foi o farol poderoso, que lhe iluminou toda a gloriosa ascensão diplomática. E aqui, nesse terreno fertilíssimo, a sua capacidade de organizador como que toca a meta do impossível.

O que ele soube fazer do velho Itamaraty, para dar realce e brilho ao nome do Brasil, como a orientação por ele impressa ao nosso corpo diplomático, então de todo organizado, prova à matemática o que estamos a afirmar. Até mesmo esse seu último ato, a criação do subministério, é prova convincente, para quem sabe observar, de sua notável capacidade orgânica.

Não é com facilidade que se organiza uma indústria, uma instituição, um exército, uma marinha ou uma diplomacia. Rio Branco criou, ou soube fazer criar, tudo isso, a tudo emprestando a sua atividade, a lucidez da sua inteligência privilegiada, a sua admirável força de vontade, quando em jogo aparecia a grandeza do Brasil, a sua posição de destaque no continente.

No Ministério do Exterior foi, sem contestação possível, um maravilhoso obreiro, um organizador a todos os títulos genial.

Capacidade psicológica

A capacidade psicológica é uma qualidade que nasce com o indivíduo. Pode, porém, ser suficientemente melhorada, à luz sobretudo de grandes feitos práticos. A sociedade, longe de ser máquina, é um organismo que tem necessidades, que tem caprichos e que tem vontades. E o homem, para ser levado a ações capazes que o enobreçam e o elevem, precisa de bem lhe conhecer a índole, que varia com o lugar, com o clima, com a civilização e cultura correspondente. As sociedades precisam de ser dirigidas como os exércitos, conforme à sua organização e ao seu caráter. E isso será uma utopia, se aos chefes respectivos vier a faltar o perfeito conhecimento das massas e dos homens, se lhes for parca, em suma, a necessária capacidade psicológica.

Esse dom superior reclama antes e, acima de tudo, um observador profundo ao serviço de uma inteligência lúcida e de poderosa cultura intelectual e prática. Rio Branco era um observador perfeito: não perdia uma simples minúcia de qualquer coisa. Conversava com um sujeito pela vez primeira e, se jamais lhe esquecia

o nome, também jamais lhe olvidava os traços fisionômicos. Encarava fundo o interlocutor, sem pestanejar, como a lhe ver dentro o íntimo.

Era um observador profundo. E como tinha muito lúcida a inteligência e vasta erudição, podia sem trabalho fazer as suas comparações e análises, a fim de chegar a conhecer as boas qualidades e virtudes de quem quer que fosse. É uma prova frisante esmagadora quase, encontra-se nessa plêiade brilhante de moços, qual mais maneiroso e competente, com que ele ornou o corpo diplomático, como provas se têm na nomeação de Nabuco para a Embaixada de Washington, na de Rui Barbosa para o Congresso de Haia, na de Domício da Gama para Chefe de Legação na Argentina, e, finalmente, na de Enéas Martins, diplomata máximo em futuro não distante, para seu principal auxiliar no Itamaraty.

O pessoal, de quem Rio Branco buscava se cercar, lhe era íntimo, extremamente dedicado. É ainda uma prova decisiva em favor da tese sustentada. Porque um homem de invejável posição social e sem centenares de inimigos ao lado, é sempre um homem generoso, circunspecto, prudente, equilibrado, ao seu dispor havendo uma larga capacidade de observação e de análise.

Circunspecção

A circunspecção é um notável atributo, de valor inestimável, para os homens que governam ou que dirigem povos. É ela que faz o chefe de partido ou o comandante-em-chefe meditar sobre a conseqüência das suas palavras e atos, antes de as pronunciar, ou de os cometer.

Um leviano jamais alcançará sucesso.

A qualidade em análise repousa sobre a faculdade de julgar, e exige do lutador, que deseja ser bem sucedido, uma grande reserva antes e acima de tudo.

Na antigüidade ninguém mais circunspecto que Aníbal. Foi o maior capitão do tempo. Modernamente ninguém mais que Napoleão, o maior estrategista até hoje conhecido.

Floriano era de uma circunspecção a toda a prova. Os amigos mais íntimos não lhe sabiam ao certo o pensamento. Rio Branco assim não era; mas em todo o caso grande a dose de que dispunha do atributo em exame.

Frenologicamente, sem esforço de monta, se chega a tal conclusão.

O homem leviano tem em ponta a parte superior da cabeça. No homem circunspecto, o contrário; a parte superior do crânio se alarga, ficando aí a cabeça sensivelmente achatada.

Tal o que se descobre em Rio Branco.

Na célebre questão do Telegrama nº 9, a princípio, por maus julgadores ele foi havido como leviano: maduro exame, porém, com o desenrolar natural dos acontecimentos, lhe veio demonstrar à evidência a grande qualidade moral, sem a qual compreender não se pode um diplomata convencido e competente.

E em todos os atos da sua agitada carreira diplomática, no Tratado de Petrópolis, no Tribunal de Haia, na Conferência Pan-Americana, na questão do A B C sul-americano, enfim, ele sempre se revela o mesmo e superior espírito, grave, circunspecto, equilibrado, invencível.

Na sua longa carreira pública não se lhe encontra uma única leviandade.

Coragem

A coragem é um atributo valioso, porque raro. Consiste na faculdade de enfrentar, sem perturbação, as mais sérias dificuldades práticas. E como estas mais comuns se mostram na guerra, a bravura é por isso mesmo a mais bela qualidade do militar em atividade.

“Depois das primeiras batalhas, cria-se, nos exércitos em campanha, a aristocracia da bravura” disse com grande felicidade no Senado o maior homem de guerra do Brasil – Caxias.

Ligada à iniciativa, a coragem como que torna invencível o lidador que tem vontade, o lutador crente da soberania da causa a defender.

A largura da parte posterior da cabeça, acima da nuca, é frenologicamente indício infalível de audácia, de energia e de combatividade. Não há um só grande guerreiro, duelista, disputador ou polemista, com a cabeça estreita naquele sítio. Depois de muito observar, o fundador da Frenologia chegou a essa conclusão.

Largas narinas também caracterizam a coragem, como pequenas fossas nasais, segundo Lavater, a timidez.

Eis o que se fazia notar em Rio Branco: largas as narinas e larga a parte posterior do crânio, por cima da nuca. Devia ter sido então um homem de coragem para os empreendimentos imaginados.

Nos seus primeiros ensaios acadêmicos lutou com disposição e sangue frio. E depois, como deputado e jornalista, na tribuna e no jornal, sua capacidade de combate em defesa à lei paterna do Ventre Livre é simplesmente admirável. Combate durante meia dúzia de anos, qual verdadeiro campeão, e sempre com as armas da inteligência, do raciocínio, da moral e da civilização. Depois recolhe-se convencido ao gabinete, durante dezessete anos adquirindo essa prodigiosa erudição geográfica e histórica, mais tarde posta corajosamente ao serviço da pátria, em causa sacrossanta e nobilíssima.

Em Washington, em Berna, no Itamaraty ele sempre se apresenta de frente erguida à luta, sem jamais se lhe descobrir o mínimo desfalecimento.

Tinha a coragem estóica dos grandes lidadores.

Energia

A energia no executar é predicado moral de suma validade prática. Quem não pode ser enérgico ao encontrar as primeiras dificuldades da obtenção de um dado objetivo, nunca virá a ocupar saliente posição na coletividade. Porque a falta de energia traz o desânimo; o desânimo arrasta à inatividade; a inatividade prende-se ao insucesso.

Homem sem energia e homem sem atividade: portanto homem sem fortuna.

Rio Branco jamais foi vencido nas lutas empenhadas na tribuna, no jornal e na diplomacia. Nesse ponto ele faz lembrar Caxias e Floriano, as duas maiores vontades no Brasil Império e no Brasil República. E nesse feliz resultado prático, outra coisa não pode ver o psicologista além de coragem, de energia e de audácia.

Os exemplos anteriormente citados confirmam de sobejo a asserção atual.

Firmeza

A firmeza de ação é um dos mais importantes e mais raros predicados, porque conduz após si as mais notáveis qualidades físicas, intelectuais e morais.

A firmeza exige a atividade irrequieta do estrategista, a lúcida inteligência do filósofo, a profundidade de vistas do observador, o valimento moral dos homens bem conformados e felizes. Confunde-se com a perseverança e com a tenacidade, sendo poderosamente auxiliada pela vontade.

Quem não tem firmeza muda de rumo com a mesma facilidade com que se muda de roupa. E a falta de estabilidade, em todos os atos individuais e coletivos, sempre foi causa primordial de insucessos.

Nas pessoas fracas e irresolutas, deprimida é a parte posterior da cabeça, um pouco acima da linha das orelhas; nas pessoas perseverantes, tenazes e firmes, justamente o contrário: ligeiramente proeminente essa mesma parte, como acontecia com o crânio de Rio Branco. E foi por isso que ele, durante cinquenta e tantos anos de pública vida, sempre mostrou deus evidentes de constância, de trabalho, de firmeza e de perseverança.

Qualquer observador insuspeito e competente, apreciando-lhe os feitos, chega sem trabalho a tão expressiva conclusão.

Desde que assumiu a pasta do Exterior, em dezembro de 1902, até o seu desaparecimento, em fevereiro de 1912, jamais mudou de resolução e de pensar respeito à grandeza militar do Brasil: queria um exército forte pela disciplina e pelo pessoal, como poderosa queria

a esquadra nos seus diversos elementos de defesa e de ataque. Porque, como todo o grande estadista, pensava que só as nações fortes segura têm a soberania e a tranquilidade.

O exemplo tristemente célebre de Haia é de tanto um argumento irrespondível.

Grandeza d'alma

Os reveses da sorte, como as injustiças infalíveis das multidões desorientadas, são certo duros de suportar com a suficiente calma. Pois o homem, de governo sobretudo, que não as souber suportar com estoicismo, às tempestades interiores que não falham, sempre opondo a mais acentuada calma, sem perda de energia e de vontade, esse homem não poderá ser levado a grandes feitos. Falta-lhe a grandeza d'alma, essa nobilíssima qualidade moral, que fez Montesquieu dizer de Catinat:

“O Marechal tem sustentado com modéstia as suas vitórias e com majestade os insucessos.”

A grandeza d'alma de Floriano era proverbial: grande na vitória, gigante na adversidade, esse homem excepcional passou por transe horríveis, apedrejado e insultado, mas imperturbável e sereno, sem revelar a quem quer que fosse a mais ligeira contrariedade.

Parecia-lhe d'aço o organismo.

Pois a mesma coisa quase pode o analista concluir de Rio Branco. Modestíssimo na vitória, ele sabia ser imperturbável ante as injustiças múltiplas. Nos últimos meses de vida, na célebre questão Piza, ele ainda deu mostras solenes da sua grande superioridade moral, como a deu relativamente à campanha injusta de um inimigo de erudição e de talento – o Sr. Oliveira Martins.

Honestidade

A importância prática da honestidade é tal, tão patente e tão forte, que por si só, na vulgar apreciação, abrange ou ofusca todas as outras qualidades morais.

Quando se vê um homem honestíssimo, um homem a Mariano de Azevedo ou a Caxias, a Deodoro ou a Floriano, todos diremos convencidos: um homem de caráter ilibado.

Pois quanto a isso, Rio Branco acima está de toda a suspeita. Podia haver sido gastador, perdulário mesmo; mas o tipo austero do homem honesto e puro. Inimigo acérrimo dos baixos sentimentos, do jogo e do álcool, ele também o era da depredação e do roubo em todas as suas várias manifestações.

Rio Branco, se quisesse, seria um homem excessivamente rico, uma das maiores fortunas do Brasil: porque governo foi, com alto prestígio, durante nove anos sucessivos. Mas ao se lhe fazer o inventário, dias depois de sua morte, apenas se acharam setenta apólices de conto de réis. E ao entrar para o Ministério ele levava consigo a fortuna de três centenas de contos.

No que respeita à qualidade em questão, ele passa entre as multidões sereno na sua grandeza, inatacável na sua puríssima constituição moral.

Imitar sempre soube a característica austeridade paterna.

Influência pessoal

Esta qualidade, que praticamente tem alta significação para o observador inteligente e justo, é sempre o feliz conjugado de notáveis qualidades físicas, de valiosas qualidades de inteligência e de grandes e raros predicados morais.

Só influência têm os homens fortes no físico, no espírito e no caráter.

A influência pessoal de Rio Branco é pasmosa. Sua grande popularidade o atesta.

Para documentá-la historicamente, as seguintes e sugestivas provas.

Rui Barbosa, o brasileiro de mais talento e de maior erudição no século que se vai, em sua célebre carta política de 19 de maio de

1909, depois de afirmar ser Rio Branco o candidato presidencial do Brasil inteiro, assim lhe julga magistralmente a influência:

Este nome apresentei-o eu ultimamente como a solução nacional. E era. Um nome universal, uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual de partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeito singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma candidatura, que seria recebida nos braços da nação e levada por ela em triunfo à presidência. Depois, além de ter por si a opinião nacional, de a ter manifesta e indubitavelmente, era natural que merecesse deveras o beneplácito do Presidente, visto que se não ia procurar nem entre os adversários seus, nem sequer entre parcialidades. Ia-se buscar no próprio seio do governo, com o pensamento especial de se lhe não magoar o melindre, e a particularidade, estimável no momento, de não sair da política militante. Seria, portanto, no mais eminente grau, uma candidatura de conciliação.

O Sr. D. Affonso, glória do parlamento chileno, pronunciou a seu respeito a seguinte oração:

Ao tombar o Barão do Rio Branco no abismo do desconhecido, diminui nossa glória viva e desaparece o mais influente dos fatores do progresso latino-americano.

Vergôntea de um nobilíssimo estadista, que foi imortalizado no bronze pela gratidão dos seus concidadãos, foi a natureza pródiga com ele, dando-lhe a mais vigorosa compleição física, intelectual e moral.

Possuía poderes excepcionais de capacidade, método e memória.

Era magnífica a sua imaginação e clara a sua eloquência.

A sua vontade era patente e fê-lo ilustrado e trabalhador até o prodígio.

Deu-lhe a educação amplos descortinos e rota segura.

Era em conjunto uma grande força, equivalente às forças de muitos homens, pois era iluminada por uma só luz e impulsionada por uma só alavanca.

Ainda que as suas qualidades o habilitassem desde os primeiros tempos para o desempenho dos mais altos postos, sua ascensão foi lenta, porém segura e majestosa.

Alimentou primeiramente o espírito no estudo, na experiência e sobretudo nos grandes exemplos da sensata Inglaterra; desde que apareceu no céu da diplomacia americana, foi astro cintilante.

Profundo na combinação e poderoso na clareza e no esforço, com uma prevenção e perspicácia notáveis para possíveis audácias, sem nunca se afastar da linha reta da probidade, a que o vincularam suas tradições de família e as próprias delicadezas de sua alma privilegiada, ele foi o mais entusiasta e eficaz olheiro da prosperidade da sua pátria.

Que existência tão nobremente aproveitada!

Ele foi o traço de união entre o Brasil Império dos outros tempos e o Brasil República atual.

Ele pôde, nos derradeiros instantes de lucidez, sentir a íntima satisfação de ter sido o mais útil dos brasileiros do seu tempo.

Não foi somente objeto de seus desvelos a prosperidade material do seu país, mas também a prosperidade intelectual e moral, social e política, todo o grandioso desenvolvimento de um povo jovem, que tem asas para subir.

Nem suas idéias, ações e influência ficaram adstritas aos limites, posto que dilatados, da sua pátria formosa; teve de estendê-los na sua obra fecunda da solidariedade e harmonia a toda terra latino-americana, que o reputava com justiça o mais ilustre dos seus filhos.

Diante dos venerandos despojos do chanceler, debruçam-se a sua pátria e o mundo.

E o Chile, senhores, o Chile, de quem o egrégio extinto foi sempre generoso amigo, inclina também a sua bandeira envolta em crepe ante este grande túmulo guardado pela glória.

Finalmente, são da *Nación* de Buenos Aires os seguintes honrosos conceitos:

Interpretando o alto sentimento unânime e imparcial do povo argentino, enviamos ao Brasil as mais sinceras expressões de condolência pelo inesperado desastre, que o atribula. Com o Barão do Rio Branco se vai uma das mais altas figuras políticas não apenas do seu país, mas da América Latina. Não há recanto das repúblicas hispano-americanas, onde o nome de Rio Branco não tenha sido proferido muitas vezes, nos últimos anos, como um exemplo de estímulo e forte lição de patriotismo. Talvez a obsessão de certa propaganda tenha logrado insinuar no espírito de alguns argentinos uma dúvida a respeito de Rio Branco. Nós, que sempre nos mostramos em radical divergência daquela doutrina, podemos, sem sombra de hipocrisia na nossa compunção, exprimir o pesar com que vemos desaparecer essa individualidade, que nunca consideramos inimiga e sempre, em qualquer caso, teríamos julgado como a expressão de coisa mais valiosa que simpatias pessoais do mais ilustre dos estadistas a força que, embora contrária, obriga a orientar e a disciplinar os esforços próprios. Um grande patriota de qualquer país é sempre um inimigo espiritual de todos os patriotas de todos os países; e na paz, como na guerra, não há gesto mais nobre que a saudação dos que sobrevivem àquele que sucumbe no seu posto, sob a bandeira leal, cuja divisa é o amor. A maioria dos argentinos inclina a cabeça perante essa cova, que se abre, e a dor que contrai o coração dos brasileiros.

O nome Rio Branco ocupa vastíssimo lugar na história do Brasil. O pai ilustrou-o e glorificou-o na vida diplomática e civil; o filho foi sempre o digno herdeiro daquele nobre estadista.

Depois de relatar minuciosamente a carreira do Barão do Rio Branco, a série dos seu triunfos diplomáticos, prossegue a *Nación*:

Tinha a especialidade de uma profundidade incomparável. Conhecia, palmo a palmo, o território imenso do Brasil, a sua história interna e externa, as suas legislações primitivas e coloniais,

a vida política dos Estados e dos homens que intervieram nos seus negócios. Essa especialidade intelectual tinha por base e objetivo o amor imenso e inquieto, talvez inquietador, cheio de fé e do orgulho da sua pátria. A cada momento, no seu trabalho como em uma conversação, dava a impressão de uma vida exuberante e jubilosa, mesmo em momentos que para qualquer teriam sido de atribulação e perturbação. Cheio, enfim, desse otimismo que Cavour ocultava, mas sentia, e de que se jactava Bismarck com a sua agressiva confiança de forte, o Barão do Rio Branco era um homem de grandes empreendimentos. Comparar-se Rio Branco a Bismarck poderá parecer puerilmente exagerado a quem compare tão somente a lenta administração daquele primeiro em épocas de paz à ação vertiginosa do grande estadista alemão a meio do incêndio da guerra continental. Mas a semelhança entre os dois se encontrará na tenacidade de fazer triunfar esforços.

Mais de uma vez, o Barão do Rio Branco se encontrou frente a frente com os nossos diplomatas, defendendo os interesses do seu país contra aquilo que nós sustentávamos como o nosso direito. Em todas as emergências e em todos os momentos foi um estadista clarividente e sagaz, diplomata sutil, eficacíssimo e ardente patriota. Daqueles tão falados pleitos, só fica a recordação histórica, que, se não modifica a nossa fé, confirma a nossa admiração pelo adversário glorioso. Mais tarde ele poderia ter sido nosso inimigo e talvez justificadamente, perante certas agressões, que todavia não consultavam o nosso sentimento nacional; podia ser nosso inimigo e não o foi.

Hoje, que ele repousa para sempre entre as bênçãos do seu povo, que o considerava um símbolo, e contemplando outra paz da sua carreira, devemos formular um voto por que seu exemplo encontre quem o imite, com igual valor.⁶

Por esses três exemplos, qual mais sugestivo, bem se vê a grande influência pessoal de Rio Branco.

⁶ Do *Jornal do Commercio* de 12 de fevereiro de 1912.

Modéstia

Esta qualidade, filosoficamente considerada e discutida, contrária é aos grandes homens, porque inimiga é dos grandes feitos.

Homem de modéstia excessiva é homem que tem desenvolvida a timidez, incapaz, portanto, de lutar bravamente contra os embates sérios da vida.

Um frenologista notável, Mr. Thoré, escreve as seguintes palavras, que reclamam séria meditação:

*L'orgueil est une des impulsions les plus nobles et les plus puissantes: c'est la confiance en la force que Dieu nous a donnée. C'est l'orgueil que fait les grands hommes. La modestie ne convient qu'aux hommes médiocres.*⁷

Rio Branco lutar sabia sem desânimo, com coragem e energia, audácia e firmeza, sem um só passo recuar do terreno conquistado. Não andava nunca para trás. Não podia, portanto, ser um homem com a modéstia que se lhe atribui insensatamente.

De resto, ele era ambicioso, tendo pelo amor de glória especial predileção. Isso mesmo páginas atrás deixamos exuberantemente demonstrado no ponto de vista filosófico e prático.

E se ele era ambicioso, como então modesto em demasia?

Grande lutador e estadista grande, cômico do seu valor e da sua força, Rio Branco se apresenta à crítica psicológica como um homem moderado, com grande amor à glória paterna, apaixonado pelos heróis de farda, tenazmente dedicado à grandeza do Brasil, à sua prosperidade e civilização. E um homem com predicados tais não pode, pelo menos sensatamente, ser havido com o abuso de uma qualidade, que só caracteriza psicologicamente espíritos tímidos e fracos, incapazes de um feito digno de exemplo e de ensinamento.

⁷ Thoré – *Dictionnaire de Phrénologie*, p. 84.

Na sua falada modéstia, agradável às maiorias iletradas, nós descobrimos, como em Cromwell, que tudo atribuía a Deus, uma poderosa qualidade intelectual, a astúcia, que ele manejava com uma destreza e uma superioridade dignas de nota.

Rio Branco alimentava a popularidade. Todo o mundo sabe disso. E o meio mais seguro de um espírito superior tanto conseguir é sem dúvida colocar-se abaixo das pessoas com quem se põe em contato.

Quem ignora essa grande verdade prática?

Tal o proceder sereno de Rio Branco; proceder de um homem que maneja com habilidade a astúcia, a mais poderosa das armas que se põe às mãos de um diplomata, como ele, de grande validade e cultura.

Patriotismo

O patriotismo, no dizer de Napoleão, é a primeira virtude do homem civilizado. Quando muito intenso, capaz é de feitos gloriosíssimos, individuais e coletivos. Em torno da imagem da pátria é que as populações se armam e se defendem, batalhando até a morte, se tanto se tornar mister.

O patriotismo de Rio Branco acima paira de toda a dúvida. Nas páginas precedentes isso mesmo deixamos em relevo por vezes diversas. E Joaquim Nabuco, com felicidade máxima, assim lhe descreve essa preciosa qualidade geral:

Estão aí os traços característicos do segundo Rio Branco: genuíno patriotismo, culto amoroso ao pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política, paixão da glória do povo, e, para satisfazê-la, vocação de historiador; por último, talvez, inclinação pessoal para representação nacional no exterior. Todos esses sentimentos são de ordem desinteressada, todos, incluindo mesmo essa admiração filial, são impulsos de um mesmo motor, o amor do país.

Prudência

A prudência é atributo moral bastante valioso. Para o sucesso então, absolutamente indispensável. O homem imprudente arrisca-se. E essa contínua e desfavorável situação jamais lhe pode ser produtiva. A audácia é, não há negar, uma virtude prática sobremaneira útil. Mas a audácia, psicologicamente interpretada, bem longe está de imprudência. Ali há julgamento: a inteligência, a erudição e o relance entram em cena, impelindo o lidador à vitória, que não falha. Na imprudência, porém, há a inconsciência do feito, a infantilidade, a ignorância. O homem que luta é audaz. A criança, imprudente. A audácia conduz à glória; a imprudência, ao insucesso.

A prudência caminha sempre de braço com a circunspecção, com a qual frenologicamente se confunde.

Os homens circunspectos e prudentes sempre estão em guarda, calculando as principais conseqüências do seu empreender, pedindo conselhos a pessoas experimentadas, desconfiados sempre do dia de amanhã.

Se Rio Branco circunspecto era, como vimos anteriormente, não menos aguda tinha a prudência. Mesmo em conversa, a elaboração um tanto lenta da frase correta, como que dava a entender a qualidade: como que o grande homem, observador profundíssimo, queria perscrutar o íntimo do interlocutor, antes de lhe pôr aos ouvidos o pensamento em elaboração.

Tenacidade

A tenacidade confunde-se com a firmeza, como a circunspecção com a prudência, ou a energia com a audácia. O homem tenaz tem a seu dispor dose grande de sucesso. O espírito alheio à tenacidade é como que joguete das impressões recebidas, vivendo sob o peso das condições exteriores apenas.

Um lutador tenaz é imutável nas intenções, sendo as coisas difíceis as de preferência por ele encaradas. E uma vez escolhido um

rumo, ele o percorre altaneiro, sejam quais forem os precipícios e escolhos encontrados.

Eis justamente a moral constituição de Rio Branco, respeito ao atributo em análise. E os exemplos precedentemente referidos de sobejo lhe confirmam a tenacidade do obreiro convencido e incansável.

Dezessete longos anos de acurado estudo histórico, entre mapas e arquivos, bibliotecas e museus, asseguram tenacidade igual à dos mais sérios lutadores.

Vocação

Um grande músico se não faz no conservatório. Um general de gênio não é feito no campo da lide. Eis por que Molke, o mecânico das batalhas, havido não pode ser por um grande capitão. Nunca comandou, nem mesmo uma companhia.

O conservatório vale muito: serve para despertar no futuro maestro todas as suas grandes qualidades artísticas, que, contrariamente, poderiam ficar para sempre adormecidas. Analogamente o campo de batalha: só serve para o general, que nasce feito, revelar a sua imaginação, a sua astúcia, a sua audácia, as belezas da sua inteligência, a firmeza do seu caráter, a habilidade profissional em suma.

Carlos Gomes nasceu músico; Caxias, soldado.

Impossível fazer de um médico um pintor, de um naturalista um engenheiro, de um poeta um soldado. Wagner de farda, atacando ou defendendo uma trincheira, causaria o mesmo efeito que Napoleão de beca acusando ou defendendo em tribunal superior.

Cada qual na sua especialidade. E esta é naturalmente indicada pela constituição do indivíduo, pela vocação.

Rio Branco decidida vocação tinha pelo jornalismo, a que se dedicou largo tempo, com sucesso crescente, e o qual jamais de vez abandonou.

Dedicou-se depois à História, sua mais elevada aspiração, e onde papel saliente veio a desempenhar. Por fim entrou na diplomacia, que lhe absorveu o resto da existência.

E se o jornalista foi grande, porque tinha ao seu serviço os melhores meios de ação e de combate, maior sem questão foi o diplomata, sempre vitorioso, como máximo podia ter sido o historiador se, pelo rolar dos acontecimentos, este não fosse roubado pelo diplomata às suas naturais cogitações e trabalhos.

Vontade

Chegamos por fim à qualidade última, à vontade, cujo grande valor prático para o sucesso na vida acima está de toda a objeção.

Só tem vontade o homem forte fisicamente. Só tem vontade o homem forte intelectualmente. E se impossível é a existência de fortuna, antes do sucesso, quando se não em um corpo ativo e uma inteligência lúcida, é de todo inatingível essa entidade, sempre arredia e fugitiva, quando o lidador não tem ao seu dispor uma férrea vontade, uma vontade a Blücher, Wellington, a Caxias, a Floriano ou a Rio Branco.

É sem contestação a mais valiosa das qualidades de caráter: porque só se faz sentir intensa quando a ambição, a audácia, a firmeza, a energia, a tenacidade, quando as mais valiosas qualidades morais, em suma, se apresentam sem esforço ao observador metuculoso e sensato.

Representa na formação do caráter o mesmo papel que a atividade na organização física, a mesma força que a inteligência na constituição intelectual do lidador.

Na vida prática, o sucesso sempre caminha nos braços da atividade, esclarecido pela inteligência e iluminado pela vontade.

Como Caxias ou como Floriano, as duas maiores vontades na história militar pátria, Rio Branco sempre foi bem sucedido nas empresas tentadas.

Tanto vale pôr-lhe em relevo o precioso atributo, nobilíssima e paterna herança, que ele tão bem soube prezar, porventura robustecendo-a e dignificando-a.

Síntese

I write simply the truth of history.

Wilson

Atleta no físico, agigantado no espírito, hercúleo no caráter, Rio Branco apresenta-se no olhar sereno mas profundo do psicologista, o que importa dizer da crítica histórica, como um vulto verdadeiramente majestático. Exímio jornalista, historiógrafo emérito e grande diplomata, ele foi, não há contradizer, um dos maiores brasileiros do seu tempo. Na nossa história diplomática e política, a que soube dar corpo e vulto além das vastas fronteiras por ele carinhosamente integralizadas, há de ocupar sempre posição proeminente. E esta será tanto mais lúcida, tanto mais brilhante, quanto mais o farol luminoso do pensamento brasileiro, de que Rui Barbosa já deu eloqüente exemplo no Tribunal de Haia, montar de prestígio na marcha gloriosa da civilização universal.

Rio Branco e a Política Exterior

João Pandiá Calógeras*

Nenhum dos homens de Estado brasileiros possuiu no ambiente nacional, por prazo tão longo, influxo dominador, sereno e indiscutido, que se houvesse aproximado do que exerceu o segundo Rio Branco.

Certo, antes dele, haviam culminado no conceito público numerosos patrícios nossos, alguns dos quais dignos do mais alto destaque no cenário das mais cultas e exigentes nações.

Os homens da Independência, os da Regência, Honório Hermeto, Eusebio, Uruguai, o Visconde do Rio Branco, Caxias, Coteigipe, Saraiva, Afonso Celso – para só falar nos que se foram – haviam experimentado a sorte vária da fortuna política, e, por longos serviços prestados, merecido a estima, a veneração, o reconhecimento da pátria.

Era, entretanto, um sentimento menos íntimo; uma gratidão menos espontânea e mais meditada; fenômeno psíquico mais cerebral do que profundamente afetivo. E de duração menos prolongada, apesar da permanência das altas situações oficiais a que tinham chegado esses brasileiros ilustres.

Eram vultos que se tinham formado e distinguido em porfiadas lutas. Em torno deles, nas batalhas parlamentares, nas refregas eleitorais, nas consultas à vontade do país, um estado-maior se havia congregado, uma família partidária, no sentido latino da velha palavra, uma clientela que exalçava seu chefe. Constituíam a “gente” desse ou daquele prócer, lembrando a *gens* romana. Enastravam de louros as grandes individualidades que serviam, entoando loas às suas virtudes e a seus méritos. E a História lhes consagrou a justiça da ação.

* (Rio de Janeiro, RJ 1870 – Petrópolis, RJ 1934). Engenheiro, historiador e político. Foi membro das delegações do Brasil às III e IV Conferências Pan-Americanas (Rio de Janeiro, 1906 e Buenos Aires, 1910). Ministro da Agricultura (1914), da Fazenda (1916) e da Guerra (1919-1922). Autor, entre outras obras de *A política exterior do império*. 1927-33. 3 v.

Nada semelhante, porém, é o caso do Barão do Rio Branco.

Não lhe faltara, é certo, nos primeiros anos de sua vida pública, esse contato com o elemento popular, nem o exemplo, ou o conselho, dos responsáveis pelas mais graves deliberações de nossa existência nacional. Antes estivera nas melhores condições para ir exercitando suas excepcionais qualidades de observador e de homem de ação.

Freqüentavam a casa paterna os primeiros entre os brasileiros da época. Ali reinava atmosfera da mais alta intelectualidade. A presença da futura Viscondessa do Rio Branco não permitia descambarem discussões e divergências para a violência do vozerio de praça pública. Nesses salões, que não eram excepcionais durante o Segundo Reinado, aprendiam-se a cortesia, o respeito às opiniões alheias, as maneiras de apurado tom, que o Barão conservou até o último momento, nele constituíam segunda natureza e tanto prendiam a quem com ele tratava.

Superioridade elementar em meios outros que o nosso, meios nos quais se exige a polidez como condição essencial do convívio.

Da República, em França, se pode dizer que *elle a tué les salons*, e assim extinguiu um dos mais poderosos fatores da cultura nesse grande país.

No Brasil a observação forasteira tem sua contra-prova.

Regime em que pompeiam os *parvenus*, paraíso dos “arrivistas”, o paradoxo igualitário não tolera preeminências. Toda superioridade deve começar por se fazer perdoar. E por não compreenderem, ou não poderem atingir, o grau de elevação traduzido no apuro dos costumes, preferem negar-lhe a valia.

Concepção simplista e democraticamente niveladora... para baixo.

Em debate cortês, estudavam-se e solviam-se os problemas mais altos da política brasileira, nas conferências, em que tamanho destaque tinha a figura imponente do Conselheiro Paranhos. Boa escola para quem quisesse penetrar o sentido íntimo do que seja servir a pátria, sacrificar tudo ao interesse coletivo, colocar o Brasil acima de quaisquer controvérsias subalternas, agir não só para atender às

necessidades presentes mas, ainda mais, em vista do futuro que à nossa terra descortinava o grande espírito desses homens de escol.

Dessas lições se lembraria mais tarde o atento e filial discípulo.

Já velho, ocupando no governo posição sem par, dirigindo a política internacional do Brasil, inspirando, por vezes, a do continente, havia de comprometer a própria fortuna, e com sua fazenda custearia serviços públicos, insuficientemente dotados, para que não sofresse o interesse nacional.

Predisposição hereditária; ambiente, moral e intelectual, em que se desenvolvia a lição de patriotismo e de ciência de governo – o ponto de vista do estadista, em suma – iam permitir amadurecessem e se disciplinassem as qualidades inatas do futuro chanceler.

Chamado a colaborar na obra de Paranhos, a Missão do Prata, a Câmara dos Deputados ia pôr à prova o valor do jovem diplomata e do homem público.

Problemas, qual mais grave, amontoavam-se ante o Chefe da Missão de 1869-1871, e, depois, ante o Presidente do Conselho do Gabinete 7 de Março.

A complicadíssima situação no Rio da Prata, consecutiva à guerra da Tríplice Aliança, alvo de apaixonados debates nas câmaras brasileiras, a entorpecerem a ação prudente e enérgica do negociador. As imensas dificuldades internacionais decorrentes do conflito com o Paraguai. A liquidação do passivo da luta. As crises sofridas na economia nacional. A abolição gradativa do cativeiro pela libertação do ventre. A controvérsia pelo predomínio, em regime unitário, entre a Igreja e o Estado.

Período notável de nossa história, no qual os maiores talentos, as mais brilhantes individualidades pelejaram na arena. Eclosão intelectual, que daria novo impulso à corrente liberal e fundaria o grêmio republicano, ao qual o futuro reservava a vitória.

Na Assembléia Legislativa, na imprensa, nas conferências políticas, nenhum auxiliar mais inteligente, perspicaz e extremoso teve o Visconde do Rio Branco do que seu filho. Alargavam-se para este os horizontes partidários, alcançando já a visão superior dos fatos,

acima dos partidos, quando entrou, definitivamente, para a carreira consular.

É geralmente exato o aforisma de que, se o caráter se forma na multidão, a solidão apura a inteligência.

Experimentou-lhe a verdade o novo cônsul em Liverpool.

No torvelinho das ocupações políticas, não lhe sobraria, no Rio, tempo para adquirir, assimilar, consolidar e infundir vida ao farto manancial de informações, novas ou renovadas, que trouxe à luz do dia, nesses formidáveis repositórios de ciência histórica, geográfica, política, econômica, em que se baseou a defesa nossa nas discussões de Washington e de Berna; além dos subsídios ministrados a outros investigadores, sempre com o mesmo fito – a divulgação do que é, do que pode ser o Brasil –, *ubique patriae memor*.

Nos meios estrangeiros, aumentou seu cabedal de conhecimentos, aprimorou sua visão, julgou os fatos com serenidade maior, adotou por metro valores novos. Em seu espírito, retrocedeu o partido; cresceu o Brasil.

Quando, indicado naturalmente pela notoriedade de seu saber especial das questões lindeiras, sucedeu a Aguiar de Andrade para defender nosso direito às Missões junto ao Presidente Cleveland, e, mais tarde, vencedor em 1895, teve de arcar com a nova responsabilidade de lutar contra a França pela conservação da Guiana Brasileira; no espírito público estava quase obliterada a lembrança da primeira fase da vida do Barão do Rio Branco.

Permanecia em pleno fulgor a coroa imarcescível dos dois grandes triunfos junto aos árbitros das seculares controvérsias de fronteiras.

* * *

Seis lustros, quase, durou sua ausência, com raras e rápidas voltas ao Brasil.

Chamado a gerir a Pasta do Exterior, desse conjunto de antecedentes resultava para o novo ministro uma situação difícil,

quer quanto ao aspecto da faina diplomática, tão diversa do que havia sido durante o regime imperial, quer quanto à sua própria personalidade, em suas linhas essenciais, no trato com a opinião, com seus subordinados e com o elemento intelectual do país.

Em páginas de grande e pungente beleza, poetas têm caracterizado o tormento daqueles que, por ascenderem a esferas defesas ao comum dos homens, perdem o direito de sentir, de viver, de repousar como os demais; isolados em sua grandeza, em meio da turba que os cerca.

Vitórias e triunfos há que envolvem e supliciam destarte a seus heróis, obrigando-os a ter o extraordinário, o supra-humano como norma corrente da existência.

Ao vencedor dos dois laudos arbitrais, não permitiria o público brasileiro ter instantes de desfalecimento, fases de fraqueza humana. Em uma época de epopéias em edição minúscula, mal se compreenderia que o grande conquistador da aquiescência do próprio adversário à conservação do nosso território, outrora contestado a Sul e a Norte; mal se compreenderia vivesse a vida medíocre dos funcionários simplesmente assíduos, corretos no desempenho de deveres profissionais, inteligentes e atilados, mesmo, no destrinçar casos mais complicados. Uma auréola circundava o triunfador. Como ocultá-la, e fazer aceitar ao público, crítico impiedoso, a penumbra do viver quotidiano?

A simplicidade de costumes, a modéstia invencível, os hábitos de trabalho, o retiro no gabinete escondido em um recanto das matas de Petrópolis, e, principalmente, o fluido cordial que emanava do eminente brasileiro e lhe grangeava, em todos os níveis sociais, dedicações e simpatias, salvaram-no dessa dificuldade.

Chegava Rio Branco à capital da República como em uma cidade estranha.

Dos amigos de mocidade, dos companheiros de lutas, dos guias de sua atividade, ficara separado pelo lutuoso perpassar do tempo. Não decorrem trinta anos, sem povoar de túmulos a existência e o coração dos sobreviventes. Os que haviam confraternizado nas

campanhas do Ministério de 7 de Março tinham desaparecido quase todos. A mudança de regime político alheara dos fatos contemporâneos as grandes figuras dominadoras dos embates partidários do Império.

Era esta situação uma força e uma dor.

Dor, do vácuo feito pela morte em torno de si. Ermo desolado e áspero dos cimos inatingidos. Impossibilidade de restabelecer, com amigos seguros, o afetuoso, íntimo comércio de épocas idas.

Força, de dominar sem contraste, de ser chefe, de não ter em derredor senão auxiliares, colaboradores à sua feição, executores inteligentes de um pensamento superior, e não outros dirigentes, depositários de poder, ou de influxo igual ao seu. Sim, força. Mas responsabilidade acrescida, também. Dela nunca desertam os fortes.

Na Secretaria de Estado se encontravam sérios obstáculos a uma boa gestão dos negócios.

Herdeira e continuadora fiel das grandes tradições diplomáticas da Monarquia, não lhe havia a República liberalizado meios de agir.

Pessoal insuficiente, inferior em número ao que fora cinqüenta anos atrás, obrigado a multiplicar esforços para não deixar periclitarem interesses nacionais elevadíssimos, ante o crescimento normal das relações com os outros povos. Mas o desempenho quantitativo da tarefa sofreria fatalmente na qualidade e na minúcia da obra efetuada. Confusão de misteres, ao demais. *Deficit* qualitativo, portanto, pois a resistência humana tem limites.

Arquivo e biblioteca conservados com cuidado, não tinham, entretanto, o desenvolvimento preciso. Mais exatamente, viviam em estado de hibernação, de vida latente, em vez de serem fonte perene de esforços colaboradores na faina imensa que se desdobraria e mais avultará para o futuro, ante o Ministério das Relações Exteriores. Sobrava boa vontade, mas escasseavam outros elementos.

Ficara, igualmente, por demais centralizada a orientação dos negócios na pessoa do Diretor-Geral.

Durante o Império, o grupo de conselheiros autorizados em assuntos internacionais não era pequeno. No Conselho de Estado encontravam-se os autores da política seguida, encanecidos nesse labor,

conhecedores de todas as negociações, os guardas dos rumos inicialmente traçados, modificadores prudentes das mesmas normas.

A deliberação política sobre as ocorrências supervenientes, sobre as iniciativas a tomar, os problemas a solver, tinham nessa assembléia seus especialistas e seus homens de Estado. A continuidade e a elevação progressiva da política internacional do Brasil, ali encontravam seus grandes elementos de ação. Pensamento e prática reunidos. Execução assegurada.

A República havia destruído, impensadamente, esse instrumento de valor inapreciável. Ainda hoje, suas consultas nos guiam. Quão melhor, entretanto, fora sua ação, mais viva e enérgica, se se houvera conservado a instituição.

Todas as suas funções desaparecidas foram concentrar-se nas mãos do Diretor-Geral do Ministério.

Por maior valia a sua, era sempre uma opinião única, individual, com o coeficiente de erro pessoal, ao invés da norma deliberada coletivamente, com a conseqüente correção do erro pessoal, pelo consenso de pareceres de homens como D. Pedro II, Uruguai, o Visconde do Rio Branco, Cotegepe, Saraiva e tantos outros.

Ao gerir as Relações Exteriores um ministro capaz, com idéias próprias, seguindo rumo de antemão assentado, era fácil prever discordância de orientações entre chefes e seus subordinados imediatos. Já o fato se dera com o Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho. Renovou-se em 1903.

Os narradores da crônica íntima do Itamaraty talvez um dia forneçam detalhes de uma divergência, não de pessoas – que estas eram, de longa data, afetuosamente ligadas – mas de processo, de conceitos, de descortino político, de visão das coisas americanas.

De há muito, era o benemérito Visconde de Cabo Frio representante da tradição do velho Ministério de Estrangeiros, com todo o largo prestígio decorrente do alto valor desse funcionário, de sua diuturna prática, durante meio século, quase, no meneio dos negócios internacionais; egéria verdadeira, e ministro de fato durante a fugaz estada dos numerosos transeuntes que atravessaram as salas do antigo Palacete da Glória, e, depois, as do Itamaraty.

Tinham, uma após outra, esvaecido essas sombras, e o venerando Joaquim Thomás do Amaral permanecera, levemente sarcástico, perspicaz, sem ilusões e profundamente dedicado ao serviço do Ministério.

A um desses itinerantes, que, ao empossar-se, declarara ao ilustre Diretor-Geral ter por programa instituir novas regras para a política internacional do Brasil, e fazer *tabula rasa* das errôneas diretrizes anteriores, respondia sorridente e superiormente irônico o Visconde: “Perfeitamente, Excelência. Por onde começaremos a renovação?” – e deixava-o entregue a seus recursos próprios, sem poder deslindar as questões. Dias depois, solicitado seu concurso, trazia-lhe as soluções, traçadas, como cortês e perversamente fazia sentir, “na tradição invariável do Ministério de Estrangeiros”.

Essa a força, esse o ponto vulnerável do eminente homem público. Absorvente, por índole, por método de trabalho e por sua situação única e excepcional; conservador da doutrina herdada; zelava até seus pontos discutíveis e os exalçava ao mesmo nível da lição inatacável.

Mudara o cenário político. Meio século havia transcorrido sobre as relações do Brasil com as demais nações. Interdependências novas haviam sido criadas. Fatores tinham evoluído, outros surgido. Mas Cabo Frio não variara, e seu grande espírito, respeitável entre quantos mais o foram, regia a orquestra da diplomacia nacional segundo o mesmo cânon imutável.

Nessa atmosfera havia morrinha de estufa. Cumpria e urgia trazer ao ambiente mais luz e ares menos respirados.

Rio Branco abriu essa janela para o mundo moderno, a fim de restabelecer a nitidez da visão política.

Nunca lhe faltou o auxílio dedicado e leal do velho diplomata. Sempre lhe esteve ao lado a amizade segura e inquebrantável do emérito Visconde. Talvez fosse menos constante a aprovação do antigo conselheiro perpétuo do Ministério aos rasgos do novo Chanceler, que abria rumos novos à vida internacional da nossa terra.

Dois homens, amigos e profundamente respeitosos um do outro, cada qual sinceramente empenhado em tributar a seu companheiro as homenagens justificadas por um acervo de imensos serviços. Dois sistemas, dois conceitos divergentes: o passado de um lado; o futuro, filho de nossa história, do outro.

E a divergência nos processos tinha por epílogo a conciliação dos dois altos representantes de métodos diversos em um ideal comum de grandeza para nossa pátria.

A situação política era outro motivo de apreensões fundadas.

Na ordem interna, após as enérgicas e patrióticas presidências de Prudente de Moraes e de Campos Salles, havia melhorado o ambiente. A pacificação do Brasil era um fato. A reorganização financeira estava cicatrizando feridas vindas do encilhamento e das guerras civis. Mas a repercussão moral desses oito anos de desastres, de 1890 a 1897, havia ecoado dentro e fora do país. Finanças avariadas, esse fenômeno de nossa economia interior diminuía-nos o prestígio nas possíveis negociações com o estrangeiro, quer financeiras, quer políticas.

A desordem reinante, ameaçando bens e vida de nacionais e forasteiros, violando princípios elementares de civilização e de cultura, aumentara a desconfiança para com uma nação onde o direito era uma ficção, uma burla o respeito às noções essenciais garantidoras da existência coletiva.

E assim, nossos males internos novamente precipitavam-nos, no conceito dos demais governos, nos níveis inferiores da *comitas gentium*, donde a Monarquia nos havia tirado, ia para mais de meio século.

Ao proclamar-se a República, já estava feito o deslinde territorial nosso com Uruguai, Peru, Venezuela, Bolívia e Paraguai. Acabava de ser celebrado, em Buenos Aires, em 7 de setembro de 1889, o tratado com a Argentina submetendo ao Presidente dos Estados Unidos a controvérsia sobre as Missões. Com a França reabrir-se, no ano anterior, a troca de vistas sobre o contestado guianense. Com a Inglaterra arrastava-se, morosa e confusa, a discussão sobre os Campos de Pirara.

Mantínhamos íntegro o ponto de vista herdado da diplomacia portuguesa: o *uti possidetis*, como título primordial de domínio, em falta do direito convencional; o reconhecimento da soberania do Estado sobre as terras por ele ocupadas, e até onde se estende a efetiva ocupação.

Diante da nossa argumentação surgiam pontos de vista outros.

Títulos unilaterais, como as *Cédulas Reales* invocadas pelas nações confrontantes de origem espanhola, cujas divisas próprias constavam da *Recopilación de Indias*; hábil como ato do soberano único, o Rei de Espanha, para traçar limites administrativos entre suas províncias ultramarinas; inválida, porém, para discriminar territórios com outra soberania fronteiriça, Portugal, adstrita a criações legais diferentes.

Obscuros debates históricos e geográficos travavam-se com a França e a Inglaterra.

Nos primeiros momentos após a queda do Império, chegavam ao Governo Provisório, vindos das legações, informes de dificuldades não pequenas no reconhecimento da nova forma política pelas nações amigas. Oposição de algumas; receio de animar propagandas igualitárias ou de provocar o surto de sentimentos antidinásticos; impossibilidade de avaliar se houvera adesão popular ao movimento de 15 de novembro; todos esses motivos, alegados aos nossos representantes pelas chancelarias estrangeiras, faziam prever negociações laboriosas para admitir a nova República a tratar oficialmente com os demais governos.

Essas circunstâncias, talvez exageradamente apreciadas pela ditadura, levaram esta à assinatura do tratado de Montevideu, para a solução consensual do contestado argentino-brasileiro. Esperava, assim, provocar a solidariedade sul-americana no reconhecimento das novas instituições, a estas grangeando, destarte, o largo apoio moral do continente inteiro.

Foi um erro. O tratado em nada influiu na formação desse ambiente, que se estabeleceu espontaneamente. Erro diplomático, como provou o laudo de Grover Cleveland. Mas, principalmente,

erro político, porque, não lhe podendo dar assentimento o Congresso Nacional, a conselho do próprio negociador, ficou um fator deletério no meio internacional: a impressão de que se iniciava nas relações exteriores nossas um período de hesitações, de flutuação nos rumos seguidos, de incertezas no pactuar.

Coincidira a rejeição com a série de dificuldades internas, já citadas. O descalabro financeiro evidente, as lutas pelo preenchimento da primeira presidência constitucional; grave embate entre o espírito exclusivamente civil, que aspirava a colocar Prudente de Moraes na curul suprema, e o espírito político, que, reconhecendo em Deodoro o grande fator decisivo na proclamação da República, não podia permitir se negassem tais serviços e, por isso, o elegeu para a primeira magistratura legal do país. Rancores de natureza variada, que culminariam com o 3 de novembro. Pródromos da derrubada de situações estaduais, consecutiva à restauração da legalidade em 23 de novembro de 1891.

O Brasil, vindo da paz do Império para a agitação de certas repúblicas americanas, baixara de nível como valor internacional.

Começavam as guerras civis. Das deposições dos governadores aos combates contra o federalismo, no Sul, e à revolta da esquadra, mais três anos haviam decorrido, de sangue e de luto. Mais se atufava no descrédito o nosso país. Processos postos em prática; doutrinas invocadas; tudo justificava o descaso com que era tratado pelas potências estrangeiras. Dias sombrios, esses.

Na opinião da assembléia dos povos, já não éramos o modelo sul-americano. Confundiam-nos com os governos mais barbarizados pela endemia revolucionária em estado agudo. E nesse desconceito se baseavam as menos cortesias tentativas de discussão, e, mesmo, atos de positivo desrespeito à soberania nossa.

À experiência e ao saber do Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho coube iniciar, e quase pôr termo à liquidação desse terrível legado de um quinquênio de catástrofes. Embora mais uns três anos houvesse de grandes complicações, muitas delas internacionais, de sua passagem pelo Ministério das Relações Exteriores data o começo

da convalescença para o Brasil da precária situação em que se encontrara perante os demais governos.

Quão tímido, entretanto, era o escopo: apenas o desejo de não ser tido como nação anarquizada, sim como entidade digna de figurar entre aquelas com as quais é lícito tratar, sem receios de eternas discussões ou voltas para trás.

Réstias de luz nesse longo processo de reabilitação nacional, brilham as duas vitórias de Washington e de Berna, em 1895 e 1900. E como nada mais do que o sucesso provoca novos sucessos, começaram a surgir apelos ao nosso governo, bem pouco importantes a princípio, para intervir com sua autoridade moral em assuntos continentais.

Sobre o Brasil já pairava, majestoso, símbolo de triunfo, o nome de Rio Branco. Continuava em Berlim, afastado da pátria, sobre a qual novos obstáculos se acumulavam, impedindo a reparação dos desastres sofridos.

Durante todo o quadriênio Campos Sales, pode-se dizer, dominou o problema da fronteira boliviana nas cogitações do Itamaraty.

Nuvens espessas carregavam o horizonte internacional nessa região. Erguia-se, ali, a ameaça, possivelmente temerosa, de embaraços sérios, pela existência, no coração da América, de um sindicato anglo-americano, cujos interesses não seriam desamparados pelos Estados Unidos: o *Bolivian-Syndicate*. A este a Bolívia concedera poderes equivalentes, quase, à cessão da própria soberania, e em uma zona litigiosa entre as duas nações.

Em hora de inspiração patriótica, exigiu o Presidente Rodrigues Alves a colaboração em seu governo do egrégio Ministro do Brasil junto ao Império Alemão.

Constrangido a aceitar, desde logo se lhe evidenciou, como a todos os espíritos imparciais, que o problema internacional brasileiro era essencialmente, e acima de quaisquer considerações outras, político.

Cumpria restituir à nossa terra sua posição primitiva no concerto americano; fazer desaparecer a prevenção oriunda das desordens de sua política interna; torná-la fator indispensável da paz

do continente; serenar o ambiente ameaçador já formado, e que já tinha feito correr sangue nas nascentes do Juruá, do Purus e nos afluentes do Madeira; fechar seu perímetro divisório; reconquistar o prestígio combalido por dez anos de anarquia sempre renascente, de desmoronamento financeiro, de flutuação nos rumos seguidos.

Por esse preço tão somente, poderíamos agir eficazmente, com serenidade e valia, em prol da paz sul-americana, em favor do desenvolvimento progressivo próprio e do alheio.

Pesar todos os seus esforços por fugir ao honroso chamado de Rodrigues Alves, assumiu Rio Branco, em 3 de dezembro de 1902, a gestão de sua pasta.

A vastidão do empreendimento era de natureza que inspirava hesitação aos mais afoitos. Maior responsabilidade ainda para quem vinha precedido da fama das vitórias que tivera, não lhe sendo lícito, sem decair, ficar apenas no mesmo nível dos antecessores mais aquinhoados pelo sucesso.

Ao novo ministro só se admitiria distanciar a quantos o haviam precedido.

Ora, a opinião pública o recebera com grande simpatia, mas, sem se pronunciar, guardava atitude expectante sobre o que se imaginava serem seus planos de governo. Dúplice escolha.

Refletiam ainda que, nos longos anos passados na Europa e na América, havia Rio Branco especializado seus conhecimentos, origem de grandes triunfos em pleitos especialíssimos. Teria igualmente preparado o espírito para solver problemas governamentais, pendências diplomáticas, debates internacionais?

E o receio, não formulado, talvez confusamente sentido apenas, era que a tecnicidade quanto ao material de trabalho e aos processos mentais houvesse prejudicado, ou, pelo menos, feito recuar para plano inferior essas qualidades primordiais de visão de conjunto, imprescindível nas funções de mando supremo.

Para saber governar, ou comandar, é, de fato, indispensável que a minúcia, o pendor analítico, o espírito de detalhe se hajam transformado em uma vasta capacidade sintética. Cumpre se manifeste

a faculdade de estabelecer a perspectiva integral, a restituição dos planos peculiares a cada grupo de cogitações, em seu lugar próprio.

Como em um vasto problema, para cujo formular venha afetado cada grupo de fenômenos de coeficiente próprio, representativo de seu influxo específico no conjunto dos fatos; assim também, no cérebro de um chefe, digno do nome, devem desaparecer predileções, estudos preferenciais dessa ou daquela particularidade do assunto global, para ser adotado somente o valor relativo de cada parcela, e, integrando-as, resolver-se o caso do ponto de vista complexo. Ato de vontade, no qual é mister olvidar feições restritas, pôr de lado processos melhores para casos solteiros, e somente refletir na soma dos aspectos manifestados, considerando-os como uma unidade lógica.

Nem sempre é aceitável o resultado melhor para cada fração do assunto inquirido: é, antes, a solução mais conveniente a essa mesma indagação, em seu âmbito inteiro. E muita vez acontece que, por incompatível a simultaneidade de elementos *optima* no deslinde de cada subdivisão, o alvitre final não traduz a soma das melhores decisões particulares.

É esse sacrifício de valores relativos que se pode pedir a um chefe, que este espontaneamente efetua, e que o espírito unilateral, particularista do técnico nem sempre pode resolver-se a fazer.

O primeiro é o ponto de vista, o ângulo de visão do especialista. O segundo, infinitamente mais raro, do homem de Estado.

E esse era o temor – sentido, mais do que expresso; flutuante no inconsciente mais do que delineado com silhueta precisa na alma nacional – que se traduzia no gesto de reserva, profundamente simpática, é certo, mas ainda assim de reserva, ao assumir Rio Branco a direção das Relações Exteriores.

Viria a ser um estadista o integrador do território pátrio, dentro em breve o conquistador pacífico de uma nova província na alta bacia do Acre, do Purus e do Juruá? Essa a indagação não formulada do público brasileiro.

* * *

Permitiam-lhe as condições especiais em que ia tomar conta de seu Ministério agir com plena independência de coração, sem que o pudessem acusar de menospreço ou de ingratidão.

Nenhum liame o prendia aos agrupamentos partidários do país. Pensava ele que o que estava feito, feito estava. Cumpria melhorá-lo e progredir, nunca retroceder a formas políticas definitivamente abolidas. Na mais sincera e nobre significação do termo, era um *rallié*.

Fervorosamente dedicado à pátria, não lhe aprazia, entretanto, celebrar os ritos de seu culto nas inúmeras igrejinhas, monopolizadoras cada uma do sentimento patriótico.

Era mais vasta e mais alta sua concepção do dever para com o Brasil.

Havia um escolho nessa posição marginal, ou antes acima dos grupos mais ou menos intolerantes que se revezavam na direção das coisas públicas. Era parecer confundi-los todos no mesmo desprezo comum e assim ligá-los todos contra a ação que intentava desenvolver.

Fora erro grave e que não corresponderia aos sentimentos íntimos do novo ministro.

Era firme convicção sua que as relações exteriores de um país escapam, por lhes serem superiores, às agitações partidárias, nas próprias nações onde existem partidos organizados duradouros.

Mais ainda lhes ficariam a cavaleiro, em se tratando de uma República Presidencial, dotada de uma Constituição adiantadíssima em seu conjunto, na qual vinham solvidos debates mantidos por decênios no Brasil Império, regime novo no qual, segundo a observação profunda de Alcorta, parece difícil, quiçá impossível, fundarem-se agremiações políticas permanentes.

A esse regime devemos, talvez, a efêmera duração dos partidos, malogradas todas as tentativas nesse sentido. A ele, ainda, são atribuíveis o predomínio de certas personalidades, em falta da regência de idéias; a feição pessoal das lutas, com seu séquito de ferocidade,

que as paixões humanas provocam, mais do que as divergências de pensamento.

Capelas a se multiplicarem indefinidamente, em vez da catedral única. O pulular de cismas, em vez da única e solene religião da pátria.

Tais construções ruiriam, mais dias menos dias. Mas a política internacional do país, reflexo de suas necessidades permanentes e de seus deveres para com o complexo dos povos, continuaria ativa. Não podia, pois, ser privilégio, em seus grandes rumos gerais, de organizações frágeis e caducas. Era dever pairasse acima de todas, expressão da vontade do Brasil, e não da de qualquer dos grupos oriundos de tal dispersão fragmentária.

Era, portanto, sincero e entranhado seu esforço por atrair para sua orientação diplomática colaboradores de todos os feitios mentais, nas câmaras e fora delas. Empenhado em fazer uma política exterior nacional, lograria seu intento pela coadjuvação constante de todos os brasileiros, irmanados no mesmo ideal que animava ao chefe eminente da Chancelaria.

Nem sempre foi compreendido, principalmente nos primeiros tempos de governo. Despertou, mesmo, fundas lutas. Em algumas, talvez mais provocasse o choque a pessoa do ministro do que a obra criticada. São páginas voltadas, entretanto. Pouco a pouco, serenou o ambiente, no qual, por fim, inteiramente purificado, nenhum laivo de dúvida sobrou, deixando sequer resquícios de suspeita sobre os móveis orientadores da ação do Itamaraty.

Não foi sem custo, cumpre acrescentar.

Valeu-lhe esse estranho poder de sedução a que era impossível resistir, e que do mais indiferente fazia, após alguns instantes de palestra com o cintilante *causeur*, um admirador, não raro um amigo.

Tinha viajado muito e sabia observar. Sua memória era poderosa, inesgotável a veia de leve humorismo, pinturesca sua narrativa. Movido por crenças arraigadas, possuía o dom de fazer prosélitos. A cada um, falava a língua adequada. Convencia, pela profundidade e sinceridade das próprias convicções. Nenhuma liga de considerações pessoais, subalternas, minguava o quilate do metal

precioso de sua dedicação ao Brasil. Pelo exemplo, conquistava dedicações.

Aos que penetravam mais longe em sua intimidade, impressionavam a feição carinhosa de seu trato, a meiguice real, intrínseca desse colosso de voz por vezes rugidora, a ingenuidade de expressões e de certas fases psíquicas, que um amigo seguro e leal, Assis Brasil, com felicidade aproximou da graça infantil.

Mais difícil, entretanto, era merecer-lhe a confiança completa, essa situação em que as almas se revelam desnudas e em que conversar é pensar em voz alta.

A Rio Branco chocava freqüentemente a loquacidade incontida de certos interlocutores. Em alguns, mesmo de valor, notava a excessiva garrulice. O brasileiro havia desaprendido de ouvir e calar, dizia ele, e, não raro, ao êxito do dito agudo sacrificava interesses de maior monta.

Por isso, podiam-se contar nos dedos das mãos ambas, e talvez fosse exagerado o cômputo, aqueles que tinham a honra de conhecer o pensamento completo do grande chanceler.

Fosse qual fosse, porém, o grau de relações que o ligava ao ministro, o ouvinte seduzido, deslumbrado e respeitoso, tornava-se colaborador. Chama sempre acesa de amor à pátria, o ardor comunicativo do Barão em servir o Brasil ateava incêndios semelhantes em quem dele se acercava.

Contágio do grande ideal de sacrifício sem limites à terra natal.

Um dos mais belos exemplos desse fato foi o nobre auxílio da quase unanimidade da imprensa à ação fecunda da nossa diplomacia.

Salvo um ou outro eclipse, sem alcance e que Rio Branco era o primeiro a relevar, essa coadjuvação ininterrupta atenuou e facilitou a solução em períodos difíceis de nossa vida internacional, em momentos agudos de negociações espinhosas. Campanhas houve em que foi inexcedível o brilho desse trabalho jornalístico. Talvez nenhuma sobrepuje em fulgor a que teve por objeto o Tratado de Petrópolis.

Velho homem de imprensa, o ministro nunca pudera desfazer-se dos antigos hábitos. Colaborava também, quando lhe sobrava

tempo ou julgava oportuno à discussão diplomática em andamento, em vários periódicos da capital. Por vezes, enviava as tiras redigidas por ele próprio, com aquela sua letra característica, clara, em pé, arredondada nas extremidades, muito ligada. Outras, por volta da meia-noite, entrava portas a dentro das redações, e na mesa de um repórter, honrado com tal escolha, escrevia uma local que julgava dever divulgar, ou corrigia provas de algum artigo de maior importância. Ainda hoje, conservam-se carinhosamente esses autógrafos.

Em seu afã de congregar todos os brasileiros em torno da obra internacional que dirigia, apelava para todas as dedicações, inflamava aos tímidos, reanimava aos desfalecidos, incutia novo ardor nos mais pugnazes, a todos comunicava seu próprio calor.

Nada servia de pretexto para lhe recusar auxílio à atividade. Crente nas normas que adotara, compreendia e admitia todos os dissídios intelectuais. Esforçava-se por dissipá-los. Raro não alcançava fazer partilhar seu ponto de vista. Nenhum influxo tais divergências exerciam nas relações com o dissidente, ao qual continuava a tributar o mesmo respeito, as mesmas atenções. Oposição de idéias não era pretexto para retaliar; valeria por um incitamento a novas investigações.

Falta de uniformidade houve entre os negociadores brasileiros no modo de considerar o tratado com a Bolívia, fixando a nova fronteira pelo Acre. “O plenipotenciário vencido”, como se intitulou o eminente Rui Barbosa, foi o escolhido para missão mais alta ainda: a Conferência da Haia.

Quem trabalhasse com Rio Branco tinha de sujeitar-se a uma verdadeira e íntima colaboração. Ao receber a contribuição de seu ajudante, fosse qual fosse sua categoria, era o primeiro movimento seu molhar a pena para corrigir o memorial, mesmo antes de o ter lido. Em compensação, e para ser justo se diga que ele era o primeiro a aceitar o exame e, eventualmente, a modificação de suas opiniões e pareceres.

Tornou-se extraordinário como condutor de homens.

Não eram tanto ordens e notas que precisava prodigalizar: seu pensamento, comum a todos, conseguira pairar sobre a hierarquia inteira, ser por esta interpretado e posto em prática.

Polarizavam-se para um alvo comum todos os esforços, tornados solidários. A obediência já não era ato de mera disciplina; era entusiasmo, compreensão inteligente. E essa é a verdadeira medida do valor de um chefe.

Curiosa forma de trabalhar a sua, a que exigia de seus assistentes. De cada vez, uma questão apenas. Não se subdividia a atenção por vários problemas a um tempo. Mas, relativamente ao caso em estudo, multiplicavam-se as providências, rebuscavam-se as fontes informadoras, avisavam-se todos os elementos concorrentes à solução, previam-se as objeções, mesmo as que menos probabilidades ofereciam de ser levantadas.

Quando vierem a público, o que certamente se dará em época oportuna, os documentos contemporâneos do Ministério das Relações Exteriores, talvez se considerem modelares as linhas em que foram tratadas as questões da Conferência da Haia, de acordo com o nosso embaixador nessa augusta Assembléia; as negociações relativas ao Acre; os incidentes do Pacífico em que puderam exercer-se, serenos e conciliantes, os bons ofícios do Brasil.

Notas, poucas; mas essas, precisas e exaustivas. Correspondência telegráfica extensa, para a providência imediata, segundo um ritmo igual à rapidez das cambiantes diplomáticas, nos momentos de crise.

* * *

Com esse método de trabalho e no meio que, a largos traços, procuramos caracterizar, ia o novo ministro iniciar sua gestão e realizar as idéias de que vinha animado. Convém examiná-las sumariamente.

Era imprescindível reabilitar-nos perante o mundo.

As duas presidências de Prudente de Moraes e de Campos Salles muito haviam feito nesse sentido, quanto à ordem interna e à vida financeira. Cumpria obter resultados análogos no domínio internacional. Para isto, volta à tradição do Império.

Quanto ao continente sul-americano: relações cada vez mais estreitas com as nações confrontantes; dissipar desconfianças; em

todas, auxiliar o desenvolvimento, a ascensão gradual a níveis mais altos; compreender que o progresso de cada qual é vantajoso a todas e agir de conformidade com essa norma, envidando esforços por acelerar a evolução; repelir toda idéia de tutela ou de hegemonia, instituindo uma política de verdadeira confraternização; guardar neutralidade nas contendas locais; aplinar desinteligência. Em toda parte, em suma, levar a palavra de paz, em condições de se fazer ouvida e acatada; mostrar que o perigo, caso viesse a existir, não podia ser senão externo a todas, comum portanto, e não de um país americano a outro.

Quanto aos Estados Unidos: manter a nossa velha regra, a mais íntima colaboração entre os dois governos; a doutrina de Monroe, parte integrante da política exterior brasileira.

Quanto às nações européias, a filiação histórica impunha uma rota de cordialidade agradecida; de desejada colaboração no progresso comum; de respeito aos tratados e a tendências que vinham desde Utrecht, manifestadas na correspondência do plenipotenciário português, D. Luiz da Cunha, no tocante à exclusiva posse da bacia do Amazonas por Portugal e Espanha, e, hoje, com o transcorrer dos séculos, alargadas de modo que abrangesse o território inteiro da América, onde só poderiam permanecer nações herdeiras das duas coroas peninsulares. As mesmas colônias guianenses não poderiam ampliar-se.

A sinceridade de nossa orientação sul-americana tinha por si oitenta anos de história. Nunca interviéramos em negócios estranhos, senão por solicitação dos interessados, confessada por seus próprios analistas, ou por provocação direta.

Mas o que podia compreender-se em tempos perturbados, que tinham como tipos representativos os Rosas, Uribe, Facundo Quiroga, López, deixava de ser aceitável após a rápida floração que havia transformado em grandes e poderosos Estados, de grande cultura e requintada civilização, as republiquetas tumultuárias de outrora. Novo penhor do respeito às liberdades alheias que caracterizaria nossas relações com entidades políticas confrontantes.

Um país como o Brasil, entretanto, não pode arriscar-se a ver sua palavra apaziguadora violentamente suprimida pela força brutal. Há graus no adiantamento continental. A geografia e o passado impõem-nos precauções, que não são ameaças.

Por outro lado, Rio Branco havia assistido na Europa à criação do império colonial de vários povos.

A França conquistara a Indochina e o Tonquim; irradiara do litoral Atlântico e do Mediterrâneo para constituir seu domínio africano, ciclo talvez encerrado, hoje, com o protetorado marroquino, mau grado as interrogações postas no recente acordo franco-espanhol.

A Itália, lograda em Túnis, repelida na Abissínia, contentara-se com a Eritréia e ia preparando a campanha da Tripolitânia e da Cirenaica.

A Inglaterra assenhoreara-se do Egito, das repúblicas sul-africanas.

A Alemanha, batida no Golfo Pérsico, vinha conquistando economicamente a Ásia Menor e seu *hinterland*, pela sua preponderância em Istambul, pela rede ferroviária de que Bagdá seria o eixo; na África, hóspede chegado tarde – *sero venientibus...* – contentara-se de trechos desprezados por outras nações.

As próprias possessões portuguesas no continente negro eram alvo de tratado de partilha entre a cobiça germânica e a anglo-saxônica.

No Extremo Oriente, o Japão, pelo Tratado de Shimonoseki, entrara na mesma senda imperialista, prolongada mais tarde na guerra com a Rússia.

Esta, sem tréguas, caminhara para Leste até enfrentar com o Império do Sol Nascente e ser vencida por ele.

Na China, as concessões européias alargavam-se, iniciando uma era de anexações futuras. Reinos tributários iam sendo absorvidos por vizinhos mais poderosos.

Na América, havia surgido tendência igual. Os Estados Unidos, premidos pelo problema político do Pacífico, pela defesa de sua dúplice testada oceânica, pela necessidade vital de dominarem as vias de acesso ao Istmo, tinham aproveitado sua luta contra a Espanha,

conquistando-lhe as colônias, e solvida a questão de Panamá, promovendo a independência da República desse nome, mal disfarçado protetorado, com cessão de soberania na zona do canal entre os dois mares.

Em nossa própria pátria, expedições como as do Amapá e a de Trindade eram indício visível do conceito alienígena de que éramos terra partilhável. A campanha européia, em favor ou contra a constituição de uma província alemã no Brasil meridional, não era de molde que atenuasse a impressão da ameaça que pairava no ar.

E não faltavam teóricos que, a pretexto de colonização exterior, endossassem a projeção da nacionalidade além de suas fronteiras naturais e formulassem o processo a seguir: a infiltração econômica, as indústrias monopolizadas, a preponderância comercial, as relações de dependência política até a anexação como fórmula final.

Certo, para impedir tais implantações européias em território americano fora justificado invocar o auxílio da doutrina de Monroe, em seu aspecto ativo. Mas, em vez dessa tutela, mais digno seria e mais viril reagir com as forças ingênicas do país.

De fato, não merece viver, aspirar foros de unidade política soberana no concerto das nações, aquela que, para figurar nos mapas, recorre à proteção de outra, em vez de defender sua liberdade e proteger sua independência com a totalidade de seus recursos.

Soberania implica o ânimo de lhe sacrificar existência, conforto e interesses para a manter.

Para isso, para garantir a autonomia nacional, para dar à sua palavra e à sua gestão pacífica nos negócios continentais e outros o peso e a serenidade de quem não pode ser reduzido a silêncio por ameaças alheias, era necessário, e ainda o é, que o Brasil estivesse aparelhado nesses dois outros ramos administrativos que, com o das relações exteriores, enfeixam o problema da defesa nacional no Ministério da Guerra e no da Marinha.

A essa orientação de paz, mas de paz assegurada pela consciência da força, caso necessário, a fim de não temer perturbações; a esse dever da conservação nacional quiseram críticos superficiais, quando

não voluntariamente mal intencionados, atribuir tendências imperialistas, agressivas, de conquista militar!...

Olvidados de que o Brasil – com 8 ½ milhões de quilômetros quadrados de superfície e 25 milhões, apenas, de habitantes – não precisa de terras, sim de homens. E esses, só a tranquilidade, o viver seguro, a calma do progresso pacífico os atrai.

Ainda para aparentarem visos de argumentos em favor de tão fútil increpação, arquitetaram teorias de incompatibilidades pessoais ou regionais, fazendo de Rio Branco, esse modelo de bom senso equilibrado, de cérebro consciente e avisado, o elemento perturbador da paz continental...

Era deslocar a questão.

Necessário é, por vezes, que os governos saibam sacrificar seu desejo de popularidade, arrostar o sentimento egoísta do povo, a fim de não assumirem perante a História responsabilidades infinitamente mais graves. Horas há em que o problema é posto entre a cortesia a clientelas e o dever para com a nação. O país hesita, não raro, mas, voltadas a calma e a reflexão, aplaude o chefe de Estado cômico de sua missão de resguardar o futuro nacional.

Por essa forma se apresenta a questão do preparo militar de um povo.

Seja como for, à custa de quaisquer esforços e provações, a existência como nação deve ser assegurada nas condições impostas pelos fatores geográficos e pelas considerações históricas.

Não é lícito, do fato de dada situação de armamentos, tirar induções políticas. Tais questões tratam-se intrinsecamente, de acordo com as necessidades de cada entidade política e com suas possibilidades. E, por isso, a resposta a modificações no valor militar de um país só pode ser militar também por parte dos outros grêmios interessados. Não se compreende, portanto, a pretexto do exercício do direito de defesa de cada qual, do modo por que a entende e pratica, que se venha afirmar estas ou aquelas intenções hostis, agressões contra esse ou aquele adversário.

Sem paradoxo, pode-se afirmar que é freqüentíssimo o caso da preparação bélica ser um instrumento de paz. Operação de seguro internacional contra o inopinado, tão freqüente na lição dos tempos, quando a parada e o revide aos golpes se não podem improvisar, e exigem longo preparo anterior.

Não o provou o Brasil até 1889? Sua preponderância material no continente era indiscutida. Nunca, entretanto, premiu ou ameaçou.

Não. O ponto de vista era outro. Sabia Rio Branco que fala com autoridade, com verbo sereno, principalmente quando tem de proferir palavras pacificadoras, contrárias quase sempre aos extremos de exaltados, somente aquele cuja imparcialidade é insuspeita pelo desinteresse pessoal absoluto, pela energia com que poderia agir em vez de aconselhar.

A força de que o Brasil havia de dispor não se voltaria contra contendores predeterminados. Valeria contra quaisquer, porém como meio de repelir agressões alheias.

É indispensável que, antes de meio século, pelo menos quatro ou cinco das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, em recursos defensivos, como a nossa grande irmã do Norte, a competir com os mais poderosos Estados do mundo.

Nada mais claro do que essas palavras do egrégio chanceler na sessão de abertura do Terceiro Congresso Científico Latino-Americano, em 1905, no Rio.

Era o alvo fortalecer o continente contra ameaças que fossem comuns. O fundamento essencial, de que pouco se quer falar, mas em que cumpre meditar sempre, da *entente* entre a Argentina, o Brasil e o Chile.

A ninguém ameaçava. “Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso”, explicava ele mais tarde encerrando a Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906.

E é compreensível o empenho de cordialidade continental das Américas, quando se vê que nelas fermenta, imprecisa ainda, a noção de um nobre dever a cumprir no desdobrar dos acontecimentos mundiais, e, na isenção histórica e geográfica de contingências que a herança dos séculos impôs à Europa, encontra bases para normas mais depuradas no viver coletivo, ideais mais altos de um altruísmo menos mesclado de interesses subalternos, lições mais fecundas de solidariedade humana. Não é esse o substrato basilar das tentativas de codificação de um Direito Internacional americano?

Pondere-se, ainda, que não se entra a pactuar sem trazer cada qual seu quinhão de elementos dinâmicos, que permitam sustentar a diretriz comum. Como celebrar acordos mais detalhados, traçar rotas mais definidas, aceitar incumbências coletivas mais graves, sem estarem igualmente amparados os novos rumos entre todas as partes contratantes, dispondo todas de meios equivalentes, de energia e de previsão, para assegurarem o êxito a seus fins de orientação conjunta?

Esse fator indispensável nas trocas de vistas, eventuais, vinha, por assim dizer, imposto ao Brasil pela sustentação da doutrina de Monroe, parte integrante e capital de nossa política externa, não somente para uso e benefício nosso, mas de que tínhamos também, como temos, de acarretar a parte que nos toca de co-responsabilidade.

Rio Branco, que pensava como idealista e da mesma sorte inspirava sua ação, era um espírito eminentemente prático em se tratando de executar. No convívio em países estrangeiros perdera, se é que algum dia a tivera, essa deficiência mental, tão nossa, que consiste na ilusão gráfica.

Não lhe parecia solvido um problema, por ter sido objeto de um regulamento, de uma lei, de um tratado. Levava até à minúcia a preocupação pelo desempenho da responsabilidade assumida.

Partidário de uma política de realizações, procedeu quanto às forças armadas como fazia com as demais questões a que houvesse de superintender. “Os Senhores começam onde a missão de meu Ministério se interrompe”, costumava ele repetir aos numerosos oficiais que, respeitosos, o cercavam sempre, certos de nele encontrarem um amigo e um discernidor de mérito. Era-lhe impossível desinteressar-se

de órgãos da economia nacional que, porventura, teria de utilizar. E por isso instava sempre para que nosso edifício militar se não limitasse a uma simples fachada, atrás da qual nada existisse.

A essa obra de previsão, de amor à independência nacional, de garantia às soberanias continentais na fase de expansão imperialista que o mundo atravessa, a esse alto empenho de puro americanismo quiseram apodar como tendência retrógrada de militarismo nosso, ou visos de imperialismo brasileiro!...

Não pensava, contudo, o chefe de nossa diplomacia que o segredo do triunfo estivesse na força. Melhor do que ele, ninguém agiu no sentido do conceito que Guilherme II acaba de tão bem resumir em seu recente discurso de Koenigsberg: “Não basta o êxito militar para fundar o porvir e o destino de uma nação. Tudo depende da força moral que possua”.

Essa, exatamente, era a norma seguida no Itamaraty.

O alvo, nas negociações, não era tanto chegar a soluções conformes aos tratados e às modificações trazidas pelo tempo aos problemas em estudo. Esse fora um ângulo de visão mais estreito, o do especialista.

O que se colimava era fundar uma verdadeira cooperação de povos americanos, fazer do conjunto de seus respectivos territórios o Continente da Paz. Obra de estadista.

Nela se inspirou Rio Branco. Nunca se apartou desse grande escopo. Por ele pautou seus atos todos, desde o momento em que, constrangido, veio colaborar no governo do Conselheiro Rodrigues Alves.

E começou então a notabilíssima série de grandes atos internacionais, de que o Brasil se ufana com tanto motivo.

* * *

O mais urgente era o caso do Acre, para onde já marchavam forças regulares bolivianas a fim de submeterem, no então chamado *Territorio de Colonias*, as populações, brasileiras em sua quase totalidade, rebeladas contra a Bolívia e contra o sindicato arrendatário.

Para assegurarem a fronteira, evitarem choques sangrentos, impedirem violências contra compatriotas da zona limítrofe, tropas brasileiras haviam sido mobilizadas também e ocupavam militarmente o território litigioso.

Preciso é reler as páginas admiráveis da Exposição de 27 de dezembro de 1903 em que o ministro justificou perante o Presidente da República o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro do mesmo ano, para avaliar as dificuldades vencidas, os altos fins pacíficos inspiradores e triunfantes na decisão final sem ressentimento nem humilhações, sem deslize para qualquer das altas partes contratantes, com honra para ambas, que saíram da contenda mais ligadas ainda do que antes da controvérsia.

A energia, a calma, o golpe de vista superior do homem de Estado haviam conseguido impor a paz, por algum tempo seriamente ameaçada, entre duas, quiçá três nações continentais.

O grande ato inicial do chanceler fora de mestre consumado. Solvia uma questão incandescente. Novamente grangeava relações amistosas com uma potência vizinha, a que tantos interesses comuns nos ligavam. Estava reconquistado o nível primeiro do Brasil na assembléia dos povos americanos.

Seguiu-se então o complexo de negociações que, em seis anos, de 1903 a 1909, delimitaram nossa pátria nas zonas onde a fronteira ainda permanecia indecisa.

Graças aos esforços do grande ministro, à sua tenacidade, ao seu profundo conhecimento da tradição diplomática nos assuntos lindeiros, desde o Império, ficava fechado o perímetro de nossa terra. E do primeiro ao último dos atos relativos a essa obra imensa, mantivera una e invariável nossa orientação: o *uti possidetis*, na falta ou na invalidez do direito convencional; a negociação direta para dirimir litígios, e, em último recurso, o arbitramento.

Rio Branco mostrara-se digno de seus maiores, igual aos mais eminentes. A ele devemos ter tido em dezessete anos, de 1892 a 1909, solvidos todos os problemas da linha divisória, que vinham debatidos, a bem dizer, desde as bulas de Alexandre VI e o Tratado

de Tordesilhas, em 1494. Quatro séculos de obstáculos acumulados, de complicações históricas, de dúvidas geográficas, de debates jurídicos tornavam-se uma página voltada da história, graças ao labor titânico do brasileiro excelso.

Não bastava, entretanto, delimitar o Brasil para assegurar sua política sempre pacífica, embora esse fosse o método mais pronto e mais seguro para remover da arena das contendas a causa mais freqüente delas: os conflitos de fronteiras.

Era mister locar a linha separadora, e esse foi um dos grandes e mais vivos empenhos da Chancelaria. Trabalho moroso, exigindo cuidados especiais, meticolosas confrontações entre documentos gráficos, textos escritos, mapas geodésicos, protocolos de fixação de pontos, essa tarefa ainda vai em meio. A toda ela prestava Rio Branco o mais escrupuloso esforço de análise e de verificação. Sem receio de contestação séria, pode assegurar-se que, se questões graves, motivando tensão nas relações internacionais, incidentes lindeiros, foram evitados em grande número, para o futuro, deve-se o grande serviço à minúcia do exame pessoal feito pelo próprio ministro, nos poucos instantes que lhe sobravam de suas múltiplas ocupações.

Outras divergências, entretanto, poderiam surgir com países vizinhos e cumpria resolvê-las pacificamente.

Agressores, nunca o seríamos. Era seguro garante, mantido por nossa inquebrantável lealdade, o art. 88 da Constituição Federal, vedando por completo a expansão conquistadora. Mas para discordâncias outras? Esse o perigo, essa a possibilidade potencial de lutas, o gérmen de fundos dissídios.

Superiormente ideada, a solução foi a política dos tratados de arbitramento geral sistematizada pelo Barão do Rio Branco.

A não serem a Convenção com o Chile, que é de 18 de maio de 1899, embora trocadas as ratificações apenas em 1906, pelo Barão, que foi quem realizou essa formalidade definitiva; e o Tratado com a Argentina, de 7 de setembro de 1905, todos os demais, e são vinte e nove, efetuaram-se de 1909 a 1911.

A aproximação dessas datas mostra que, cessando o motivo que nos impedia de celebrar acordos gerais desse gênero pela delimitação completa do país, desde logo foi iniciada e sistematizada a política de remoção de conflitos pelo recurso ao juízo insuspeito de terceiros.

Basta citar os trinta e um países com que celebramos pactos dessa natureza – Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, China, Dinamarca, República Dominicana, Estados Unidos, Equador, França, Grécia, Grã-Bretanha, Haiti, Espanha, Honduras, Itália, México, Nicarágua, Noruega, Paraguai, Portugal, Panamá, Peru, Rússia, Salvador, Suécia, Uruguai e Venezuela –, para se verificar que ficaram firmadas regras dirimentes de controvérsias oriundas da contigüidade territorial; do desenvolvimento da população pela corrente migratória; de reclamações causadas pelo entrelaçamento de relações econômicas do Brasil com as principais potências. Da extensão do princípio arbitral e do espírito de solidariedade americana resultam, ainda, alguns desses atos.

Já não era pouco. Quis, e conseguiu ir além a ação previdente do chanceler brasileiro, reprimindo ou, pelo menos, atenuando o influxo predominante de certos fatores, que, no decurso de nossa história, haviam trazido momentos de sérias dificuldades na política externa.

Entre esses, avultava a cogitação das comunicações fluviais.

A linha de acesso mais pronto para Mato Grosso era o Prata e o Paraguai, diretriz que participa dos inconvenientes oriundos de regras vigentes e admitidas por nós em matéria de rios contíguos e de rios sucessivos, e ainda dos empecilhos estratégicos de uma linha de comunicações dominada por margens, onde se poderiam congregiar elementos bélicos adversos.

O Amazonas e alguns de seus afluentes, tipos de rios sucessivos, alguns, e, outros, tipos de rios contíguos, repetiam na região setentrional, em sentido inverso do caso do Prata, o mesmo problema jurídico.

A sul, éramos os ribeirinhos de montante sujeitos ao predomínio geográfico e político do desaguadouro em país estrangeiro.

A norte, senhores do exutório, premiamos as comunicações dos ribeirinhos superiores.

A essas exigências, simultâneas e contraditórias, obedeceu sempre a orientação brasileira. Sustentava esta que “quando um rio atravessa o território de dois ou mais Estados, a liberdade de navegação ou de trânsito para o ribeirão superior depende de prévio acordo com o ribeirão inferior, acordo que contenha a cláusula de reciprocidade”.

Era a afirmação de que, para se conceder o livre tráfego fluvial, cabia às soberanias a que pertence o rio o direito absoluto e exclusivo de regular a navegação, em convenções especiais.

E assim foi feito por nossos governos, dos atos de 1866 e 1867, abrindo à franca utilização determinados caudais, alguns mesmo interiores, até aos tratados de navegação em que se estipularam as condições do uso recíproco das correntes, nos trechos pertencentes aos respectivos Estados contratantes.

Toda a experiência histórica do Brasil aí estava, entretanto, para provar os atritos que surgiam nesse ponto, mesmo na vigência do direito convencional, além de graves inconvenientes que poderiam sobrevir em circunstâncias especiais.

Melhor, mais prudente, era evitar de pôr à prova a eficácia dos tratados, nesse delicadíssimo assunto, e recorrer a meios outros de acesso às diferentes zonas do país.

Nessa conformidade, a ninguém é estranho quanto a Chancelaria do Itamaraty influiu poderosa, ininterrupta e uniformemente, no plano de melhorar as linhas de trânsito internas do país. O desenvolvimento da rede ferroviária em busca da margem esquerda do Uruguai, da barranca brasileira do Paraná e da cidade de Corumbá, no Paraguai, atestam esse empenho.

Esta última, a Estrada de Ferro Noroeste, para nós vale pela solução prática do problema do Prata, nos casos exclusivamente brasileiros. Reproduz, com variantes poucas, o antigo roteiro das

monções bandeirantes, o “caminho dos rios”, que permitiu outrora a conquista de Mato Grosso e hoje assegura sua incorporação ao Brasil. Ainda possui a vantagem de remover da tela dos debates motivos de possíveis divergências internacionais, de gravidade evidente. Obra de paz, portanto.

Tinha Rio Branco a intuição profunda de que o Brasil precisa estar presente em todas as capitais americanas, em posição de destaque e tendo voz ativa em todas as questões referentes à América. Mas precisa estar efetivamente presente, e ter voz de autoridade bastante para se fazer ouvida, a fim de cooperar no ideal comum ao continente.

Para esta larga empresa de convergência de povos em torno dos comuns destinos da América e de uma coletiva missão pacífica, as condições históricas indicam Washington como centro em que se encontram os mais poderosos elementos de ação.

O Brasil, que fez sua, desde que foi proclamada, a doutrina de Monroe, e a incorporou, vai para um século, no número dos princípios operantes de sua política externa; o Brasil, pois, está evidentemente indicado, e em situação excepcional, para desempenhar ou auxiliar a nobre tarefa, conjugados seus esforços aos da grande República do Norte.

Cada vez mais deveriam acentuar-se essas concordâncias de ação.

Decair, nesse empreendimento superior, valeria por desertar de uma incumbência de civilização. Ausência ou fuga, equivalentes perante a moral política, seria a confissão de incapacidade de compreender o rumo para o qual nos impele a evolução ascensional, na fase em que para o mundo inteiro se delineia, embora imprecisamente ainda, a noção de um dever americano a cumprir nas relações humanas. Negar-se a obrigações tão altas, não é somente passível de censura e admirada crítica: é negar o possível advento de hipóteses políticas plausíveis no cenário mundial, com o colaborar nosso. É o suicídio moral de uma nação que, voluntariamente, amputa suas mais generosas aspirações para o bem geral. É fugir a encetar o caminho que leva às culminâncias onde só se estabelecem, estavelmente, as potências de primeira plana.

A essa grande norma, de generoso acordo de vistas em prol da paz do mundo, entre nossa pátria e os Estados Unidos, dizia Joaquim Nabuco que dedicaria todas as energias de seu cérebro, todos os impulsos de seu coração. Esta seria a paixão da sua idade madura, como a abolição o fora de sua mocidade.

Esse também o sentimento profundo do seu chefe no Itamaraty. Falando no Rio, em 1905, perante o Congresso Científico Latino-Americano, endereçava essas palavras ao continente inteiro:

Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime que o atual, era, na frase do ilustre General Mitre, uma verdadeira ‘democracia coroada’, e a diferença de forma de governo podia fazer crer em diferenças de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar de espírito agressivo, de expansão e de conquista, que mui injustamente se nos tem querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, e dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado.

Para realizar esse nobilíssimo programa de concórdia e de surto progressivo continental, era mister intensificar os laços de íntimo comércio, de recíproca confiança entre os povos americanos, a fim de, em ambiente de generosa emulação, cooperarem todos para o engrandecimento dessa fração do planeta, na paz e na ascensão para ideais mais altos.

Não fora esta uma diretriz aceita ou determinada à última hora pela pressão dos acontecimentos.

Já o Império o compreendera e nesse rumo agira em suas relações internacionais. A história das várias tentativas de assembléias

americanas bem o prova, nas declarações oficiais do nosso governo, subordinado sempre ao dúplice escopo dos fins pacíficos da reunião para com todas as nações e da exequibilidade dos alvos inspiradores.

Blaine ia fazer entrar em fase nova esses esforços; de exígua origem talvez, de possibilidades ilimitadas em bem da paz, como admiravelmente salientou no discurso inaugural da Primeira Conferência Pan-Americana, em Washington, de 1889 a 1890.

O momento, pouco favorável, em que fora convocada, não permitira delinear seguramente esse aparelho de aproximação política. A par da inexperiência própria e da hesitação inicial de toda criação nova, havia demasiada desigualdade no estado de espírito das nações presentes. Reinava intensa dúvida sobre os fins reais da empresa, mal esclarecidos pela propaganda anterior e pelas gestões diplomáticas dos Estados Unidos. Ressentimentos fundos existiam entre as repúblicas do Pacífico. A proclamação da República brasileira viera lançar novo elemento de flutuação nos trabalhos da assembléia, que se queria fazer anfitriônica.

E a conferência de Washington, após seis meses de longo labor desconexo, havia de se dissolver sem resultados apreciáveis. Dois gérmens ficavam, entretanto, nucleares de organizações que se desdobrariam por forma prática: o *Bureau* das Repúblicas Americanas, a comissão dos estudos da estrada de ferro intercontinental.

A segunda conferência, em México, durou três meses e manifestou-se estéril, tal o ambiente em que tentou trabalhar. Fortaleceu-se em pouco a ação do *Bureau*. Proclamou-se a adesão aos princípios firmados na Haia, em 1899, quanto à solução pacífica dos conflitos. José Higino, nosso representante, que ali morreu, teve a iniciativa de propor a codificação do direito internacional.

A terceira conferência, no Rio de Janeiro, pode sem favor ser apresentada como o início de uma ação conjunta das duas Américas. Trinta e seis dias apenas durou, de 23 de julho a 27 de agosto de 1905. Mas seu programa, cuidadosamente elaborado, teve execução. Pouca oratória nos debates. Grande esforço nas comissões, que

levavam ao plenário o resultado dos acordos obtidos. E o pensamento pacífico, normalizador de situações jurídicas de um ponto de vista coletivo, desdobrou-se em uma série de grandes convenções e de resoluções, algumas já hoje incorporadas em nossas leis: tais a que regula as patentes de invenção, desenhos, modelos industriais, marcas de fábrica e comércio; a que firma regras concernentes à Estrada de Ferro Pan-Americana; a que cria a Comissão Americana de Jurisconsultos para a Codificação do Direito Internacional Público e do Privado; e a que fixa as condições dos cidadãos naturalizados que renovem a residência em seu país de origem.

Entravam as conferências em sua frase operante, com a orientação prática, segura e serena, amiga de realizações, das grandes mentalidades do chanceler brasileiro e de Joaquim Nabuco.

Algumas das resoluções eram de alcance coletivo imenso, tal a que se refere à codificação das regras jurídicas internacionais. Trabalho de grande fôlego, em que se empenham esforços mentais consideráveis, ocupou Rio Branco até sua morte, continua em andamento, e ainda exigirá larga messe de estudos e de acerto de opiniões. Que progresso, entretanto, quando de um pólo a outro, a América possuir uma regra única, comum para reger os atos e os fatos internacionais!

A Conferência de Buenos Aires, quarta da série, prosseguiu na mesma orientação. Um dos seus melhores serviços foi a remodelação do *Bureau* em linhas mais amplas, constituindo a *União Pan-Americana*.

Dessa forma especial de encarar os problemas internacionais, com preponderância do ponto de vista continental, deu provas o Brasil, mais uma vez, sob a inspiração de Rio Branco, no Tratado de 1909 com o Uruguai, sob o condomínio das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

O que foi esse pensamento político nas relações com todos os povos do planeta, disse-o altivamente Rui Barbosa, cujas admiráveis iniciativas na Haia refletiam a diretriz internacional brasileira, consonando estreitamente com as convicções e as normas de agir do Itamaraty.

Por toda parte, na América e fora dela, o mesmo ideal de paz, de respeito a todos os direitos, de remoção de quantas causas pudessem criar ou avivar divergências, de sincero acatamento à independência de países fracos, de animação ao progresso em todos eles, de mediação amistosa por dissipar prevenções injustificadas e atritos, por vezes graves, entre nações amigas.

Resumiu tais normas o Ministro das Relações Exteriores, falando em nome do Governo brasileiro, ao encerrar a Conferência do Rio de Janeiro.

O bem que a todos nós fez a atual Conferência Internacional do Rio de Janeiro penso que é considerável. Um dos distintos membros desta assembléia, em vossa presença, no Ministério das Relações Exteriores, e falando em vosso nome, disse ontem que ides daqui sair mais americanos do que viestes. Tão grande é o nosso anelo de que esse seja o sentimento geral, que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre como exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, e de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições de nossa política exterior, trabalharemos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e, particularmente, com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmos os mais cultos e cordatos. O dever do estadista e de todos homens de verdadeiro senso político é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este nosso Continente da América.

Às repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas, só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos, para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande gloriosa irmã do Norte, promotora dessas úteis conferências. Aos países

da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias, que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.

Levareis, Srs. Delegados, aos vossos governos e à vossa pátria estas declarações que são a expressão sincera do sentimento do Governo e do povo brasileiro.

Possam elas servir para apagar desconfianças mal nascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e tragam-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar.

Nenhum comentário dessa nobre orientação vale o exemplo da inflexível firmeza com que Rio Branco sempre a observou.

A serviço dela se achava ainda, quando, em seu gabinete de trabalho, no Itamaraty, a morte o veio ferir.

No modesto quarto de estudante pobre, onde exalou o derradeiro alento, cercavam-no livros, mapas, os mesmos instrumentos de estudo que lhe haviam permitido pelejar, pelo Brasil e pela América, o bom combate do progresso, da confraternidade continental, do esforço comum por atingir esferas mais altas de justiça e de bondade nas relações entre os homens e entre as nações.

À cabeceira do leito mortuário, nossa pátria não estava só, a deplorar o desaparecimento do filho ínclito. Do mundo inteiro, da América especialmente, vinham iguais testemunhos de dor e de gratidão pela obra e pelas diretrizes da ação do estadista extinto.

* * *

Havia chegado o momento do descanso.

Em sua idade madura, realizara seu sonho de mocidade: engrandecer o Brasil.

Em toda a sua existência, havia espargido a mancheias pelo mundo seus ideais de força e beleza para sua terra natal, de amor

entre os povos, de gravitação coletiva para a luz, para a inteligência, para o bem.

Erguera um monumento indestrutível, porque seus alicerces haviam descido abaixo da crosta acessível às revoluções superficiais e transitórias, e assentavam no rochedo da própria subestrutura do país.

Perduraria, porque, em suas linhas essenciais e em suas tendências reveladas, encarnara o gênio de uma raça e concretizara o sentir nacional.

Estava sua obra assegurada de viver, porque, em todos os níveis da sociedade brasileira, o exemplo insigne havia suscitado o entusiasmo e a dedicação dos discípulos, a energia dos continuadores.

A um povo, por longo tempo torturado pela mediania de cogitações obscuras, pelo rastejar dos processos, pela subalternidade dos móveis, rasgara largas perspectivas no azul, mostrando um grande dever a cumprir para consigo e para com seus semelhantes, e ensinara a suprema beleza do labor e do sacrifício pelo progresso humano. A esse povo renovara o ideal e restituíra uma alma.

Dera-lhe consciência de seu valor e de sua responsabilidade. Certo!... Poderá variar, em seus detalhes, a execução de seus projetos, o prosseguimento de seus planos. Pouco importa ao conjunto. Divergências de minguado valor não alterarão essencialmente a trajetória seguida. Permanecerá a mesma a equação que a define.

Como a chama de longínquo pouso – vacilante às vezes, oculta, mesmo, pela treva tempestuosa ou pelas voltas do caminho – vence afinal o negror inimigo e dirige os passos do viajante até a beira do fogo hospitaleiro, assim o pensamento egrégio de Rio Branco na caligem das horas difíceis, como no brilho radioso dos dias desanuviados, guiará, séculos em fora, os destinos do Brasil.

Chegara o ocaso dessa grande vida.

Revedo a estrada percorrida, à inquieta interrogação eterna dos espíritos desprendidos e de têmpera superior – se estaria cumprido o dever, todo o dever –, daria resposta um povo inteiro, mergulhado na dor. Não essa pueril lamentação que se limita a planger, mas a dor

máscula que busca honrar seus grandes mortos, seguindo-lhes os ensinamentos.

Finda estava sua tarefa. Podia repousar o imortal obreiro.
E serenamente adormeceu.

(Caeté, março de 1913)

Rio Branco

José Enrique Rodó*

(Del libro en prensa “El Mirador de Próspero”)

Aun dura la vibración de su caída, como la del roble secular, cuyo desplome se prolonga en largos ecos que repercuten de valle en valle. Todavía su imagen se destaca sobre las nuevas impresiones de cada día y es la impresión de su grandeza la que nos abstrae, a cada instante, del ruido de las cosas fugaces que trae y lleva el viento que pasa.

Impresión original y compleja de la grandeza de ese hombre! Por su acción infaliblemente victoriosa en el ensanche de las fronteras de su pueblo; por su inaudita fortuna de ganador de tierras, inmensas y pingues, infunde admiración parecida a la que se experimenta ante los grandes capitanes, redondeadores de los imperios y omnipotentes artífices del mapa político. Por la manera incruenta y puramente intelectual como realizó todos sus triunfos, provoca ese otro género de admiración que se consagra a las sumas personificaciones de la habilidad y el arte diplomáticos, a los entendimientos calculadores y sutiles, maestros en el manejo de los hombres, cuyo tipo dió el gran florentino del Renacimiento, sustituyendo a la supremacía de la fuerza brutal los recursos de la inteligencia convertida sin medio de acción y de dominio. Pero por el espíritu de lealtad, de rectitud, de nobleza – y, en ocasión gloriosa, de alto desinterés nacional, – que presidió a su obra patriótica, despierta un sentimiento semejante al que nos detiene ante los grandes idealistas, ante los hombres de genio humanitario, activos órganos del bien y educadores del sentido moral de los pueblos.

* (Montevideú, 1872–Palermo, 1917). Escritor, profesor, periodista e político uruguayo.

Concertando todos esos rasgos, que hacen resaltar la originalidad, acaso única, de una obra de engrandecimiento nacional realizada, no ya fuera de las torpes violencias de la guerra, sino aparte también de las bajas astucias de la política ladina y artera, surge un honor insigne para la civilización americana. Porque se revela que ella ha llegado ya, en algún aspecto, a aquel grado de capacidad creadora en que la sociedad humana no se limita a producir brillantes ejemplares de los caracteres típicos que le son propuestos por la tradición, sinó que alcanza a proponer moldes nuevos, donde la superioridad de las inteligencias y las voluntades toma otras formas características para modelo de las generaciones que se sucedan. A nuestro entender, la apología de Río Branco no puede concentrarse en elogio más alto ni más justo. Es el tipo profético que anuncia para el porvenir una estirpe de hombres de pensamiento y de acción, que han de ajustar a nuevas normas las relaciones de los pueblos y han de imprimir sello distinto a las artes de la diplomacia y de la política. Su significación americana, su significación universal, se cifrarán acaso en la historia por un carácter de iniciación, antitético y complementario del que se vincula al libro de *El Príncipe*.

Es condición peculiar de la muerte de estos hombres ilustres que, en la impresión que nos causa, se mezclen paradójicamente la sensación de una ausencia irreparable y la de una presencia persistente y triunfal, que la muerte no es capaz de aventar con sus alas de sombra. Tal en este caso. Río Branco ha muerto; pero señalando al histórico palacio que fué como el capullo de su actividad extraordinaria, puede decirse, con la frase famosa, que “todavía está allí”. “Todavía está allí”, por la segura permanencia de una política internacional de equidad, de concordia, de solidaridad americana, qui ya no vacilará en las relaciones del Continente, como no vacilan las cosas que giran sobre su eje o descansan sobre sus quicios. “Todavía está allí”, por el desenvolvimiento incontrastable de los destinos de un gran pueblo, que él completó en sus delimitaciones geográficas, con el impulso definitivo de su mano titánica. “Todavía está allí”, por la renovación de su consigna y de ejemplos en discípulos de orden superior, a quienes

toca continuar su obra y en quienes la dulce persuasión de su memoria augusta será la más eficaz energía de consecuencia y de perseveranza. “Todavía está allí”, y estará siempre! Y frente a la maravillosa bahía, pórtico inmenso de un mundo de encantos y opulencias, el viajero que vea levantarse la vigilante majestad del Corcovado, del Pan de Azúcar, del Tijuca, verá desplegarse también la gran sombra tutelar, no tendida e indolente, como la del *gigante deitado*, sino de pié, erguida de toda su talla, como el faro alzado en las cumbres para señalar un derrotero inmutable de justicia y civilización.

(Montevideo, 1913)

A minha primeira entrevista e o meu primeiro pedido...

(Simples nota íntima sem intimidade alguma)

João do Rio*

Então, o meu coração começou a bater de mais. O velho carro rangia na aspereza da areia, vagorosamente arrastado pela magreza melancólica dos cavalos veranistas. Embaixo corria fio d'água barrenta e da ribanceira exagerada dessa pretensiosa e pequena corrente, árvores empoeiradas esparramavam ramos, aqui e ali, dominando os montes de terra. Um integral silêncio parecia desdobrar-se na luz do sol. Estávamos na Westphalia.

O carro parou. Parou sossegadamente. Depois o cocheiro, esperando em vão que eu descesse, voltou-se:

– É aqui.

Era ali. Era a primeira porta a que minha mocidade ia bater. Tumultuariamente mil pensamentos escachoavam-me no cérebro. E não sabia bem por que subira, por que estava diante da casa notável. Atirara-me à vida, com uma vontade frenética. Os jornais, fechados às minhas revoluções literárias de adolescente, tinham cedido de súbito à pressão de um homem inteligente. Entrara para o jornal considerado incapaz de agir e quisera logo, escudada a timidez na representação da folha, ver os deputados, ver os políticos, ver os diplomatas. Não compreendia bem a princípio e afirmava. O jornal dava-me a impressão do turbilhão, onde fosse preciso bracejar incessantemente. E eu via a inveja forjando a calúnia sórdida, sentia a peçonha dos literatos emasculados, a ignorância recalcitrante dos políticos, a trama da ambição e do negócio. Teria de viver toda vida

* (Rio de Janeiro, RJ, 1881–1921) Pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, jornalista de grande renome (*Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*).

assim; resistiria, naufragaria? E eu que sonhava escrever vários livros importantes!

Então nesse estado de medo, diante do sofrimento que a vida proporciona ao mais feliz, quis recuar, pensei em profissões tranquilas, um momento chegou a passar-me pela mente a possibilidade de vir a ser empregado público. E estava assim, quando um dia Mario Cattaruzza, um dos talentos mais estranhos que têm aparecido no Brasil, ergueu a sua voz estentórica.

– Por que não és diplomata?

Generoso e bom, Mario, às quatro ou cinco crônicas publicadas por mim, estabelecera um escandaloso reclamo. Com seis meses de jornal, o único amigo de jornal era ele. Andávamos sempre os três: ele, Carlos Silva, amizade de rapaz, e eu. As suas palavras foram como uma súbita revelação. Lembrei o remodelamento do Corpo Diplomático, os meninos que o “grande homem” civilizava, criando a nova geração sob a sua alta influência. Quantos companheiros de exames se tinham feito secretários de legação! Surgiam-me cenas fugitivas, anedotas. O Francisco Pimentel, tão distinto e elegante, visitara uma vez apenas o chanceler e fora no dia seguinte despachado para Londres. Carlos Silva, aproximado por Cattaruzza da personalidade de Enéas Martins, seguira para a Colômbia. Se eu fosse para a Colômbia também?

Então, à porta da *Gazeta*, encontrei Domício da Gama. Domício da Gama fora discípulo de meu pai, quando estudava para engenheiro. De uma inteligência penetrante e cauta, de uma polidez perfeita, eu o sentia dessa fornada de homens cujo poder mental se alia à habilidade de não querer contrariar o semelhante, de criar simpatias. Da Academia, célebre literariamente, tratava-me acentuando bastante o ar confrade – o que colocava a minha oculta timidez a uma incomensurável distância.

Disse-lhe de um fôlego o meu desejo. Faltava-me a justeza da expressão. Sentia-me ridículo.

Não chegava a pedir e queria como uma criança. Domício foi perfeito.

– Sim, realmente, para a literatura, a vida de jornal... Devo dizer-lhe que é, entretanto, um pouco difícil. Em todo caso...tem alguém que se interessa pelo seu nome?

– Terei o senhor ...

– Nada vale.

– Mas é impossível então?

– Quem sabe? Em todo caso, posso apresentá-lo ao Barão...

– Quando?

– Quando? Amanhã, se quiser. Subo agora para Petrópolis; apareça amanhã, às 2 da tarde; farei o possível para que o nosso ministro o veja.

Não dormi. Via-me em presença do homem formidável, acolhido por ele. Via-me em viagem. Via-me em Paris, de casaca. Quem não se imagina uma vez em Paris, de casaca? Ergui-me às cinco da manhã, fui na barca das seis no tempo remoto em que havia barcas até Mauá; e, crispado, nervoso, com um terrível nó na garganta, fizera o carro rodar até aquela hora pelas alamedas da cidade, que toda gente acha interessante.

– Voltamos? indagou o cocheiro.

– Não, eu salto.

Saltei. Estaquei no portão entreaberto. Bati palmas. Havia do lado esquerdo do jardim uma espécie de barracão. Do lado direito baixo, com um ar de construção alemã em Santa Catarina, a velha casa do chanceler debruçava uma velha varanda para os canteiros pouco tratados.

Bati de novo. De repente o ar escureceu e uma lufada de vento passou. Era o anúncio da chuva fatal que interessantemente cai todas as tardes sobre Petrópolis. Então, arrisquei-me pelo jardim, cheguei à varanda e ia bater, mas vi-me no vidro da porta. Consertei a gravata, mirei-me. Que impressão causaria ?

Neste momento apareceu um criado loiro. Estava de casaca e com o colarinho e a camisa bastante sujos. Olhou-me ríspido.

– O Senhor Barão não recebe. Está em conferência com o Ministro da Itália.

- Entregue o meu cartão ao Sr. Dr. Domício.
- Também não recebe.
- Ele marcou-me hora.

Com mau modo, o importante fâmulos tomou o pedaço de papel onde ia o meu nome de menino, nome ignorado e sôfrego e pedinte. Dez minutos fiquei à espera. Dez longos minutos, os dez primeiros minutos de espera na vida, os terríveis dez minutos. E cada um desses minutos irrevogavelmente arrancava-me uma esperança pueril. Via bem a ousadia daquela investida sob a complacência céptica de Domício. Que estava ali a fazer? Ia pedir, pedir só – pedir! Um desesperado orgulho quebrava de súbito a fantasia pueril. Que era eu, no meio de tudo aquilo, diante daquele criado sujo e de casaca? Os velhos esquecem sempre os primeiros desgostos, as primeiras dores que a vida lhes proporcionou em rapazes. Se relembrassem um segundo sequer esses instantes, seriam muito melhores para os que com vinte anos lhes vão pedir auxílio. E o mundo não seria tão continuamente mau...

Quando o criado voltou, eu era bem outro. Ainda assim, entrei para uma sala, onde Domício apareceu pouco depois, com aquele ar suave e espreguiçado superiormente diplomático. Sentindo a minha emoção, Domício distraía-me.

– O Senhor Barão recebê-lo-á logo que termine a conferência com o Príncipe de Cariati. Conhece? Homem encantador. O senhor nunca veio cá? Então deixe mostrar-lhe o retrato do Kaiser. Sua Majestade ofereceu-o ao Senhor Barão – oferecimento do próprio punho. É uma honra excepcional.

Esticamo-nos ambos para ver a letra imperial, eu pensando em mim; Domício com a elegância de quem já fizera o movimento pelo menos uma vez por dia.

– O Senhor Barão agora é que está mandando vir os seus móveis, continuou o bondoso amigo. Há objetos aqui esplêndidos. Veja o senhor estas figuritas de Tanagra. Sabe que são autênticas. Tanagra era...

Pensei que Domício julgava dos meus conhecimentos. Fiz nervoso:

– Eu sei o que é Tanagra.

Como me arrependo dessa frase! Que importava mostrar a Domício que eu já vira algumas dessas figuritas ondeantes e que já abrira um dicionário enciclopédico?

O criado apareceu à porta. Cariatí saía.

– Um instante, meu amigo, disse o futuro embaixador.

Era o grande momento. Escostei-me a um *puff* cheio de músicas da senhorita Hortensia do Rio Branco. A cabeça andou-me à roda. Como outros companheiros de colégio e de *music-hall*, eu ia ser julgado, avaliado pelo *Maior Homem do Brasil*!

Um reposteiro arrepanhou-se, a figura fina de Domício surgiu:

– Entre, meu amigo.

Avancei. O ouvido direito zunia-me como se tivesse arrebentado qualquer coisa dentro. Sentia-me feio, deselegante, desajeitado, antipático, idiota. Oh! principalmente idiota! Eu, que me julgava o mais inteligente dos meus colegas de estudo, não diria uma frase ao ministro. Curvei-me.

Era ele.

O “homem extraordinário” estava de sapatos pretos, calça de brim branco, colete de brim branco, jaqueta de alpaca negra. Tinha a mão direita no bolso da calça. Na cabeça dominadora, os seus dois olhos percorriam-me frios. Estendeu-me a mão.

– Sente-se. O Sr. Domício falou-me do senhor. Está há muito tempo em Petrópolis?

– Subi hoje, Excelência.

– Então trabalha em jornal?

– Transitoriamente, Senhor Barão.

– Também trabalhei em jornais. Gosto muito. Os meus primeiros tempos da mocidade passei-os a escrever nos jornais.

– Sei que Vossa Excelência foi um dos nossos mais notáveis jornalistas.

– Simples rabiscador.

– Oh! não...

Um silêncio caiu. Lamentável cena. Domício era único espectador, com sensibilidade bastante para ter pena do pobre principiante. Como sair dali? Como chegar ao meu pedido? O próprio Domício ajudou-me.

– Vai demorar-se cá?

– Eu vim apenas para pedir ao Senhor Barão a sua proteção.

– O Senhor quer entrar para a carreira? É preciso concurso.

– Eu desejaria ir na Missão Especial do Sr. Dr. Enéas.

– É o Sr. Dr. Enéas quem escolhe. Parece-me que chega tarde.

Acho, entretanto, o concurso indispensável para a carreira. Quando houver concurso tem a minha melhor vontade.

Ergueu-se. Ergui-me tartamudeando não sei que frases apagadas. Estava julgado – afastado, polidamente liquidado. E ainda tenho vivo aquele momento em que Domício discretamente me consolava falando de concursos e que a cortina se cerrou sobre o “homem formidável”, em pé; a mão esquerda no bolso da calça, a direita apertando entre os dedos um cigarro de palha.

Desci desesperado. À noite, encontrando Henrique Chaves, contei-lhe tudo.

– Mas é uma criança, menino. Tudo depende de empenhos. Se me tivesse falado, não terias tido esse trabalho. O Domício, aliás, deve saber que para tal comissão já estão feitas as nomeações. O Barão já os nomeou. E, qualquer cargo que quiseses, hás de levar muitas influências e pedir muito... todos têm empenhos. O Domício não te quis desiludir. . .

– Mas é preciso empenho, mesmo com o concurso ?

– És criança demais !

E deu-me as costas.

Então, eu, que vira o mundo se abrir tão claramente, resolvi não pedir. Era continuar no caminho para onde os deuses me tinham conduzido, e trabalhar, trabalhar, trabalhar.

Caminhei sem ilusões, sem fantasia, amargamente. O transitório êxito deixou-me frio sempre.

Nesse período, cada vez que se oferecia ocasião, escrevia longos artigos de louvor ao imortal brasileiro. Considerava-o como o *Fetiché* que me fizera ver a vida e deixar de ser criança.

Oito anos depois, o Presidente da República pediu-me um dia que passasse pelo Itamaraty a ouvir o Barão do Rio Branco sobre uma questão diplomática. O Senhor Barão dar-me-ia as notas para o artigo a sair no jornal.

Fui lá à tarde. O ilustre brasileiro, a quem foram prevenir dois diplomatas amigos, teve a bondade de receber-me logo. Estava na sua sala de trabalho, fumando incessantemente. Duas horas ouvi-o. Ora de pé, ora descansando o joelho no *puff*, ora sentado, o eminente estadista iluminava-me. Com desvanecimento, Sua Excelência falava de sua obra, da sua sempre esplêndida personalidade. Que memória de minúcias, que largo vôo intelectual ! ...

Ao despedir-me, lembrei-me de repente do dia de Petrópolis e não me contive que não fizesse o meu agradecimento.

– O Senhor Barão não imagina de certo o grau de veneração em que o tenho. E não imagina por que, além de ser o sentimento de todos os brasileiros pelo maior dos brasileiros, é principalmente egoísmo – porque é gratidão. Cada passo que dou na vida faz-me lembrar que, se há oito anos a minha criança lograsse merecer a sua bondade, eu seria mais inútil do que sou...

Essas recordações não interessam a ninguém. Nem mesmo a mim. Trago-as a lume, tomando antes da velhice o ar dos velhos escritores que não têm mais o que fazer, primeiro porque elas não exprimem nada, condição de boa diplomacia; segundo porque entre os múltiplos artigos laudatórios ao grande brasileiro, ficará menos desinteressante lembrar o estado d'alma dos meninos de 1902, quando o Barão reformava o Corpo Diplomático.

Talvez seja fútil. Mas esse homem, como todos os homens notáveis, exerceu uma influência e uma ação não só de sabedoria na paz, de inteligência dominadora para o país no continente e no mundo, como de elegância e mundanismo em pequenas coisas internas, de gosto e de civilização. Como dilatou o território nacional,

trouxe aos receios coloniais a convicção da honestidade do carro aberto; como fez a diplomacia nacional moderna, criou os chás das cinco horas e os meninos vestidos em Londres; como lançou o Brasil em Haia, foi quem acentuou a corrente de estrangeirismo de que todos nós sofremos e cujo nome é hoje *snobismo*.

Ninguém ainda o estudou tão complexamente – porque sobre Rio Branco até agora nós oscilamos entre o panegírico de oratória e a relação de anedotas íntimas do Coronel Senna. É, pois, perdoável, que, sem competência para o panegírico ou para a relação de anedotas e muito menos para o trabalho complexo que se há de fazer um dia, peça eu a ajuda do egoísmo e narre as impressões de um ingênuo rapaz de 1902, que veio à realidade da vida por ter visto de frente o vulto formidável de Rio Branco recusando polidamente à sua fantasia o árduo trabalho dos secretários de legação.

Discurso proferido na Câmara dos Deputados do Brasil

João Dunshee de Abranches Moura*

Sr. Presidente, mesmo que a morte fosse uma solução em política, que os fenômenos sociais estivessem à mercê das ações dos indivíduos ou a destinação dos povos pudesse ter por diretriz o destino dos homens, nem mesmo assim compreenderia o que tenho ouvido tanto repetir: que, para a sua própria glória e glória do Brasil, o grande espírito de Rio Branco desapareceu dentre nós no momento preciso em que deveria entrar de vez na imortalidade.

Se é a crise presente, que nos atormenta e de que alguns perfidamente o julgaram vítima, o que faz assim sentir-se e dizer-se assim; se é a anarquia, que se teme, a precipitar-se em todas as suas manifestações polimórficas de órgão a órgão da federação, desequilibrando a vida nacional inteira; se a causa de tais receios são essas contendas passageiras que agitam aqui e ali a certos Estados, ainda mal constituídos ou trabalhados por maus elementos, consequência aliás de um erro da República, ao se teimar em organizar a ordem antes de organizar a liberdade; se é a vesânia revolucionária, que erroneamente se procura enxergar nesses movimentos desordenados de algumas populações, como que ameaçando a unidade desse grande império do meridiano, sonho audacioso dos nossos maiores; se é mais uma contenda intestina, que se afigura inevitável aos espíritos irrequietos e aventureiros de toda a sorte, em um país, como o nosso, avesso por índole e tradições à tirania e à caudilhagem... nunca, senhores, nunca se tornaria mais necessária do que neste instante a presença ainda do emérito patriota à frente da nossa

* (São Luís, MA 1867 – Petrópolis, RJ 1941). Jornalista, poeta, romancista, advogado, professor e político. Publicou um grande número de trabalhos sobre a política exterior do Brasil e a atuação do Barão do Rio Branco.

Chancelaria! Ele, que através das nossas discórdias civis, conseguira consolidar a concórdia continental, tornando-se o apóstolo da paz, na América do Sul! Ele, que, apesar de todas as nossas desorganizações interiores, ousara lá fora, por uma série de atos memoráveis e pela palavra incomparável do nosso Embaixador na Conferência de Haia, dar a sensação de que, com efeito, em face do concerto das grandes potências, já éramos também um povo culto, forte e bem organizado!

Tampouco se poderia dizer que, pela sua educação cívica, pela escola a que pertencera na Monarquia, pelas tradições que simbolizava no governo, pela sua própria individualidade adquirida em lutas aspérrimas pela grandeza política e integração territorial do Brasil, Rio Branco já não fosse um estadista, senão à altura de sua época, ao menos das necessidades do nosso meio, cada vez mais tendendo a fazer da política econômica a suprema aspiração dos nossos homens de Estado.

Mas, senhores, o que fez o eminente chanceler, desde as primeiras horas da sua gestão na pasta do Exterior, senão preparar o terreno, lançando as bases da nossa política econômica, dentro e fora do continente, o que sem dúvida constituirá a tarefa ingente do seu ilustre sucessor? Qual foi o seu primeiro grande ato como ministro? O Tratado de Petrópolis. E o que foi esse memorável pacto internacional, incontestavelmente o mais notável acontecimento da diplomacia contemporânea, senão uma brilhante conquista da nossa política comercial?

Clamava-se, quando subiu ele ao poder, que era chegada a hora tremenda de se implantar para sempre no coração da Amazônia e, daí, irradiar-se pelas demais regiões ubérrimas da vizinhança, o mais perigoso dos imperialismos, esse *imperialismo estrelado*, qual tão injustamente o cognominou Ribet, profetizando um dia a inevitável escravização, da América Latina...

Como que, por encanto, todavia, dentro de poucos meses, as apreensões patrióticas desanuviavam-se. O Brasil e, com o Brasil, a Bolívia e o Peru, compreendiam admiravelmente a situação delicada desse momento histórico, que velhos preconceitos e irritantes e

descabidas pretensões de fronteiras haviam erradamente criado. E, com o mais alto patriotismo e superioridade de vistas, resolviam em comum as suas pendências, ficando todos de posse das incalculáveis riquezas que hão de fatalmente constituir todo o seu engrandecimento vindouro. Se assim se conduzia com essas duas Repúblicas amigas, com as outras nações ribeirinhas firmava o Barão do Rio Branco acordos não menos importantes em que se procurava dar sempre um testemunho eloqüente da cultura dos povos sul-americanos, destruindo além-mar a fama de democracias revoltas, sanguinolentas e ingovernáveis, e demonstrando pelos fatos que todas ou quase todas haviam saído afinal do regime funesto dos pronunciamentos e das lutas intestinas para uma larga e fecunda era de tranquilidade e de trabalho.

Libertando-nos em seguida das cláusulas férreas de tratados leoninos, que a Colônia e os primeiros governos depois da Independência nos haviam legado como compromissos perpétuos e irrevogáveis, tratados que, através do Segundo Império, os nossos grandes homens de Estado jamais tinham podido destruir, colocava-nos em pé de igualdade perante todas as outras potências, de modo a podermos regular desassombradamente os nossos mercados e negociar, como bem entendêssemos, a colocação dos nossos produtos perante os centros consumidores do estrangeiro.

Em uma palavra, se, pela sua nomeada mundial, já era a propaganda viva do Brasil no exterior, não deixava passar uma oportunidade em que a nossa pátria lá fora pudesse impor-se pela cultura de seus filhos ilustres e liberalismo das nossas instituições políticas, ou pela exibição constante do que mais precioso possuímos na nossa fauna e na nossa flora, nas nossas indústrias e nas nossas minas, ou pelo testemunho entusiástico e espontâneo dos forasteiros que nos viessem visitar e se recomendassem pela sua notoriedade na esfera das letras ou na esfera dos negócios.

Assim agindo e procedendo assim, o menos que poderia parecer Rio Branco seria um tanto superior à nossa cultura social e aos nossos hábitos políticos. É que ele era um estadista de raça.

Herdeiro de um nome que três vezes se glorificara na história pátria, três vezes mais glorioso ele o tornara ainda. O Visconde do Rio Branco conquistara a imortalidade sobre esta trípole memorável – *a emancipação dos nascituros, a reabilitação financeira do Império e a vitória no continente dos princípios liberais do Direito Público brasileiro*. O Barão do Rio Branco também desceu ao túmulo sob uma imortal trilogia – *a consolidação do nosso patrimônio territorial, a libertação econômica da República e a confraternização geral de todos os povos sul americanos!*

A sua obra, propriamente política, não é menor assim do que os seus feitos extraordinários em prol do desenvolvimento econômico e material da nossa pátria, perpetuados em pactos internacionais que constituirão marcos inapagáveis nos anais da diplomacia brasileira. Alargando a nossa esfera de ação no exterior, soube cultivar com excepcional esmero as boas relações do nosso país com as grandes potências do Velho Mundo, até as do Extremo Oriente, e conseguiu ainda mais consolidar a velha amizade que, desde o Império, nos vem sinceramente ligando aos Estados Unidos da América do Norte.

Dentro do continente, porém, é que a sua ação fecunda, enérgica e magnânima assumiu proporções verdadeiramente geniais: destruiu inveterados preconceitos de raça, rivalidades descabidas e estéreis de nacionalidade – frívolas preocupações de hegemonia ou de superioridade bélica – demonstrando, não por palavras ou por vãs promessas, mas por sucessivos atos de altíssimo descortino cívico e por manifestações positivas em documentos soleníssimos, que não tínhamos, como jamais tivemos, predileções por esta ou aquela República amiga, como se procurara explorar debalde, e que o sentimento de fraternidade do Brasil para com os povos irmãos era igual, absolutamente igual para todos, sem exceção de um só! Se a Argentina padecia, ao lado da Argentina nos achávamos. Se a calamidade de uma guerra desigual ameaçava o Chile, tudo fazíamos para que a tradicional altivez dessa raça de heróis nada sofresse. Se era o Paraguai ou a Bolívia que se debatia em crises angustiosas; ou o Paraguai e o Peru, que se consideravam espoliados; ou a Venezuela, o

Equador e a Colômbia, que para a nossa antiga amizade apelavam, nunca nos negamos a prestar a cada uma de per si o concurso dos nossos bons ofícios e a nossa assistência moral, regozijando-nos sempre quando o sossego e a ordem voltavam aos seus domínios ou quando, das suas calamidades públicas, saía ileso a sua integridade!

Daí, senhores, a morte de Rio Branco ter sido considerada por todas essas nações amigas grande catástrofe continental. E não será mesmo ofendermos os melindres nacionais, se confessarmos em público que, na Argentina e no Uruguai, para só falar dos países com que estamos em mais contato, a enorme perda, que sofremos, foi quase tão sentida como em nossa pátria. É que a ação diplomática de Rio Branco, sempre vigilante e desinteressada, jamais se limitou ao ponto de vista egoístico, embora justificável, do engrandecimento exclusivo do Brasil: estendia-se além das fronteiras, que vitoriosamente nos assinalara; irradiava-se como um influxo benéfico e constante de paz, de justiça e de ordem na defesa da autonomia e das instituições políticas de todos os povos sul-americanos.

É esse, sem dúvida, o ponto culminante da sua vida gloriosa. No defensor emérito das Missões e do Amapá, se se revelou o historiador metuculoso e arguto, o geógrafo proecto e honesto, o jurista conciso e profundo e o advogado sem par; se, nos tratados com a Bolívia e o Peru, assombrou o mundo internacional como diplomata finíssimo e estadista de rara clarividência patriótica; se, no acordo com o Uruguai sobre o condomínio da Lagoa Mirim e nos trinta e um convênios de arbitramento com as grandes e pequenas nações civilizadas, afirmou de vez que, sobre tão vasto e riquíssimo território, existe um povo que só se sentirá venturoso e forte nas lutas pela paz e pelo progresso, jamais se tornando uma ameaça aos mais fracos ou um êmulo perigoso dos mais fortes – tudo isso não se pode comparar a essa extraordinária ascendência moral, exercida por ele entre as Repúblicas circunvizinhas, a essa confiança ilimitada, que lhes inspirava, e à certeza que nutriam todas de que, onde se achava Rio Branco, estava a sua defesa viva, estavam as suas próprias liberdades!

Senhores, designado para interpretar neste instante os sentimentos de pesar da Câmara dos Deputados pela imensa perda que sofreu a nossa pátria durante o interregno parlamentar, com o passamento do “Maior dos Brasileiros”, uma vez que me coubera a honra insigne de ter sido um dia o escolhido por ele para seu defensor nesta tribuna, não procurei senão fazer uma rápida síntese dos seus atos, porque tentar resumir a sua biografia seria desdobrar página por página um largo período da história pátria. Nem ousei também tecer-lhe o necrológio... É que ele, fato singular! ele não nos vem à memória sem que sintamos dentro d’alma vibrar um hino patriótico... E, se os hinos são em geral para os povos um cântico de guerra ou uma prece a Deus, esse que em todas as horas lhe entoamos, nós outros que só admitimos a força como o palinuro do direito, repercutirá eternamente na gratidão nacional em uma revoada de hosanas à liberdade e à paz!

É que, senhores, Rio Branco, há muito já não era para todos nós um nome... era um símbolo... e a sua figura se confundia de tal forma com a Pátria que, cobri-lo hoje, como ontem, como sempre, de glórias, vale tanto quanto glorificar o próprio Brasil!

<i>Título</i>	O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos
<i>Coordenação editorial</i>	Ednete Lessa
<i>Revisão de textos</i>	Flávia Arraes
	Maria do Carmo Strozzi Coutinho
<i>Editoração eletrônica e projeto gráfico</i>	Samuel Tabosa
<i>Formato</i>	156 x 22,6 mm
<i>Mancha</i>	107 x 171 mm
<i>Tipologia</i>	AGaramond (textos) e Gill Sans (títulos, subtítulos e aberturas)
<i>Papel</i>	Cartão supremo 250g/m ² , plastificação fosca (capa)
	Ap. 75g/m ² (miolo)
<i>Número de páginas</i>	232
<i>Tiragem</i>	500 exemplares
<i>Impressão e acabamento</i>	Gráfica MRE

